



TENSÕES E ARTICULAÇÕES NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS:

A construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador - BA.

Carolina Correia Queiroz

Universidade Federal da Bahia - 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO ACADÊMICO – TURMA DE 2019

CAROLINA CORREIA QUEIROZ

TENSÕES E ARTICULAÇÕES NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS:
A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO, EM MATA
ESCURA, SALVADOR-BA.

SALVADOR/BA

Julho de 2022

CAROLINA CORREIA QUEIROZ

TENSÕES E ARTICULAÇÕES NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: A
CONSTRUÇÃO DA IDEIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO, EM MATA ESCURA,
SALVADOR-BA.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo

Linha de Pesquisa: Processos urbanos contemporâneos

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza

SALVADOR/BA

Julho de 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

Q3

Queiroz, Carolina Correia.

Tensões e articulações na criação de espaços públicos [manuscrito]: a construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador - Ba / Carolina Correia Queiroz. – Salvador, 2022.

140p. : il.

Cópia de computador (*printout(s)*).

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza

1. Planejamento urbano - Salvador . 2. Parques urbanos. 3. Súrurbios. 4. Desenvolvimento urbano sustentável. I. Souza, Angela Maria Gordilho . II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 71(813.8)



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA MESTRANDA
CAROLINA CORREIA QUEIROZ

Ao sétimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelas Professoras Doutoras Angela Maria Gordilho Souza, Heliana Faria Mettig Rocha, Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim, sob a presidência da primeira, na qualidade de orientadora, para proceder ao exame do trabalho apresentado **pela mestranda CAROLINA CORREIA QUEIROZ** intitulado **"TENSÕES E ARTICULAÇÕES NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO, EM MATA ESCURA, SALVADOR-BA"**.

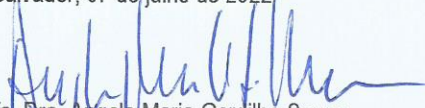
O ato teve início às 08:30 horas, tendo sido concedido à mestranda cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pela candidata.


Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

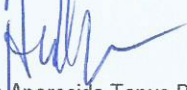
Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Heliana Faria Mettig Rocha	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim	APROVADA COM DISTINÇÃO

Com o que se julgou **a mestranda APROVADA COM DISTINÇÃO**, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido à **CAROLINA CORREIA QUEIROZ** o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 07 de julho de 2022.


Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
PPG-AU/FAUFBA


Profa. Dra. Heliana Faria Mettig Rocha
Membro da Banca Examinadora
FAUFBA


Profa. Dra. Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim
Membro da Banca Examinadora
UPM

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por ser alicerce. Ao meu companheiro, por ser troca. À minha orientadora, por ser exemplo e incentivo. Aos professores das bancas de qualificação, pelas contribuições. Aos moradores da Mata Escura, que possibilitaram a realização dessa pesquisa com o mergulho necessário. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à pesquisa. E por fim, agradeço a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) por ser um centro político e científico, estimulando conhecimentos tão fundamentais nessa trajetória. Sou feliz por, no processo de escrita acadêmica, poder compartilhar desses espaços e relações.

Nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino das necessidades enquanto as relações comunicacionais podem apontar para o reino da liberdade.

Milton Santos, A natureza do espaço, p.258

Somos guardiões do que?

Do parque! (x3)

Theodoro Sampaio, preservar é vencer!

Entre as ruas, vielas e ladeiras

Da Mata Escura, Bom Juá e Barreiras

E de várias favelas que até hoje separadas,

Várias visões certas, hoje deturpadas

Nós protegemos e resistimos

O motivo de estarmos existindo

Perceba se a mata não vem sumindo

E a cor do cimento que vem sobressaindo

Eu lembro da fala de Sabotage

Um bom lugar se constrói com humildade

Mas o que fazer se na verdade,

Querem é tirar o verde da nossa cidade

Somos guardiões do que?

Do parque! (x3)

Theodoro Sampaio, preservar é vencer!

Proteção pra fauna e pra flora,

Pensando o futuro e fazendo agora

Mudando essa realidade que é sempre bruta

Pois somos brasileiros e não desistimos nunca

E por mais que tentem apagar nossa memória

Vamos lembrar de toda nossa história

Theodoro Sampaio, preto, baiano e engenheiro,

Lutou até atingir a glória

A favela quer lazer e diversão (x3)

Então seja também um guardião

Somos guardiões do que?

Do parque! (x3)

Theodoro Sampaio, preservar é vencer!

França Mc,

Morador do bairro da Mata Escura.

QUEIROZ, Carolina Correia. Tensões e articulações na criação de espaços públicos: ações e práticas na construção da ideia do parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador-BA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Nesta dissertação tem-se como objeto de pesquisa as ações e as práticas que constroem a ideia do Parque Theodoro Sampaio, no bairro da Mata Escura, periferia de Salvador. São analisadas as diversas, heterogêneas e difusas iniciativas que compõem a “rede sociotécnica” (LATOUR, 1994), estabelecida a partir dos tensionamentos e das articulações geradas nos processos de apropriação e interação no espaço. Elaborar-se uma linha do tempo para demonstrar o acúmulo histórico no território que contém essa área verde de 85 hectares, remanescente de Mata Atlântica, antigo espaço de aquilombamento e reservas naturais, atualmente circundada por bairros periféricos, caracterizados pelo contexto de escassez de atributos urbanos. Busca-se compreender os processos urbanos relacionados à criação de parques urbanos no Brasil e na cidade de Salvador. Para o território em questão, são considerados os agentes naturais, bem como os diversos agentes sociais de acordo com as ações e práticas relacionadas a essa área verde, abordando o contexto conflituoso entre ambiente natural e urbanização excludente. Em meio à tensionamentos e articulações, a ideia do Parque Theodoro Sampaio vem sendo provocada a partir de ações institucionais e populares, sejam internas e externas, nas últimas décadas. Nesse movimento, entende-se que a conquista desse parque urbano periférico como um “espaço tornado público” (QUEIROGA, 2006) tem sido impulsionada por ações potenciais para apropriação desse espaço público e maior inserção na esfera pública, entendida como um lócus de decisões coletivas tomadas a partir do diálogo, dos conflitos, dos acordos e da pluralidade de agentes sociais (AREDNT, 2007). Observando tais processos interativamente, busca-se entender as fragilidades e potencialidades contidas no âmbito dessas relações. Tem-se como perspectiva trazer contribuições para pensar os processos de apropriação dos espaços públicos nas periferias das cidades contemporâneas, conquistados a partir das iniciativas populares e orientados pela preservação do bem comum, urbanidade coletiva e valorização socioambiental.

Palavras-chave: Espaço público; esfera pública; parque urbano; periferia urbana; Salvador-Ba.

QUEIROZ, Carolina Correia. Tensões e articulações na produção de espaços públicos: práticas para a construção da ideia do parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador-BA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

The research object of this dissertation is the actions and practices that build the idea of Theodoro Sampaio Park, in the Mata Escura neighborhood, on the periphery of Salvador. The diverse, heterogeneous and diffuse initiatives that make up the “sociotechnical network” (LATOUR, 1994), established from the tensions and articulations generated in the processes of appropriation and interaction in space, are analyzed. A timeline is drawn up to demonstrate the historical accumulation in the territory that contains this green area of 85 hectares, a remnant of the Atlantic Forest, an old area of settlement and natural reserves, currently surrounded by peripheral neighborhoods, characterized by the context of scarcity of urban attributes. It seeks to understand the urban processes related to the creation of urban parks in Brazil and in the city of Salvador. For the territory in question, the natural agents are considered, as well as the various social agents according to the actions and practices related to this green area, addressing the conflicting context between the natural environment and excluding urbanization. In the midst of tensions and articulations, the idea of Theodoro Sampaio Park has been provoked from institutional and popular actions, both internal and external, in recent decades. In this movement, it is understood that the conquest of this peripheral urban park as a “space made public” (QUEIROGA, 2006) has been boosted, with potential actions for the appropriation of this public space and greater insertion in the public sphere, understood as a locus of decisions collective decisions taken from dialogue, conflicts, agreements and the plurality of social agents (AREDNT, 2007). By observing such processes interactively, it seeks to understand the weaknesses and potentialities contained within the scope of these relationships. The perspective is to bring contributions to think about the processes of appropriation of public spaces on the periphery of contemporary cities, conquered from popular initiatives and guided by the preservation of the common good, collective urbanity and socio-environmental valorization.

Keywords: Public space; public sphere; urban park; urban periphery; Salvador-Ba.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Gritinho dos Excluídos, no bairro da Mata Escura, evento organizado pela ACOPAMEC.
- Figura 2** – Jovens que ensaiavam músicas e gritos de mobilização com percussão no Gritinho dos Excluídos, no bairro da Mata Escura, evento organizado pela ACOPAMEC.
- Figura 3** – Senhora com camiseta do Sindoméstico segurando placas com reclamações acerca do bairro, alertando sobre os direitos enquanto trabalhadora doméstica e mãe.
- Figura 4** – Moradores do bairro da Mata Escura observam o protesto que tomava a Rua Direta da Mata Escura.
- Figura 5** – França Mc recita seu poema “O sistema”, em conjunto com o grupo de dança, os jovens cantavam músicas ensaiadas.
- Figura 6** – Abertura do evento “Que Mata Escura é essa?”, que aconteceu no Largo da Rua Direta do Campo.
- Figura 7** – Batalha MataCity no largo Benjamin Abdon.
- Figura 8** – Dia a dia da execução do projeto Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidade e marcos visuais, no bairro da Mata Escura, próximo à entrada da área verde.
- Figura 9** – Parques Urbanos existentes e propostos em Salvador.
- Figura 10** – Parque Theodoro Sampaio destacado sob mapeamento de faixa de Renda de Até Meio Salário Mínimo e Habitabilidade em Salvador.
- Figura 11** – Parque Theodoro Sampaio destacado sob mapeamento de ZEIS, PDDU/2016.
- Figura 12** – Área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio e relação com os bairros vizinhos.
- Figura 13** – Mapa de ocupação – anos 50 aos anos 2000 – no entorno da área verde.
- Figura 14** – Proprietários Legais das glebas internas à área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio.
- Figura 15** – Usos do solo e apropriações diversas na área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio.
- Figura 16** – Visita à localidade da Nova Mata Escura.
- Figura 17** – Acesso e entorno da estação de Metrô Bom Juá, no entorno imediato do Parque Theodoro Sampaio.
- Figura 18** – Proposta para Sistema Viário na Mata Escura e em torno da área verde, problemática já debatida em 2004.
- Figura 19** – Nova Via de Ligação Mata Escura-BR324, implantada nas bordas da área verde. Projeto apresentado pela SEINFRA/PMS.
- Figura 20** – Represa da Mata Escura. Fotografias tiradas em 1959.
- Figura 21** – Processo de supressão da represa da Mata Escura.
- Figura 22** – Comparação entre foto de Gordilho-Souza (2005) e Araújo (2016) demonstrando a supressão da Represa do Prata por macrófitas.
- Figura 23** – Livro O Legado de Theodoro Sampaio, disponibilizado para essa pesquisa por moradora do bairro da Mata Escura e ativista local.
- Figura 24** – Livro Mata Escura: Plano de Intervenção, resultado da disciplina Ateliê V – ARQ042 da FAUFBA, ministrada no ano de 2004, elaborado em parceria com a ACOPAMEC.
- Figura 25** – Publicações em Jornais da cidade de Salvador, feitas em 2001 e 2004, respectivamente.

Figura 26 - Rede Sociotécnica em formação, que gera tensionamentos e articulações.

Figura 27 – Articulações Educacionais.

Figura 28 – Articulações ativistas e reivindicatórias.

Figura 29 – Articulações institucionais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo – Construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio.

Quadro 02 – Agentes públicos – ações educacionais, ações de gestão institucional e ações de regulamentação.

Quadro 03 – Agentes privados – ações individuais e de empresas privadas.

Quadro 04 – Agentes do 3º. Setor – ações de movimentos sociais, ONGs, coletivos urbanos, associações, organizações da sociedade civil e grupos religiosos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOPAMEC - Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão

AMME - Associação dos Moradores de Mata Escura

ATHIS - Assistência Técnica Em Habitação de Interesse Social

APCP - Área de Proteção Cultural e Paisagística

APRN - Área de Proteção de Recursos Naturais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAU - BA - Conselho dos Arquitetos e Urbanistas da Bahia

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres

CIA - Companhia do Queimado

CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Abastecimento

EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador

FAPESB - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia

FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

FSME - Fórum Social da Mata Escura

IAB - Instituto dos Arquitetos Brasileiros

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

LAB/HABITAR - Laboratório de Habitação e Cidade

LTECS - Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais

MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MP-BA - Ministério Público da Bahia

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG PNPC – Organização Não Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania

PLANDURB - Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Salvador

PPDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMAMC - Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador –

PPGAU- FAUFBA - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

RAU+E - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SAVAM - Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental

SECIS/PMS - Secretaria Municipal de Sustentabilidade Inovação e Resiliência da Prefeitura Municipal de Salvador

SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo da Bahia

SEHAB/PMS - Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Salvador

SEINFRA/PMS - Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Salvador

SUCOM/PMS - Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município da Prefeitura Municipal de Salvador

SUCOP - Superintendência de Obras Públicas do Salvador

TAC - Termos de Ajustamento de Conduta

TAR - Teoria Ator Rede

TCB Cabula - Turismo Comunitária de Base do Cabula

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UNIFACS - Universidade Salvador

UFBA - Universidade Federal da Bahia

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

Folha de Rosto	
Ficha Catalográfica	
Ata da sessão de defesa	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Sumário	
Lista de Figuras	
Lista de Quadros	
Lista de Abreviaturas e Siglas	

1. APRESENTAÇÃO - INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO	15
2. INTRODUÇÃO – ESCOLHAS METODOLÓGICAS E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	26
3. ESPAÇO PÚBLICO E ESFERA PÚBLICA: CONSTRUÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS	41
3.1. PROCESSOS URBANOS E POSSIBILIDADES INSURGENTES NA APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	46
3.2. PARQUES URBANOS BRASILEIROS: CONQUISTAS E TENSÕES	59
4. A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE UM PARQUE URBANO NA PERIFERIA DE SALVADOR.....	66
4.1. OS PARQUES URBANOS NA CONFIGURAÇÃO URBANA DE SALVADOR	67
4.2. APROPRIAÇÕES E USOS NA ÁREA VERDE E ENTORNO	75
4.3. IDEALIZAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO, EM SALVADOR	89
5. A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO INSERÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO	111
5.1. A FORMAÇÃO DE UMA REDE SOCIOTÉCNICA: TENSIONAMENTOS E ARTICULAÇÕES	112
5.1.1 <i>Classificação e análise dos agentes sociais:</i>	114
5.1.2 <i>Tensionamentos gerados nos processos de interação:</i>	120
5.1.3 <i>Articulações geradas nos processos de interação:</i>	123
5.2. A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO TORNADO PÚBLICO.....	126
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	140

1. APRESENTAÇÃO - INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Como pesquisadora e como agente ativamente inserida nos processos urbanos relacionados aos movimentos de construção do Parque Theodoro Sampaio, os momentos de aproximação do território da Mata Escura, iniciados em 2018, foram fundamentais para compreender melhor as nuances e as peculiaridades do território e do processo que se propõe observar. A sensação que havia era que a promessa de um parque urbano para a área verde de 85 hectares, que abrigara duas represas, rios e rica gleba de Mata Atlântica, estava viva entre moradores, lideranças comunitárias e outros agentes sociais empenhados em cuidar das áreas públicas e verdes da cidade de Salvador, mas que, por motivos diversos, a ideia não havia saído do papel, e encontrava sérias dificuldades.

Com certa curiosidade, para entender de onde partia a provocação dessa ideia de parque, era preciso uma postura de aproximação dos agentes sociais e naturais e da história daquele território. Passava pela cabeça perguntas sobre como se dava esse movimento que reivindicava um parque urbano, que já durava mais de uma década, e como eram estimulados os impulsos e as articulações, sempre avançando e persistindo no cuidado e na conscientização acerca desse lugar.

Como era habitada e apropriada a área “destinada ao Parque Theodoro Sampaio”? Como havia sido provocada a ideia do parque urbano? Quem havia participado dessa movimentação? Em que estado se encontrava a área verde? Será que as pessoas gostariam de um parque urbano na vizinhança? As perguntas eram muitas.

O que chamava a atenção era que, mesmo que de forma lenta, era notável que os avanços e as conquistas trazidas pelas articulações até então forjadas eram de extrema importância na conquista desse espaço público. Ainda que a promessa de realização dessa área verde enquanto um espaço público, no seu sentido mais amplo, conforme aprofunda-se ao longo deste trabalho, esbarrasse em duros processos de exclusão, segregação, pobreza e outras problemáticas que marcam a cidade contemporânea e o contexto local, emergiam também potencialidades criativas, expressadas em um movimento de apropriação coletiva desse espaço tensionado.

Para entender como o tema do “espaço público” atravessava esse território repleto de processos e tensionamentos diversos a partir de uma perspectiva “de dentro e de perto” (MAGANANI, 2002), deu-se os primeiros contatos com a área. Em 2018, a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Habitação e Cidade da Faculdade de Arquitetura da

Universidade Federal da Bahia - FAUFBA (LabHabitat/FAUFBA), ainda na condição de Aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA), surge a oportunidade de participação em ricos debates acerca dos projetos já desenvolvidos para a área e melhor aproximação com as questões que envolviam a luta pela implementação do Parque Theodoro Sampaio.

Em 2019, ao ingressar no Mestrado Acadêmico nesse mesmo programa, foi possível ter uma experiência de intensa imersão no território, com visitas semanais e amplo contato com moradores do bairro e outros importantes agentes provocadores dessas movimentações, desenvolvendo projetos e pesquisas em conjunto com o LabHabitat/FAUFBA e com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC, importante instituição do bairro.

Nesse primeiro ano de pesquisa, o exercício da apreensão nos momentos de interação ativa nas atividades de campo e nas pesquisas bibliográficas trouxeram melhor compreensão da história e melhor observação das práticas e das ações empreendidas pelos diferentes agentes no território, podendo entender a complexidade e as nuances dos tensionamentos e da dinâmica das articulações estabelecidas. Estar presente nos espaços do bairro possibilitou novos encontros, conhecendo e ouvindo os moradores, participando ativamente da rede de relações que se reformulava a cada dia.

Notava-se que, ao abordar a história dessa área verde, para os moradores mais velhos era motivo de comoção e nostalgia de um tempo em que era possível conviver com ambiente natural. Já para os jovens, muitos desconheciam a área, mas valorizavam a ideia de ter um parque urbano na vizinhança, comparando com outros parques modelos existentes na cidade. Os jovens ativistas do bairro passavam certo empenho e energia para alavancar essa ideia, dispostos a lutar, participar, criar e construir esse espaço.

Nesse primeiro momento da pesquisa, verificou-se que o processo de construção e o estado ambiental da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio são objeto de estudo em universidades da cidade de Salvador e de grupos educacionais diversos, possuindo clamor simbólico, ambiental e social, com importância para lideranças individuais e moradores dos bairros do entorno, para organizações sociais e não governamentais mais amplas, se apresentando como fundamental para grupos religiosos que envolvem a natureza em seus rituais e invocando a memória de um espaço de aquilombamento do passado.

A área verde é reconhecida desde o Plano do Escritório do Plano de Urbanismo – EPUCS (1945), passando pelo Plano diretor de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB

(1975) até os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - PDDU para Salvador de 2016 e 2018 e o mais recente Plano de Mitigação de Adaptação Climática - PMAC (2021), trazendo inúmeras normativas institucionais para cuidado e conservação dessa área, sem, no entanto, apresentar relevantes resultados práticos. Ao melhor compreender esse longo histórico, surge um sentimento de contradição ao observar tamanha relevância ambiental e ao mesmo tempo, o descaso e o abandono, apesar das normativas direcionadas à preservação e ao cuidado.

Buscando entender como a população tratava a área em questão, nos primeiros momentos da pesquisa, as idas a campo passaram a ser orientadas para observar as apropriações dos espaços públicos no bairro e no entorno mais imediato da área verde, fossem elas apropriações cotidianas, como a ocupação de uma praça pública por jovens, crianças e idosos, ou a participação e interlocução popular e pública nos espaços institucionalizados existentes, relacionados às lutas pela implementação do parque.

Naquele momento, a busca específica por manifestações nos espaços públicos materializados foi uma forma de compreender e me aproximar do objeto de pesquisa, investigando como as ações e as práticas instituídas no espaço físico destinado ao Parque Theodoro Sampaio ocorriam.

Em busca das respostas para as perguntas que surgiam, muitas manifestações curiosas foram possíveis presenciar nas caminhadas pelo bairro e nas visitas às bordas da área verde, que se misturavam às construções e que, de forma pouco demarcada e sem fronteiras definidas, revelava uma mata, com árvores cada vez mais densas.

Levou algum tempo até que se firmasse o entendimento de que o sentido conceitual de “espaço público”, dentro do campo da arquitetura e do urbanismo, era um tanto ambíguo, multireferencial e ia além dos espaços físicos e materializados. Inevitavelmente, essa discussão se relaciona com a esfera imaterial da vida, fundamentada nas movimentações das redes de relação formadas por indivíduos, coletivos e instituições, sendo a diversidade fundamento para construção desses espaços e situações.

Ao observar esse processo, demonstrou-se que, para além da ocupação espacial e física, existem uma diversidade de ações e práticas não materializadas que trazem maior escopo para a luta pela implementação do Parque Theodoro Sampaio, cuidado da área verde e por melhorias nas condições de vida para o bairro e seus moradores.

Formando uma rede de agentes ativos, tais movimentações sinalizavam potenciais de realização de um espaço público a partir de um enorme esforço e mobilização de moradores, ativistas comunitários e de agentes educacionais, buscando suas redes de sociabilidade para

discutir, aprender e lutar juntos, a partir de processos penosos e lentos, mas também de muito aprendizado e trabalho coletivo na defesa dessa área verde.

Assim, despertou-se maior interesse para observar as potencialidades contidas nesse processo, visualizando possibilidades para a construção de um movimento que estabelece espaços públicos, que podem ser construídos no âmbito da experiência urbana, constituídos em momentos inesperados em espaços compartilhados, trazendo para o coletivo oportunidades de conhecer o “outro”.

Como forma de introduzir e relatar a evolução das ideias que serão aprofundadas neste trabalho, registrando e apresentando alguns dos momentos vividos nestes dois anos de pesquisa de campo, ilustra-se alguns eventos que marcaram a trajetória da pesquisa, tornando-se situações interessantes para entender as principais articulações, os agentes mais ativos, os formatos de apropriação e convivência naquele território.

Em uma das primeiras visitas em que foi possível observar a ocupação de um espaço público do bairro tratou-se do evento Gritinho dos Excluídos, o qual aconteceu em agosto de 2019, mobilizado pela ACOPAMEC, incluindo a presença de outras organizações e indivíduos mobilizadores.

Presenciando esse movimento popular de apropriação das ruas, foi possível observar que entre suas principais reclamações estavam a efetivação dos direitos de garantia à vida, tais como acesso à educação, saúde, alimentação de qualidade, à cultura e lazer, ao esporte e à convivência com o próximo.

Figura 1 – Gritinho dos Excluídos, no bairro da Mata Escura, evento organizado pela ACOPAMEC.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Buscando dialogar com os presentes para entender o motivo da presença naquela manifestação e a forma de interlocução com a instituição proponente da ação (ACOPAMEC) e com os outros grupos presentes, avistei um grupo de jovens que se divertiam com a batucada e bradava gritos de ordem e uma senhora, com a blusa de um sindicato, segurando placas com pequenas frases que falavam sobre os problemas cotidianos e o pouco acesso às políticas públicas.

Figura 2 – Jovens que ensaiavam músicas e gritos de mobilização com percussão no Gritinho dos Excluídos, no bairro da Mata Escura, evento organizado pela ACOPAMEC.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Figura 3 – Senhora com camiseta do Sindoméstico segurando placas com reclamações acerca do bairro, alertando sobre os direitos enquanto trabalhadora doméstica e mãe.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Após quase meia hora acompanhando a ocupação nas ruas da Mata Escura, chegamos na rua Direta de Mata Escura, um ponto central do bairro. A rua abriga uma diversidade de estabelecimentos comerciais, pequenos prédios habitacionais, casas e também a principal sede da ACOPAMEC. Ali foi feita uma pausa para diversas intervenções em um esquema onde o microfone foi sendo passado para as principais lideranças presentes. Nesse momento, foi

possível presenciar a abordagem dos moradores do bairro sobre a luta constante pela implementação do Parque Theodoro Sampaio e pela proteção do Terreiro Bate-folha, referidos como um “importante espaço do bairro, que é nosso”. O Parque Theodoro Sampaio foi lembrado como o espaço “de direito”, importante para a qualidade ambiental do bairro e como uma possibilidade de espaço de convivência público.

Figura 4 – Moradores do bairro da Mata Escura observam o protesto que tomava a Rua Direta da Mata Escura.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Em seguida, foi possível observar que aos poucos formou-se um espaço de fala mais voltado para os jovens, trazendo aspectos da cultura urbana, como o hip-hop e danças urbanas. O morador do bairro, França Mc, recitou uma das suas letras, “O sistema”, que outros moradores também pareciam conhecer. Alguns jovens o observavam atentamente e faziam vídeos com o celular.

Figura 5 – França Mc recita seu poema “O sistema”, em conjunto com o grupo de dança, os jovens cantavam músicas ensaiadas.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Passados alguns meses, já em meados de outubro de 2019, foi possível acompanhar o evento “Que Mata Escura É Essa?”. Trata-se de um projeto de mobilização artístico-cultural no bairro da Mata Escura, com o objetivo de se contrapor a grande proliferação de notícias ruins marcadas pela marginalização e violência, que apaga a existência da rica vida cultural e histórica presente no bairro. Assim, o projeto foi inscrito e obteve o apoio do edital Arte Todo Dia - Ano V, proposto pela Prefeitura Municipal de Salvador – PMS e foi coordenado pelo Coletivo Crias da Mata, composto por moradores do bairro.

De outubro de 2019 a janeiro de 2020, aconteceram na Mata Escura atividades relacionadas ao projeto, e, por intermédio dos moradores, foi viabilizada a participação em algumas delas. No dia 20 de outubro de 2019, em visita ao bairro para o evento de abertura do projeto, foi montado um espaço lúdico para jogos públicos, em articulação com o Colégio Municipal São Miguel, localizado na Rua Direta do Campo. Todas as crianças do bairro poderiam participar e aprender novas brincadeiras de forma gratuita. Nesse mesmo dia, observou-se que o grupo da grande mídia, Rede Bahia, estava presente na abertura do evento.

Figura 6 – Abertura do Evento “Que Mata Escura é essa?” que aconteceu no Largo da Rua Direta do Campo.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Na diversidade das atividades propostas pelo projeto, destaca-se a peça de teatro público “Da Mata que Viemos: Das folhas aos Elementos”, proposta pelo grupo Cia da Mata e que aconteceu no teatro Artesão da Paz, na ACOPAMEC, trazendo como conteúdo central a relação histórica do bairro com a mata remanescente, hoje demarcada enquanto um parque urbano, ainda não implementado.

Outras atividades relacionadas à música, cultura e arte foram realizadas na Praça Fernando Hupsel, na Praça da Pampulha e na Praça da União, contando com as apresentações dos grupos Agentes da negritude, Grupo Adolscer com Arte, grupo de Capoeira Gingaê Bahia, Companhia de dança Engenho da Dança e Companhia de Teatro Elementos, todos formados por moradores do bairro da Mata Escura.

Na semana seguinte, foi possível acompanhar o Sarau Crias da Mata, evento que acontece semanalmente no bairro, organizado pelo coletivo Crias da Mata, dessa vez, fomentado no âmbito do projeto “Que Mata Escura É Essa?”. O sarau, programado para acontecer no colégio Estadual Márcia Merccia, acabou acontecendo no Largo Benjamin Abdon

por escolha dos organizadores e artistas participantes, que gostariam de ocupar uma praça pública do bairro. Nesse mesmo final de semana, aconteceu a batalha de hip-hop de Mata Escura, conhecida como Batalha MataCity, que aconteceu na praça Irmã Dulce. Ao final das apresentações o microfone ficou aberto para intervenções “freestyle”, ao estilo livre. O cuidado com a “mata escura” e a liberdade para exercer sua religião, ligada à natureza, foi reivindicada nas apresentações.

Figura 7 – Batalha MataCity no largo Benjamin Abdon.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Já em um terceiro momento, envolvendo a apropriação de uma área pública no entorno da área verde, observou-se as oficinas do projeto “Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidade e marcos visuais”, promovido no âmbito do Edital de Chamada Simplicada/2019 feita pelo Ministério Público da Bahia – MP/BA, proposto pela ACOPAMEC e LabHabitar/FAUFBA.

Dentre as oficinas propostas no âmbito do projeto, destaca-se a 4ª. oficina, “Mão na massa”. Tratando-se de uma ação no ambiente construindo, que se iniciou no dia 06 de novembro de 2019 e foi concluída após 6 semanas, esta teve como objetivo promover melhorias em uma estrada de ligação entre o bairro da Mata Escura e a estação Bom Juá, nas bordas da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio.

Em um caminho de terra preexistente com acentuada declividade, que faz parte do trajeto diário da população, foi construído o que os mutirantes chamam de “escada-parque”. Para promover melhorias na acessibilidade, a escada foi construída com materiais reciclados e provisórios, como pneus, grampos de fixação e corrimão com a contribuição dos moradores do entorno imediato em sistema de mutirão e mão de obra de profissionais locais.

Nesses dias intensos de obra, de visitas ao bairro, de conversas com os moradores, observou-se a instauração de processos para assessoria técnica em áreas ocupadas, com poucos recursos financeiros e limitações tecnológicas. A construção coletiva do projeto foi um aspecto

importante no aprendizado proposto, considerando-se a diversidade de sugestões, as necessidades e dificuldades impostas no processo.

Em um desses intensos dias de construção, ocorreu uma situação que reforçou a presença coletiva da comunidade moradora, quando um grupo de moradores passava pela obra e um dos mutirantes, também morador do bairro, gritou:

- Aqui é morador, viu? Não é a prefeitura não! É a comunidade.

- E a universidade! – Complementou outro mutirante.

Figura 8 – Dia a dia da execução do projeto Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidade e marcos visuais, no bairro da Mata Escura, próximo à entrada da área verde.



Fonte: Fotos tiradas pela autora desse trabalho.

Dessa forma ativa e participativa aconteceram as recorrentes visitas de campo e as primeiras observações dos movimentos de apropriação dos espaços públicos no bairro da Mata Escura e nas proximidades da área verde, contribuindo de forma decisória para o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo ano de pesquisa no âmbito do Mestrado Acadêmico, ano em que se inicia a pandemia do COVID-19 em todo o mundo, impossibilitando encontros presenciais visando a preservação da saúde coletiva, se interrompem as visitas de campo, abrindo possibilidade para outros tipos de encontro. Além de sistematizar o rico material já coletado nos anos anteriores, com extensas pesquisas bibliográficas, as interações continuaram de forma on-line¹.

¹ Modificando o ritmo anterior, com a pandemia do COVID-19, foi necessário exercitar um outro olhar para o processo que já estava em curso. Com as ricas experiências vividas nos dois primeiros anos em contato com o

A reflexão teórica foi ampliando suas abordagens, trazendo compreensões interdisciplinares, absorvendo os acúmulos conceituais que foram se incorporando à noção de espaço público ao longo desse processo de reflexão.

Começando a emergir importantes percepções para o desenvolvimento deste trabalho, verificou-se que os espaços públicos não se definem apenas por sua materialidade, mas também por seus conteúdos subjetivos, contidos nas dimensões do espaço social, se revelando de forma subjetiva, simbólica, significativa, representativa e imaterial.

Entendidos para além dos “espaços não ocupados por edificação”, os espaços públicos desempenham papéis acumulados ao longo do tempo, com importância social, econômica, ecológica, estética e sobretudo política na produção das cidades, acompanhando os movimentos do corpo social que se apropria.

Dessa forma, apresenta-se preliminarmente algumas percepções relevantes para compreender as questões que atravessam a área em estudo e caracterizar o movimento que se observa:

1) Tratando-se de uma área verde em um bairro periférico da cidade de Salvador, identifica-se um processo atravessado pela dicotomia entre urbanização e preservação, levantando questões complexas envolvendo a temática da habitação e da convivência socioambiental entre agentes naturais e sociais em uma área pública, visualizada enquanto um parque urbano. A área é demarcada enquanto parque urbano desde 2008, no entanto, sem demonstrar avanços práticos diante do conjunto de leis, decretos e regulamentações previstas.

2) A ideia do Parque Theodoro Sampaio é fruto de provocações e impulsionamentos que vêm sendo construídos historicamente e cotidianamente. Além dos apontamentos previstos em legislações específicas, importantes para a demarcação dessa área verde, esse processo emerge do acionamento de heranças e significados que vão se sobrepondo às ações e práticas dos diversos agentes sociais em interação com este ambiente natural e construído, resultando em intervenções materiais e imateriais no espaço.

território, o distanciamento social não prejudicou o recorte analítico abordado na pesquisa e na coleta dos elementos necessários para o seu desenvolvimento. Os agentes sociais locais e outros agentes externos, como universidades e movimentos sociais, continuaram a se movimentar. Um outro formato foi adotado, dando continuidade à construção dessa ideia de parque: aconteceram reuniões virtuais, abertas ao público e transmitidas ao vivo por meio de redes sociais. Ressalta-se que, ainda com as dificuldades impostas pela impossibilidade de encontros presenciais, essa rede continuou se construindo, interagindo e publicizando as questões referentes às lutas pela implantação do Parque Theodoro Sampaio.

3) Em meio aos tensionamentos que podem ser observados no território em questão, também são provocadas interações e articulações, importantes e valiosos meios ativadores da ideia desse parque urbano, almejado enquanto um espaço público.

4) Dentre os tensionamentos que ocorrem na área, o Parque Theodoro Sampaio não é visualizado apenas pela perspectiva do lazer ou da conservação e preservação. Apresentando uma complexa rede de possibilidades, a variedade de seus usos pode se apresentar como potencial para criar um espaço flexível, multiuso, que atenda a diversas funções e formatos.

5) Observa-se que a apropriação popular, seja de moradores dos bairros do entorno, ativistas individuais, agentes que atuam por um viés educacional, movimentos sociais e coletivos urbanos, poderá trazer ganhos consistentes nas ações por preservação e cuidado da área verde, emanando de “baixo para cima” e de “dentro para fora”. Sem contar com a efetiva ação Estatal, observa-se que as ações dos agentes populares têm se tornado mais coletivizadas, com maior potencial para conquistar e se inserir em uma esfera pública mais ampla, gerando debates que se relacionam diretamente com a vida cotidiana do bairro e da área verde, avançando nas questões relativas ao espaço público que se quer conquistar.

6) É oportuno pensar nos benefícios que esse parque urbano pode oferecer para a região de inserção, área predominantemente periférica da cidade de Salvador. Uma vez que, é cada vez mais demonstrado o interesse em implantar o parque pela gestão municipal, torna-se urgente formular alternativas para gestão e formato de implementação, priorizando os interesses coletivos.

7) Nas movimentações e articulações são observadas potencialidades políticas, que se revelam na luta e no envolvimento da população moradora, movimentos sociais, coletivos urbanos, agentes educacionais e indivíduos. No engajamento e na diversidade desse movimento podem fomentadas novas sociabilidades e conferidos conteúdos políticos nos processos de produção e criação da cidade.

A partir dessas observações preliminares, os argumentos foram sendo organizados para dar corpo à dissertação ora apresentada.

2. INTRODUÇÃO – ESCOLHAS METODOLÓGICAS E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Nesta dissertação “Tensões e articulações na criação de espaços públicos: a construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador - BA” busca-se entender as ações e as práticas que, em suas dimensões materiais e imateriais, vem construindo cotidianamente a ideia do Parque Theodoro Sampaio. A luta pela implementação desse equipamento público acontece há mais de uma década, a partir das iniciativas de uma diversidade de agentes sociais e da representatividade e força simbólica dos agentes naturais, presente na área verde de 85 hectares, remanescente de mata Atlântica e circundada por sete bairros periféricos da cidade de Salvador.

Buscando observar tais movimentações, objetiva-se analisá-las a partir do acúmulo histórico e do mapeamento dos agentes sociais e naturais, compreendendo os tensionamentos e as articulações promovidas a partir das interações. O movimento dessa rede de relação, construída ao longo do tempo é capaz de ativar potenciais criativos e permitir novos impulsos para implementação do parque urbano e cuidado da área verde, possibilitando a construção de um espaço público de forma coletiva.

Gradativamente, as questões relativas a esta área verde vão se tornando mais presente nos discursos políticos do habitar dos moradores do bairro, de coletivos urbanos e de movimentos sociais da cidade de Salvador, provocando um movimento de maior inserção nos debates públicos coletivos.

Trata-se da análise de um processo longo e complexo, protagonizado por agentes internos e externos, envolvendo tensões ambientais, reivindicações na implementação de um equipamento de uso público e coletivo, movimentações para a construção de um espaço público e revela a busca de soluções para problemáticas advindas de uma ocupação precária e de pouco acesso aos benefícios urbanos, que se traduz em uma convivência conflituosa entre os processos de urbanização e ambiente natural.

Sem desconsiderar as problemáticas latentes, de viés urbano e ambiental, que serão melhor aprofundadas, essa área verde, idealizada como Parque Theodoro Sampaio, se realizada como um equipamento público para o miolo da cidade de Salvador, apresenta a possibilidade de desfrute de uma cidade mais ambientalmente equilibrada, lúdica e que valoriza a relevância socioambiental local, oferecendo mais opções de convivência pública para seus moradores.

Frente à riqueza ambiental da área verde e da mobilização observada para a implementação deste parque urbano, almeja-se construir um olhar que possibilite ir além da “pura” preservação, que evite pensar em um espaço “fechado em si mesmo”. Nessa área verde, em estado de parcial abandono, o fomento de relações e interações mais saudáveis entre os agentes sociais e naturais depende de novas perspectivas de gestão urbana, atentando para o protagonismo dos moradores e dos agentes internos e externos que têm se apropriado de diversas maneiras, demonstrando potenciais a serem explorados.

Visualiza-se potencialidades e possibilidades de experiências de sociabilidade no movimento que vem se firmando, trazendo vislumbres para a construção de um espaço público, englobando situações de conflitos, embates, disputas, mas também de diálogo, troca e diversidade. Como aborda-se neste texto, a condição para existência de um espaço público está no estabelecimento de uma esfera pública (ARENDRT, 2007), atentando para os aspectos materiais e imateriais que dão conteúdo à produção do espaço.

Os espaços públicos funcionam como “espaços de aparência”, como se refere Arendt (2005), e cumprem importante papel para uma vida compartilhada, quando mobilizam e colocam questões para reflexão em debate coletivo na esfera pública. Ao possibilitar acontecimentos e transformação da realidade por meio da troca e do diálogo entre os diversos, as ações e as práticas ganham importância política, negociadas em coletivo, criando um lugar de “aparência” (AREDRNT, 2005), em relação com o “outro”.

Na densidade do ambiente construído das periferias urbanas, áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, à margem dos serviços públicos e excluídos de benefícios urbanos e coletivos (SERPA, 2001), prioriza-se a construção de unidades habitacionais e os espaços públicos vão se desenvolvendo informalmente nas “sobras”.

No entanto, nos territórios onde são praticadas um conjunto de estratégias de sobrevivência, envolvendo autoprodução da moradia e de infra-estrutura básica, o ato de reivindicar, decidir e compor um movimento de construção de um espaço público aponta para poderosas transformações, muitas vezes conflituosas, mas que reforçam a conexão entre as pessoas e os lugares, compartilhada entre um coletivo, entre a vizinhança, a comunidade e a cidade.

Para além da conquista de um espaço material, a dimensão imaterial que vai emergindo solidifica valores e pode fomentar relações de solidariedade, pertencimento e engajamento político. A apropriação coletiva dos espaços da cidade, sobretudo em área periférica, aponta para experiências de sociabilidade transformadoras na criação de novas urbanidades.

Dessa forma, busca-se compreender essa rede em formação, mapeando os agentes em interação e observando suas ações e práticas², geradoras de tensionamentos e articulações. Adota-se o termo “tensionamento” para descrever o efeito de estar sob tensão, referindo-se àquilo que está em latência de acontecer, podendo representar situações degradantes para o ambiente natural e social, mas também, apontar para valiosas articulações. A área verde em seu estado natural, porém degradado, e os processos de urbanização que se observa, certamente, apresentam malefícios, mas também, podem provocar transformações benéficas no espaço.

Assim, para mapear e entender os tensionamentos e as articulações que têm se manifestado no processo de construção cotidiana desse espaço público, é fundamental visualizar a interação entre os agentes. Como inspiração metodológica, elege-se a abordagem Latouriana (2002, 1994) e o conceito de rede sociotécnica.

As redes sociotécnicas se caracterizam por conexões plurais e complexas que se estabelecem nos processos de apropriação dos objetos, criando pontos de consensos (convergência) e conflitos (bifurcação) (LATOURE, 2002). Essa abordagem, por envolver humanos e não-humanos (elementos naturais, técnicos, culturais, religiosos, pessoas, espaço e objetos), contribui na reflexão acerca das relações que são tecidas no cotidiano da cidade contemporânea a partir da observação das práticas sociais, dos encontros, da dinâmica de uso, de apropriação e da interação conflituosa ou de pactuação entre os diversos agentes produtores dos espaços.

Ainda que se realize uma descrição densa do processo histórico, destacando os elementos naturais e técnicos importantes na construção desse espaço, para viabilizar uma análise mais assertiva delimita-se um recorte metodológico possível no âmbito desta pesquisa. Optou-se por apenas classificar os agentes sociais integrantes dessa rede, revelando a necessidade de continuidade desse estudo, a fim de que sejam compreendidos os papéis dos elementos naturais e demais agentes de forma aprofundada, tais como os artefatos técnicos, projetos, leis e decretos, tão influenciadores e provocadores desse movimento diverso, conforme será apresentado.

² No âmbito das ações, temos aquelas atitudes que evidenciam força e capacidade para agir e mudar alguma situação, sem, no entanto, conferir alguma materialidade ao seu ato. No âmbito das práticas, observamos aquelas iniciativas que são acionadas de forma habitual e se materializam no espaço praticado, provocando interações no ambiente construído (trilhas que se abrem, limpeza da sua própria rua, plantio na vizinhança, construções de casas, escadas, caminhos e tantos outros tipos de intervenções).

Trazendo ricas contribuições para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, o conceito de “rede sociotécnica” nos possibilita compreender a formação das redes de relação, produtoras das realidades culturais, conformadas a partir dos processos de apropriação dessa área verde.

Em consonância com esse pensamento, conforme nos ensina Milton Santos (1996), a natureza do espaço é complexa e dialética, sendo resultado de um conjunto de “sistemas de ações” e um “sistema de objetos”. Assim, entende-se que a relação entre o espaço – enquanto objeto, e seus apropriadores – enquanto agentes sociais, definem suas funções, usos, formas e conteúdos simbólicos e sociais.

Como principal procedimento metodológico para desenvolvimento da pesquisa elegeu-se a observação participante, que permitiu mapear com maior aproximação os movimentos no âmbito da rede sociotécnica, entendendo suas efervescências, potencialidades e tensionamentos. Em paralelo, busca-se realizar um levantamento de marcos teóricos que possam auxiliar na compreensão do tema proposto e contextualizar os processos urbanos e novas perspectivas para a convivência urbana e ambiental nos espaços públicos contemporâneos, sobretudo nos territórios periféricos.

Trazendo a construção histórica local, com destaque para suas características biofísicas e para condições gerais do contexto periférico na cidade de Salvador, tais aspectos serão aprofundados por meio de análises documentais colhidas previamente conforme referências bibliográficas, fotográficas e análises feitas durante as visitas de campo e de pesquisa em observação participante.

A partir da análise histórica da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio e da formulação de uma linha do tempo, realiza-se um estudo acerca das apropriações - das ações e práticas empreendidas no território, e dos agentes em interação, mapeando a rede sociotécnica em contínua formação. Conforme elucidada-se de forma mais aprofundada ainda nessa introdução, classificam-se os agentes sociais em três grupos. Da mesma forma triádica, analisa-se os tensionamentos e as articulações geradas nos processos de interação que impactam na relação com o ambiente construído e natural e provocam a ideia de construção desse espaço público.

Assim, além da sua **apresentação** preliminar de interação com o território, que constitui o capítulo 1, e este capítulo 2, **introdutório**, essa pesquisa se organiza a partir da seguinte estrutura, que se divide em quatro capítulos:

No capítulo 3, **Espaço público e esfera pública: construções materiais e imateriais**, reúne-se referências e caminhos teóricos para pensar o estabelecimento dos espaços públicos trazendo pensadores clássicos, que elucidam o Estado da Arte acerca do tema, apontando para novas perspectivas contemporâneas frente aos processos atuais.

Para introduzir, propõe-se pensar a questão do espaço público a partir do pensamento da filósofa Hannah Arendt em *A condição Humana* (2007) que entende o espaço público como um espaço onde pessoas se apresentam como agentes com poder de fala, interagindo por meio da troca de ideias e podendo transformar o mundo e a si mesmos. A política e o espaço público apenas se constituem a partir do estabelecimento de uma esfera pública, locus de decisões coletivas tomadas a partir do debate, da argumentação, das palavras e da pluralidade de opiniões no confronto político.

Assim, partindo da experiência da civilização ocidental como recorte inicial, Arendt (2007) ressalta a umbilical relação entre esfera pública e os espaços públicos das cidades, os espaços da *vida activa*. Recordar-se que a palavra “polis” traz em seu significado etimológico a união dos conceitos de “cidade” e “política”, se referindo ao mesmo tempo a um modo de habitar e uma forma de participar.

A ideia de diálogo entre os diversos para pensar o estabelecimento dos espaços públicos também foi amplamente discutida na teoria da esfera pública e do agir comunicativo em Habermas em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), atentando para as problemáticas da democracia de massas e sua limitada, excludente e desigual possibilidade de participação política na construção desses espaços.

Com o surgimento de novos mecanismos e instrumentos institucionais participativos, para Habermas, em seu livro *Direito e Democracia: entre facticidade e validade* (2003), pontua-se as novas e mais amplas formas de participação na esfera pública, impactando diretamente na produção do espaço público imaterial e material.

Complementando as abordagens anteriores, tem-se o trabalho de Richard Sennet, em seu livro *O declínio do Homem Público* (1974), onde o autor irá ressaltar aspectos relacionados às modificações ocorridas com o avançar da modernidade e seu modelo de vida racional. Do ponto de vista espacial das cidades ocidentais, o autor considera de extrema importância os espaços públicos, a exemplo da ágora grega, da praça de mercado medieval, dos densos centros barrocos, dos boulevards, dos parques e das ruas das cidades industriais, ressaltando que a relação entre espaço e sociedade é definidora para identidade do homem moderno ocidental.

Evidenciando a ideia de “civilidade”, tão presente nos espaços públicos da vida moderna, a narrativa apontada por Sennet (1974) é fundamental para compreensão da vida pública contemporânea, resultante de um processo civilizatório acumulado e (re)produzido.

Para pensar esse momento de inflexão que reverbera nas cidades contemporânea, no subtítulo **Processos urbanos e possibilidades insurgentes na apropriação do espaço público**, de forma pontual, aborda-se as propostas feitas para os grandes centros industriais no início do século 20, caracterizando as problemáticas da cidade moderna, fundamentais para melhor compreender os processos vigentes.

No Brasil, o modelo modernista-funcionalista tornou-se a tônica do crescimento das cidades após a inauguração de Brasília, tendo influenciado muitos planos urbanísticos em todo o país, sendo amplamente replicado. Culminando em processos de rápida expansão das cidades e alargamento das fronteiras urbanas por meio de soluções uniformizadas, além da desigualdade na distribuição de infra-estrutura e de equipamentos públicos nos territórios autoconstruídos, aborda-se os impactos para a vida pública e produção dos espaços públicos nesse contexto.

Após a intensa participação estatal, reprodutora desse *modus operandis* demonstrado na forma de organização espacial das cidades brasileiras, observam-se novos processos urbanos advindos do abandono e do baixo alcance das políticas sociais, culminando em um intenso crescimento de periferias urbanas superdensadas.

Substituindo as políticas públicas de interesse social por novos arranjos onde prevalece a lógica de mercado, a cidade contemporânea passa a se desenvolver levando em conta a capacidade de consumo, valorizando o potencial de atrair novos investimentos. Tais processos urbanos impactaram profundamente na produção dos espaços públicos nas cidades, sejam eles materiais e imateriais, ganhando novas ênfases para a valorização de suas imagens, da seletividade e do controle.

São processos que se manifestam nos modos de vida, mas também nos espaços construídos das cidades. Dessa forma contraditória e desigual os espaços públicos estão em transformação e intensa disputa, envolvendo complexas tensões, conflitos, lutas, negociações e acordos. Legitimando as diversas formas de se apropriar do espaço e as práticas sociais que resultam desses processos difusos, há esforços para trazer referências que possam contribuir na compreensão acerca dos espaços públicos frente aos processos contemporâneos.

Na esfera/no bojo/no âmbito da cidade contemporânea, pequenas e múltiplas ações insurgentes, emergentes e desviantes vão se expressando em paralelo às construções hegemônicas dos espaços. Abordadas aqui como "narrativas insurgentes", busca-se tratar as

iniciativas nos territórios populares como uma face de auto-afirmação, por meio de ações que inventam a cidade como uma obra compartilhada, constituindo espaços de cidadania insurgente, no sentido mais amplo trazido por Holston (2001). Aborda-se o sentido de insurgente como uma ação na contramão, uma contra-política, que desestabiliza o presente e provoca transformações.

Como aprofundaremos ao longo do texto, essa área verde é demarcada enquanto parque urbano desde 2008 (PDDU 2008/2016), resultado de ações que partem das esferas institucionais, mas não propõem concretizações práticas, dando uso e atribuindo benefícios materiais para a área em questão. De um modo geral, esse movimento toma um caráter insurgente por entender a demarcação institucional insuficiente, provocando articulações sociais e populares, almejando a implementação de um espaço de uso público, contra-patrimonial, construído de cima para baixo, reivindicando, de fundo, a valorização da cultura étnico-racial presente no território e reclamando por mais cuidado dessa área verde, localizada em uma região periférica da cidade de Salvador.

Reconhecendo a dificuldade dos pesquisadores do campo territorial em relacionar as dimensões políticas e sociais com os aspectos estruturais e físicos dos espaços, Serpa (2008) ressalta que a “discussão sobre essa temática passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem multifacetada do problema” (SERPA, 2008, P.175).

É nessa passagem que, a partir de diferentes perspectivas e enfoques complementares, demonstra-se a necessária aproximação entre as noções de espaço público e esfera pública – dimensão material e imaterial do espaço, que podem ser visualizados como um campo relacional amplo, podendo assumir formas diversas (SANTOS, 2005).

E nesse sentido, busca-se o pensamento de Queiroga (2012), que ao tratar da polissemia existentes nos conceitos de “espaço público” e “esfera pública”, propõe uma compreensão da dimensão pública da vida a partir do entendimento de como ela se materializa nos espaços da cidade, pondo em evidência as práticas comunicativas para constituição e ocupação desses lugares, por sua vez, tornados públicos.

Para discutir as questões apresentadas neste subtítulo, toma-se como principais referenciais teóricos as produções de Bonduki (1992), Gordilho-Souza (2008), Arantes (2007), Caldeira (2000), Serpa (2001, 2007, 2008), Queiroga (2006, 2012), Miége (2004), Barbosa (2013), Holston (2001), entre outros.

No segundo subtítulo, **Parques Urbanos brasileiros: conquistas e tensões**, será abordado os processos referentes aos parques urbanos no Brasil, trazendo referenciais teóricos como Macêdo (2002, 1999), Segawa (1996), Serpa (2003), Santos (2005), Sakata (2018, 2017), entre outros.

Como toda categoria espacial da cidade, os parques urbanos refletem as necessidades do corpo social e as problemáticas referente a cada período histórico. Pontuam-se as diferentes concepções e definições relacionadas aos parques urbanos, passando pela jardinocultura, pelo parque renascentista, moderno, contemporâneo, e por fim, abordando o parque urbano periférico, que apresenta problemáticas próprias.

É possível observar relevantes avanços institucionais e robustos movimentos para implementação de espaços públicos, sobretudo, de cunho urbano e socioambiental, a partir dos anos 1970 no Brasil. Na perspectiva da inserção na esfera pública, tais movimentações trazem importantes fundamentos e avanços político-institucionais (SANTOS, 2005).

No entanto, diante de intensos processos complexos e contraditórios, muitos parques periféricos continuam em situação de abandono, desassistidos, sem cuidados, fechados e fragmentados no tecido urbano. Observa-se que, mesmo após o período das Leis, Decretos e Planos de Desenvolvimento para as cidades brasileiras, outros tensionamentos vem se sobrepor às questões de dimensões socioambientais. Não se trata apenas da preservação de áreas verdes, com valiosas riquezas naturais. Vem à luz também discussões acerca da questão da moradia, da terra, da escassez dos espaços públicos físicos e da pouca participação dos moradores nas decisões acerca dos espaços nas cidades brasileiras.

Diante do pouco investimento público para melhoria, manutenção e fomento para implantação de parques urbanos, especialmente os periféricos, o que se observa são movimentos que enfatizam a participação popular na luta pelo direito aos espaços públicos com relevância socioambiental. Fica nítida a necessidade do envolvimento da população como ingrediente fundamental na garantia de movimentos perenes por preservação do ambiente natural e implantação de novos parques, sobretudo, parques urbanos populares e periféricos.

Diante desse contexto, a adesão de movimentos populares cada vez mais frequentes, preocupados com os ambientes naturais de acesso público e coletivo da cidade traz vislumbres de cidades ambientalmente sustentáveis e democráticas, preocupada com o bem-estar coletivo. Além disso valoriza os ambientes naturais com posturas menos predatórias, de modo que revela uma consciência do direito à vida urbana “ transformada, renovada e que busca no espaço urbano sua “realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 1991, apud SERPA, 2001, p.178).

No capítulo 4, **Construção da ideia de um parque urbano na periferia de Salvador** e em seus três subcapítulos, objetiva-se demonstrar como se constrói o processo de idealização desse espaço público, fruto de um movimento coletivo, provocado no estabelecimento de uma rede sociotécnica em contínua formação, conectando agentes em interação e suas diversas formas de se apropriar da área verde.

Para melhor entender o processo de idealização desse parque urbano, apresenta-se um panorama geral dos Parques Urbanos na configuração urbana da cidade de Salvador e melhor contextualização da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, seguido por uma descrição dessa área verde e seus aspectos biofísicos, sociais e urbanos.

Na elaboração deste capítulo, somando-se a visita de campo, as análises documentais, bibliográficas e fotográficas, elenca-se como principais fontes bibliográficas: Reis (2003), Gordilho-Souza (2005, 2008, 2019), Araújo (2016), Queiroz (2017), Vilas Bôas (2018), Costa (2008), Caldas (2002, 2007, 2007a), Pontes e Carvalho (2001), Oliveira (2014) e outros trabalhos produzidos no âmbito da Residência em Assistência Técnica da Universidade Federal da Bahia – RAU+E, em sua 1ª. e 2ª. edição, além da consulta aos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – PPDUs (2016/2018), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), ao Observatório dos Bairros de Salvador e outros dados referenciados ao longo do texto.

No primeiro subcapítulo, **Os Parques Urbanos na Configuração Urbana de Salvador**, observa-se que a preocupação com as áreas verdes e parques urbanos já havia sido expressa desde de 1935, na histórica 1ª. Semana de Urbanismo de Salvador, passando pelo Plano do Escritório do Plano de Urbanismo – EPUCS da cidade de Salvador (1942 – 1949), pelo Plano diretor de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB (1975) e pelos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2008 e PDDU/2016).

Analisando esses conjuntos de leis e normativas, observa-se a perspectiva adotada para o trato dos Parques Urbanos e áreas verdes da cidade de Salvador e nota-se que, mesmo após as mais recentes definições instituídas pelo PDDU/2016, a quase totalidades dos dispositivos e diretrizes se mantêm sem implementação, contando apenas na letra fria da lei (GOMES et. al, 2019, p.326).

Conforme veremos, tensões resultantes desse processo se manifestam na área verde de estudo, predominantemente habitada por populações de baixa renda, com uma habitabilidade precária e insuficiente, localizada em área de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e que demanda intermédio para melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização

fundiária de assentamentos irregulares. Somando-se a isso, nota-se a escassez de áreas verdes, parques urbanos e outras tipologias de espaços públicos nos bairros periféricos da cidade, resultantes da desigual distribuição na malha urbana.

Tratando-se da idealização de uma grande área verde enquanto um espaço público, atravessado por tensionamentos diversos, a demarcação e indicação em legislações específicas representam importantes garantias. No entanto, considera-se que a ação de órgãos e agências públicas, no papel de cuidar e gerir, impõem condições ambíguas para o cuidado e uso dessa área verde, conferindo fragilidades na preservação e revelando limitações no reconhecimento de formas participativas e integradoras de gestão e apropriação do espaço.

Ainda que tais problemáticas impunham severas barreiras para uma relação mais saudável entre habitantes e ambiente natural, importantes para a cidade em seus aspectos climáticos e culturais, ressalta-se que o processo de idealização dessa área verde enquanto Parque Theodoro Sampaio tem sido impulsionado pelas práticas afirmativas e latentes, advinda das movimentações no âmbito da rede sociotécnica em formação. Conforme observa-se, é possível identificar as movimentações para implementação do parque desde 2004 (GORDILHO-SOUZA, 2019), atentando para o protagonismo dos agentes sociais populares.

No segundo subcapítulo, **Apropriações e Usos No Território da Área Verde e Entorno** busca-se descrever as principais características biofísicas, sociais e urbanas da área e mapear os usos e as diversas apropriações. Foram elaborados mapas que elucidam: 1) a inserção e as vizinhanças da área verde, circundada por cinco bairros periféricos; 2) a situação fundiária, cujo os proprietários legais são a União, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e o Terreiro Bate-Folha; 3) Mapa de Usos e Apropriações.

A partir dos mapeamentos, apresenta-se descrições que permitem melhor compreender os usos e a ocupação do solo no perímetro previsto para o parque, deixando marcas no ambiente construído, realizadas por agentes que compõem a rede sociotécnica em movimento. Busca-se trazer um panorama geral acerca dos agentes naturais da área e de como vem sendo apropriados.

No terceiro subcapítulo, **Idealização Do Parque Theodoro Sampaio** apresenta-se uma linha do tempo, elaborada com o objetivo de aprofundar acerca da construção histórica, das ações e das práticas cotidianas observadas na área. Essa ferramenta permite o mapeamento dos agentes ativadores da complexa rede sociotécnica, que por sua vez atuam em conjunto na construção desse espaço público.

É com o desenlace do processo de escravização de povos e de processos urbanos desiguais e excludentes, que se produz parte da dinâmica que hoje se dispõe sobre o território

de estudo. A área verde, localizada no bairro Mata Escura, foi um dos locais mais seguros para o aquilombamento no passado devido à densidade e profundidade da Mata Atlântica na localidade.

Os equipamentos urbanos públicos em bairros periféricos, tais como os parques urbanos, oferecem benfeitorias que desempenham papéis estruturantes para o conjunto da cidade. Além de fatores socioeconômicos e socioambientais mais imediatos, a implantação efetiva do Parque Theodoro Sampaio reafirma a relevância cultural e simbólica desse espaço de natureza, território de um amplo movimento de aquilombamento na história da cidade de Salvador, e que num passado mais recente, abrigou as Represas do Prata e de Mata Escura, requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio.

Como veremos, a denominação coletiva de “Parque Theodoro Sampaio” faz parte desse resgate e da reafirmação de memórias importantes pelos moradores locais.

Aprofunda-se esse amplo histórico descritivo, elencando os principais acontecimentos que contribuem para impulsionar a ideia do Parque Theodoro Sampaio e que geram movimentações, sejam elas acionadas nos inúmeros tensionamentos ou nas articulações geradas nos processos de interação.

Visualiza-se, nesse acúmulo histórico, potência, força e sentido político na conquista do espaço público em questão, o qual envolve a participação dos agentes sociais nos processos de configuração do espaço. Ademais, estes envolvem-se também no fomento de ações coletivas, educativas e construtivas que emergem dos sentimentos individuais e coletivos simbólicos, de pertencimento e de valorização ambiental, das culturas tradicionais e das novas expressões sociais presentes no território.

No capítulo 5, **A Conquista de espaço público como afirmação: apropriação de esfera pública na criação do Parque Theodoro Sampaio**, busca-se entender como a conquista gradual e coletiva de esfera pública constitui um processo de afirmação desse futuro parque urbano periférico enquanto um espaço público.

Serão analisadas as tensões e as articulações geradas a partir das interações no âmbito da rede sociotécnica em contínua formação, que será demonstrada e terá seu conceito aprofundado, explorando as possibilidades e escolhas metodológicas. Constituída a partir de ações e práticas cotidianas e diversas, a rede sociotécnica representa o conjunto de relações no território, contribuindo ativamente no processo de construção desse espaço público.

É no âmbito dos tensionamentos e das articulações cotidianas que se apresentam novas possibilidades de debate e de diálogo, que apontam para potenciais de ampliação das redes de interação entre os agentes e maior inserção na esfera de debate pública, ativando a ideia desse parque urbano periférico enquanto um espaço público, no sentido mais forte do termo.

Tais situações, que resultam em conflitos e acordos a partir da interação entre os agentes diversos, podem conferir fortes fundamentos políticos ao movimento. O que se visualiza é uma movimentação popular para o cuidado e implantação do parque urbano como benefício coletivo para o bairro e para o conjunto da cidade, mesmo diante do contexto segregador, excludente e de parcial abandono em que se encontra a área verde.

Dessa forma, no subcapítulo **A formação de uma rede sociotécnica: tensões e articulações** é possível analisar e classificar os agentes de acordo com suas formas de atuação, descrevendo suas ações e práticas relacionadas a área verde estudada, possibilitando um mapeamento da rede sociotécnica, conforme apresentado na figura 26. Os quadros de análise dos agentes (quadros 02, 03 e 04) são elaborados a partir de informações e descrições sistematizadas a partir das pesquisas bibliográficas e das visitas de campo em observação participante, em convivência com agentes diretamente envolvidos no processo.

Os agentes serão analisados de acordo com as seguintes classificações:

- 1- **Agentes públicos:** grupo que parte da iniciativa pública, composto por agentes que atuam a partir da perspectiva educacional; da gestão institucional e da regulamentação de usos para a área.
- 2- **Agentes privados:** grupo que se estabelece a partir da iniciativa privada, composto por agentes individuais, lideranças comunitárias, ativistas e empresas privadas.
- 3- **Agentes do 3º. Setor:** grupo que atua em benefício coletivo, se articulando com o setor público e privado sem objetivo lucrativo, abarcando uma diversidade de agentes, como associações, coletivos urbanos, movimentos sociais, organizações-não-governamentais, grupos religiosos e outros.

Com a análise feita a partir das informações coletadas nos quadros apresentados e com a visualização da rede sociotécnica, foi possível pontuar os tensionamentos e as articulações que impactam de uma forma conjunta sobre o território urbano e sobre a vida social e ambiental na área verde.

Nesse sentido, para organizar a abordagem analítica proposta, divide-se os tensionamentos em três (3) grupos: ambientais, de gestão/implantação e sociais. Da mesma

forma, a análise das articulações dividiu-se entre três (3) aspectos que se despontam com maior clareza no processo observado: educacional, institucional e ativista/reivindicatória/comunitária.

Apoiando-se nas descrições dos agentes naturais, abordadas no capítulo 02, no mapeamento dos agentes sociais e estudo de suas práticas e ações e na análise dos tensionamentos e das articulações que despontam a partir da movimentação observada na área de estudo, foi possível uma aproximação desse processo em seu estado prático, e nesse sentido, desenvolve-se o subcapítulo **Construção de um espaço tornado público**.

Retomando o referencial teórico escolhido, tem-se que para o estabelecimento de um espaço público é preciso que aconteçam conflitos, acordos, negociações (ARENDR, 2007), comunicação e entendimento entre os diversos (HABERMAS, 1967) e convivência pública nos espaços da cidade (SENNET, 1984). Atentando para as práticas e ações cotidianas, sobretudo para as articulações que se esboçam nesse processo, ficam evidentes as latências e potencialidades que se instituem para a conquista desse espaço tornado público.

“Um espaço tornado público” (QUEIROGA, 2012) se refere ao movimento de ampliação e inserção na esfera pública a partir do estabelecimento de um espaço onde acontecem debates, trocas, conflitos, acordos, negociações, entendimentos e desentendimento entre os diversos, visualizando a construção desse espaço enquanto um processo.

A apropriação desse espaço periférico pode alcançar níveis notáveis com uma produção morfológica própria, espontânea, construída cotidianamente e que pode se tornar um lugar de festa, de imaginação e desejo, lugar do espontâneo, do lúdico, da produção e da expressão das diferenças (LEFEBVRE, 2013), mas que não persistirá sem lutas. Todos os agentes, internos e externos, sejam os que atuam no sentido do cuidado ou no sentido de instituir ações degradadoras, provocam tensionamentos em níveis e por aspectos diferentes. Nessa rede sociotécnica, todos são agentes de transformação e suas interações podem ocasionar troca de saberes e aderências plurais, envolvendo acordos e conflitos, dando condições para estabelecimento de um espaço público e provocado na constituição de uma esfera pública, ainda que precária, efêmera e insurgente.

Dessa forma, busca-se pontuar as perspectivas, as potencialidades e limitações observadas nesse processo, pensando novas disputas de narrativas contemporâneas e de avanços na concepção comunicativa entre cidade, natureza e inclusão social, delineando realizações promissoras para a implantação do Parque Theodoro Sampaio.

Por fim, apresenta-se no capítulo 6 as **Considerações Finais** deste processo de pesquisa. Observa-se que, em meio a contradições e tensionamentos, a cidade vem sendo produzida

dentro de uma enorme multiplicidade, mas muitas coisas não são olhadas ou mesmo consideradas, implicando novas ênfases e narrativas aos processos de ocupação do espaço. Retoma-se a discussão que contextualiza a cidade contemporânea, o intenso processo de crescimento das cidades e a rápida conformação das periferias urbanas, importantes no argumento central da pesquisa.

Observando tal complexidade, reconhece-se que a cidade já não é produzida apenas a partir da perspectiva dos planejadores e burocratas, mas abriga diversas iniciativas, frutos de processos conflituosos e contraditórios, por vezes, apagados e silenciados. Ganha destaque o clamor e lutas pela permanência e possibilidades de desfrutar dos espaços públicos na cidade, entendendo-os como fundamentais para uma vida em coletivo.

O que se observa no processo de idealização desse parque urbano periférico traz à tona questões invisíveis, ainda pouco exploradas, apresentando valiosas possibilidades, configurando processos importantes para sonhar outros futuros. Buscando observar a rede sociotécnica em interação nessa área verde, com os tensionamentos e as articulações que compõem os processos de construção desse espaço público, foi possível uma aproximação para apreensão dessa movimentação entendendo as perspectivas, potencialidades e as limitações impostas.

Apresentando outras importantes observações acerca desse processo, conclui-se o trabalho ressaltando o protagonismo popular, que tem ganhado relevância nas questões relativas ao espaço público. Observa-se que as ações empreendidas pelos habitantes, comunidades e grupos que se reúnem em coletivo para reivindicações múltiplas têm extrapolado o campo dos direitos individuais ou do acesso à propriedade privada, adotando-se agendas mais ampliadas e coletivas, englobando a dimensão social, ambiental e política no debate. Tal fato demonstra que é possível repensar o conjunto da cidade, do território, do bairro, da rua, tratando-se de uma construção coletiva e pública, e possibilitando uma maior inserção coletiva na esfera pública de debates.

Dessa forma, coloca-se em evidência e pontua-se os diversos aspectos que podem ser visualizados como potencialidades no processo de idealização e luta pela implementação do Parque Theodoro Sampaio, abrindo um campo para discutir como e quais perspectivas de apropriação do espaço público apresentam caminhos para construir novos paradigmas para as cidades e para a vida urbana.

Como uma gota no lago, as ações e práticas acionadas nessa e para a área verde vem impulsionando e criando possibilidades para novas urbanidades a partir da criação de um espaço

material e imaterial que estimula sociabilidades, sendo palco para manifestação da vida cotidiana e interação entre diversas pessoas - envolvendo toda a complexidade dos seus conflitos e tensionamentos, ideia intimamente ligada à dinâmica dos espaços públicos.

Visualizando potencialidades para essa construção, que está em pleno processo de idealização, persistindo em pauta há pelo menos 15 anos, compreende-se que este ainda é um longo caminho, tomando características de um movimento ainda insurgente e latente, que pode vir a conquistar benefícios coletivos futuros, apresentando fragilidades e imensos desafios.

Do ponto de vista imaterial, subjetivo e simbólico, esse processo tem demonstrado grande potencial de criatividade, de resistência e de articulações em rede, já apresentando importantes ganhos nesse sentido. Do ponto de vista físico e material, ainda são necessárias muitas lutas pela melhoria física da forma urbana, reclamando por mais participação e poder de decisão na construção dessa “obra” que é a cidade.

Aponta-se para potencialidades a serem exploradas, advindas das práticas próprias do território e do fomento de participação no acolhimento e cuidado da área verde, sem negar os conflitos derivados da diferença, diversidade e da flexibilidade nos formatos de apropriação, exigindo abordagens que aproxime as dimensões política, social e ambiental, por vezes, tão apartadas entre si.

Finalmente, diante da discussão apresentada, como uma proposta de continuidade, esse trabalho traz métodos e perspectivas que podem ser replicados na análise e na aproximação acerca de outros espaços públicos das periferias urbanas de Salvador. Mapear a rede sociotécnica e as práticas instituídas pode contribuir na visualização de riquezas, efervescências e fragilidades nos processos de construção dos espaços públicos. A partir desse estudo de caso, envolvendo um processo de idealização de um espaço público em área periférica da cidade de Salvador, nota-se que a experiência urbana pode despertar sensibilidades e subjetividades que valorizam uma vida pública comum, exercitando a imaginação sobre outros futuros.

Estão em aberto as possibilidades para essa área verde com uma história tão rica, de relevância histórica para o conjunto da cidade de Salvador. Com a força popular e com o fomento das articulações que já ocorrem na defesa da área verde, apresenta-se a possibilidade de ensaiar um espaço público desejável, que faça parte do imaginário urbano da população. É difícil imaginar cidades que ainda não existem, mas nesse contexto, essa tarefa surge como um exercício possível e incontornável.

3. ESPAÇO PÚBLICO E ESFERA PÚBLICA: CONSTRUÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS

A área verde, destinada ao Parque Theodoro Sampaio, localiza-se no bairro da Mata Escura e é circundada por seis bairros periféricos. Percebendo as ações e os intensos processos que ocorrem na área e o seu potencial para torna-se um importante parque urbano periférico na cidade de Salvador, inicialmente, busca-se entender os conceitos de “espaço público” e “esfera pública”, temas de relevância neste trabalho.

Partimos aqui da compressão do Estado da Arte acerca do tema, observando que os debates relacionados ao “espaço público” têm adquirido cada vez mais relevância entre os estudiosos do espaço urbano, ganhando distinta atenção nos últimos anos em diversos campos do conhecimento e no trabalho de órgãos públicos municipais, nacionais e internacionais³.

No desenvolvimento deste trabalho, os conceitos abordados nos permitem entender em que medida os tensionamentos e as articulações geradas nos processos de apropriação da área verde são capazes de fomentar a idealização desse parque urbano periférico, tendo como agentes ativos a rede sociotécnica em formação.

As produções relacionadas ao “espaço público” no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo apontam para um interesse renovado pelo tema. O aumento desse interesse se deve à associação do “espaço público” com os processos de construção de novas sociabilidades; com o surgimento de “novos espaços públicos”, como a internet e temas correlatos à produção por *bigdata* e *fakenews*; com a busca por uma melhor compreensão do momento político e econômico mundial - refletindo acerca de acontecimentos como a Primavera árabe em 2010, o Ocupe Wall Street em 2011 e no Brasil, a partir de 2013, o “Vem pra rua” em 2014 e um dos mais recentes, o “#elenão” em 2018; e por fim, ressalta-se a crítica ao idealismo comum ao tratar do tema, que anula sua essência política em favor de uma “ideologia cidadanista” (ROSANELI et. al, 2019).

³ Apresentando um sucinto panorama, Rosineli et. Al (2019, p.4) afirma que a UNHABITAT, tem dado particular atenção ao tema. De acordo com os autores, como exemplos dessa ampla agenda internacional, mencionam: a instalação do Global Public Space Programme em 2012, dedicado a estabelecer cooperação e abordagens internacionais para desenvolver políticas sobre o tema; O World Habitat Day de 2015, dedicado ao tema do espaço público; A Conferência Habitat III, em Quito no Equador, em 2016, abordando questões relacionadas ao espaço público como tema relevante na Nova Agenda Urbana (2017); além de permear as questões e os objetivos de desenvolvimento sustentável, debatidos em congressos interacionais e acordados, por exemplo, na Rio+20 em 2015, no Brasil (Rosaneli et.al, 2019, p.4).

Rosaneli et.al (2019) nos mostra que a abordagem sobre o “espaço público” tem se estabelecido por meio de múltiplas compreensões, já que tem sido vasculhado de forma interdisciplinar, absorvendo os acúmulos conceituais que foram se incorporando à noção ao longo do tempo. Para o desenvolvimento deste trabalho, as diferentes concepções e abordagens teóricas sobre o tema e suas derivações nos permite avançar no entendimento sobre os processos e relações entre apropriação, uso, preservação e construção desses espaços, permeados por tensões, de forma que se desdobram em outras possibilidades e adquiram uma dimensão pública.

Nesse sentido, buscando compreender as acepções acerca do “espaço público”, veremos que eles não se definem apenas por sua materialidade, mas também por seus conteúdos subjetivos, contidos nas dimensões do espaço social, se revelando de forma subjetiva, simbólica, significativa, representativa e imaterial. No campo dos estudos urbanos, entendidos para além de espaços “não ocupados por edificação”, os “espaços públicos” desempenham papéis acumulados ao longo do tempo, com importância social, econômica, ecológica, estética e sobretudo política na produção das cidades.

Tomando como fundamento a experiência da *Polis Grega*, como um recorte na experiência da civilização ocidental em uma abordagem de perspectiva histórica, recorda-se que a palavra “*polis*” traz em seu significado etimológico a união dos conceitos de “cidade” e “política”, se referindo ao mesmo tempo a um modo de habitar e uma forma de participar.

A polis grega foi entendida por Hannah Arendt (2005) como um modelo histórico de construção de uma esfera pública política e prática, profundamente associada à noção de “espaço público”. Apesar da conhecida estrutura de exclusão, a antiguidade clássica grega é, para a autora, uma referência na construção de um modelo político democrático, representando o nascimento de uma esfera pública e uma construção coletiva para uma vida comum entre os que eram considerados cidadãos.

Os fundamentos da *Pólis* grega trazem em si a construção de um espaço físico decorrente de um espaço político (BENÉVOLO, 1979; MORALES, 2008), havendo uma preocupação com o bem comum e com o frequente diálogo entre seus cidadãos. Atribuindo um caráter estruturante aos espaços públicos das cidades, resulta-se na construção dos espaços públicos físicos, como as ágoras e fóruns, essenciais para a comunicação política na cidade.

A noção de *polis* vai se transformando, emergindo de um processo de ruptura entre um universo místico e religioso para um cotidiano mais racional e democrático, com um conceito de democracia temporalizado naquela sociedade, atravessada por relações de poder. Os

conflitos relacionados à questão da terra, uma das razões da construção de um estado democrático independente para cada *polis* grega, gerou a necessidade de novos traçados e conformações urbanas, fundamentadas na construção da cidade enquanto um corpo político, preparado para atender às demandas dessa nova realidade social (BENÉVOLO, 1979).

No desenvolver desse processo, ficou entendido que a política e o espaço público apenas se constituíam a partir da existência de uma esfera pública, um lócus de decisões coletivas tomadas a partir da troca de ideia, das palavras e de argumentações: “Significava não apenas que quase todas as ações políticas, na medida em que permanecem fora da esfera da violência, são realmente realizadas por meio das palavras” (ARENDT, 2007, p.35), ou ainda, “o ser político, o viver na polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência” (ARENDT, 2007, p.35).

Assim, para a prática política, constituinte da esfera pública e dos espaços públicos das cidades gregas da antiguidade ocidental, seria necessário a compreensão de que a política é uma construção entre plurais, se fundamentando na coletividade, sociabilidade e urbanidade construídas no cotidiano das cidades e na vida pública dos cidadãos. Nesse sentido, a cidade ocidental e a construção dos seus espaços públicos estão umbilicalmente relacionadas com a ideia de um projeto coletivo, público, constituído por ações práticas e discursivas que, por sua vez, chegam a assumir formas materiais, imateriais, culturais e simbólicas.

Hannah Arendt, em *A condição Humana* (2007), busca entender a origem dos fenômenos de construção de espaços de expressões públicas, cuja função é organizar a vida da cidade, sendo um espaço intermediário para construção de relações entre artefatos, humanos e seus negócios, fazendo-os congregarem sem colidir. A esfera pública é um espaço onde os homens se apresentam como agentes com poder de fala, se comunicando nesse âmbito e produzindo instrumentos de ação que transformam o mundo e a si mesmos.

Para Arendt (2007), a esfera pública se instaura a partir do exercício da ação, da troca de palavras, comunicação e diálogo, da pluralidade de opiniões no confronto político efetivado através da retórica, abrigando consensos e lados agonísticos.

Para a autora, no entanto, com o surgimento de uma terceira esfera, a esfera social, questões da esfera privada invadem a esfera pública, estando a política saturada com questões domésticas e individuais, levando à uma retração dos espaços públicos. Essa conclusão gera algumas críticas ao seu pensamento, sendo a autora rotulada como uma “nostálgica da Grécia Antiga”.

Outro importante referencial teórico para abordar o tema proposto são as reflexões apontadas pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), o autor vai afirmar que a esfera pública se constitui por meio de uma estrutura comunicacional orientada pelo entendimento, na qual só possível a partir de um espaço social gerado no agir comunicativo (HABERMAS, 2003, P.92). A relação entre esfera pública, política e poder, ponto central da teoria crítica à esfera pública burguesa de Habermas, é descrita pelo autor a partir da formação de uma rede de grupos que impactaram na esfera pública a partir de reuniões e organizações, compostas por frequentadores de clubes literários europeus.

Com a chegada dos meios de comunicação de massa, ocorre progressiva decomposição desse modelo de construção de esfera pública, consolidando-se uma esfera social. Assim, de acordo com Habermas, com o avançar da modernidade, esses espaços públicos, constituintes da esfera pública, passam a conformar-se a partir da criação de mecanismos e instrumentos institucionais, excludentes e desiguais em sua participação política, sendo, portanto, esse contexto reprodutor de uma esfera pública onde apenas a burguesia teria possibilidade de participar.

Mais tarde, em seu livro *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Habermas (2003) reconhece que, dentro desse quadro geral, houve um surgimento de novas formas de participação na esfera pública, ao observar a inclusão da sociedade civil nas esferas institucionais, fundamentais na consolidação de canais comunicativos e na criação de novas esferas de debates e discussão.

O autor atualiza sua crítica, apresentando concepções que dialogam com contemporaneidade, ressaltando as limitações acerca da audibilidade de questões tornadas públicas, assim como, as limitações da democracia representativa, participativa e institucional, que apresentou problemáticas diversas, como sua excessiva institucionalização:

Os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a constituir através de suas interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se dos atores que visam o sucesso e que se observam mutuamente como algo que aparece no mundo objetivo. O espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias. Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através

da linguagem. Em princípio, ele está aberto para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar. (HABERMAS, 2003, P.92).

Assim, observa-se que o caráter estruturante atribuído aos espaços públicos como espaço da vida pública e da política vem da antiguidade clássica ocidental, passando pelas ricas trocas em espaço livre nas cidades medievais e progressivamente, vai se modificando com a consolidação do Estado moderno.

É acerca desse período moderno que se concentram as interpretações que marcam o “declínio do homem público” e que levam em conta o processo de individuação, civilidade e impessoalidade, o novo *ethos* de consolidação do modelo racional de vida. Tais processos, na arquitetura, urbanismo e nos demais campos dos estudos urbanos, persistem na contemporaneidade, tendo se mesclado a outras narrativas que vem emergindo e despontando, conforme será abordado neste trabalho.

Do ponto de vista sociológico, Souza e Öelze (2005), ao analisar o clássico *A crítica do mundo moderno*, de Georg Simmel, aponta que as grandes cidades se tornaram sede de uma economia monetária, trazendo modificações comportamentais entre as pessoas e fomentando processos que enfraquece os elos sociais. Ocorre uma repentina valorização do intelecto em detrimento dos sentidos emocionais, manifestações de atitudes calculistas, indiferentes e reservadas, resultando em uma permanente tensão entre sociedade e indivíduo, entre o público e o privado.

Somando-se às definições e aceções sobre espaço público e esfera pública supracitadas, no livro *O declínio do Homem Público*, Sennet (1974), traz importantes contribuições de análise sociológica. O autor afirma que, do ponto de vista espacial das cidades ocidentais, os espaços públicos sempre foram muito importantes, a exemplo da ágora grega, da praça de mercado medieval, dos densos centros barrocos, dos boulevards, dos parques e das ruas das cidades industriais, sendo a relação entre espaço e sociedade definidora da identidade do homem moderno ocidental: “a cidade é um assentamento com estranhos onde provavelmente estranhos vão se encontrar” (SENNET, 1974, p.324).

Tomando o argumento central presente em seu livro *O declínio do Homem Público*, evidencia-se que a ideia de “civilidade”, tão presente na vida moderna, pressupõe convivência entre os estranhos, sendo esse o fundamento basilar da *res-pública (coisa-pública)*. No entanto, para Sennet (1974), para o ideal funcionamento dessa sociedade, fundamentada em uma ideia de *res-pública*, foi necessário que os indivíduos adotassem papéis públicos, recorrendo à novas

formas de se expressar. O que o autor vai chamar de “máscaras” é o instrumento adotado para construir uma nova mediação entre a vida pública e privada.

Entendendo o pensamento de Sennet (1974) como fundamental para uma compreensão do modo de vida contemporâneo, resultante de um processo civilizatório acumulado e (re)produzido, suas ideias são essenciais para entender como as dimensões da vida pública tem se resignificado. Junto aos fenômenos comportamentais, somam-se a eles as profundas modificações na arquitetura da cidade e de seus espaços de expressão.

3.1. Processos urbanos e possibilidades insurgentes na apropriação de espaços públicos

Partindo dos processos ocorridos com o modo de vida moderno, surgem também as críticas aos valores e a racionalidade transposta às formas de construir cidades. Foi no início do século passado que o movimento modernista reuniu arquitetos, urbanistas e artistas em torno do intenso debate sobre as grandes cidades europeias, para apresentar alternativas ao ordenamento e planejamento, que nesse momento, acolhia um intenso fluxo em direção aos seus centros industriais.

Como forma de resolução dos problemas ligados aos aglomerados urbanos, dentre muitos pensadores, destaca-se de forma breve, as propostas feitas por Ebenezer Howard e Camillo Sitte, com o urbanismo culturalista e suas famosas concepções sobre as Cidades-Jardim, princípios que se difundiram pela França. Mais tarde, com a primeira grande guerra, Le Corbusier ganha notoriedade, divulgando suas ideias e princípios da cidade moderna nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs).

Como é notório, esse movimento foi hegemônico na construção do pensamento sobre a forma de se fazer cidade, culminando na Carta de Atenas, documento publicado em 1933, trazendo fundamentos da arquitetura e do urbanismo modernos, que prezavam pela funcionalidade e universalidade das cidades, separação e segregação dos usos e funções das construções, dando um importante lugar para a fluidez da mobilidade e privilegiando veículos de velocidade. Com o racionalismo cartesiano como diretriz central, a cidade deveria se desenvolver e se estruturar em torno das necessidades da vida moderna: circular, trabalhar, habitar e recrear-se.

Sitte (1992, p. 167), um dos críticos a esse modelo de desenvolvimento, ressalta que os espaços livres da cidade eram fundamentais na manutenção de uma vida pública e de uma sociabilidade comum a todos, pois “são espaços essenciais para a saúde, mas não muito menos importantes para o êxtase do espírito, que encontra repouso nas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade. Sem recorrer à natureza, a natureza seria um calabouço fétido”.

No Brasil, país periférico ao sistema capitalista, observava-se o rápido crescimento dos territórios autoconstruídos, entendidos naquela época como “invasões”, cortiços e favelas, sendo uma solução habitacional para a população mais pobre, que cada vez mais se dirigia aos centros urbanos. Em paralelo aos processos difusos e adensados de autoconstrução, o modelo modernista também se tornou a tônica do crescimento das cidades após a inauguração de Brasília, tendo influenciado muitos planos urbanísticos em todo o país.

Esse processo foi amplamente replicado e reforçado pela forma de promover habitações via Estado em uma tentativa de amenizar e controlar o rápido crescimento das periferias urbanas. Além disso, tal quadro culminou em um extenso alargamento das cidades em direção às suas bordas.

Grandes planos federais de promoção à moradia e reformas urbanas, a exemplo da política de habitação do Banco Nacional de Habitação (BNH) até o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, adotaram o modelo de planejamento urbano modernista. Assim, foi estimulado o processo de expansão das periferias e adensamento de assentamentos precários ao promover o alargamento das fronteiras urbanas através de soluções uniformizadas, estimulando novas ocupações em localidades que não ofereciam acesso à infra-estrutura, carente de equipamentos públicos, mobilidade e espaços de uso público e coletivos (BONDUKI, 1992; GORDILHO-SOUZA, 2008).

No que concerne aos espaços públicos, o ideal modernista/desenvolvimentista excludente desvalorizou a sua ocupação em prol da circulação e o relegou as áreas circundantes a grandes prédios e equipamentos monumentais, modificando a escala do tecido urbano. Para Holanda (1997, p.9), “o espaço modernista se mostra em duas “versões”: uma “dura”, que investe na segmentação da cidade por meio do enclausuramento, via proliferação de barreiras (...), e uma “suave”, que investe na separação por meio da rarefação do tecido urbano, via proliferação de distâncias”. Segundo Holanda (1997), está sistematicamente verificada a

determinação negativa do movimento moderno no urbanismo: evidencia-se a desertificação e a deterioração dos espaços públicos.⁴

Nesse contexto, vale destacar a crítica feita por Janes Jacobs em seu livro *Vida e Morte das Grandes Cidades*, lançado a primeira vez em 1961. Segundo a autora, ao seguir um modelo de cidade que não possibilita encontros, são impedidos modos de vida plurais. Com isso, a segregação e a desigualdade nos acessos de bens privados e públicos se tornam produtos e agentes produtores de desigualdades sociourbanísticas.

No caso brasileiro, sociedade periférica ao sistema capitalista, do ponto de vista sociourbanístico, a desigualdade se materializa em territórios onde não há pleno acesso à moradia e bens públicos e coletivos básicos, como saneamento, energia elétrica, segurança, educação e lazer, estabelecendo duros limites na condição de ocupação da cidade e desfrute de direitos básicos à vida (GORDILHO-SOUZA, 2008).

O colapso da organização espacial moderna é uma resposta da nova estruturação social e de modificações na divisão social do trabalho, que após o abandono das políticas estatais e da quebra do antigo modelo de trabalho industrial, trouxeram novos processos e com eles, novas formas de organizar o espaço.

Observa-se novos processos na cidade contemporânea, revelando os limites do planejamento urbano modernista-funcionalista e as contradições intrínsecas ao modo capitalista de reprodução. Alguns desses processos se despontam de forma hegemônica, outros de forma insurgente e ainda muito apagadas, pouco observadas ou consideradas, mas que podem demonstrar grande potencial criativo na produção das cidades.

Dentre as expressões e processos que se despontam de forma hegemônica, observa-se a cidade como espaço de negócios, uma cidade que se desenvolve levando em conta a capacidade de consumo, sendo, portanto, necessária a competição para atrair novos investimentos⁵. Essa lógica foi fortemente incorporada no provimento dos espaços públicos das cidades, dando ênfases e construindo novas narrativas para a imagem das cidades, implementando novos equipamentos urbanos de acesso restrito e seletivo.

⁴ Ver debate sobre Brasília ser uma cidade sem esquinas em HOLANDA (1997).

⁵ Tomando como referência Arantes (1999), em seu texto O “Cultural Turn” no discurso sobre a cidade, aponta que existe uma culturalização do capital ou uma utilização estratégica do capital simbólico nas políticas urbanas, ligadas principalmente ao debate da identidade, gerando processos controlados por mecanismos sutis de trocas simbólicas. No chamado capitalismo cultural, defende a autora, para uma sociedade de consumo, as gestões urbanas que tratam a cidade como sujeito de negócios, confundem política urbana com políticas culturais. Esse processo culmina em fenômenos presentes na sociedade “pós-moderna”, interpretada como espetacularizada, apolítica e individualista.

Áreas livres da cidade foram sendo substituídas por lugares murados, como loteamentos fechados e outros espaços comuns com acesso restrito e controlado pela esfera privada, a exemplo de *shopping centers* e parques temáticos. A abertura excessiva para o mercado externo e redefinição de regras ambientais e paisagísticas fazem parte do processo de *marketing* urbano que as gestões estratégicas adotaram nos últimos anos (ARANTES, 2007).

Assim, observa-se o surgimento de mecanismos para o enxugamento do Estado e para a substituição das políticas públicas de interesse social por novos arranjos onde prevalece a lógica de mercado. As recorrentes parcerias-público-privadas na gestão urbana corporativa se revelam como expressão da lógica de um urbanismo neoliberal, no qual a gestão de equipamentos e serviços urbanos é repassada para grandes corporações, com atribuições de definir projetos, produzir e gerir equipamentos urbanos e bens públicos.

Direcionam-se assim, os grandes projetos e ofertas de serviços coletivos na cidade, em sua grande maioria seletivos e excludentes pelo consumo solvável (GORDILHO, SOUZA, 2015).

Além do intenso movimento por privatização, o papel do Estado vem sendo marcado pelo autoritarismo, pela regulação e pela vigilância nos espaços públicos da cidade. Ao tempo em que, em alguns territórios, sua completa ausência que se faz sentir no provimento de políticas públicas que sejam capazes de trazer melhor articulação com os agentes diversos para fomento de novas formas de gestão e desenvolvimento socioterritorial, reconhecendo outros modos de vida na cidade.

O papel autoritário e vigilante do Estado não se trata apenas da incorporação de novas estratégias de segurança, mas também de processos de disciplinamento e separação social. Para Caldeira (2000), a cidade contemporânea dificulta os encontros e diminui a capacidade da sociedade de articular-se em torno de pautas e projetos políticos comuns, para além das noções de grupos de identidade. Segundo a autora, essa nova lógica e seus instrumentos transformam radicalmente a cidade, impactando diretamente na vida pública, já que se alterou o princípio de centralidade que sempre organizou materialmente o espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p.338).

Reconhecendo e trazendo esse breve apanhado acerca dos processos que impactam profundamente os espaços públicos e as cidades contemporâneas, importantes para contextualizar parte da realidade que propõe-se observar, é importante ressaltar que, em paralelo às construções hegemônicas dos espaços, pequenas e múltiplas ações insurgentes,

desviantes, próprias de um sistema contraditório, desigual e conflituoso, também vão se expressando.

A produção da cidade contemporânea mistura uma lógica “não - mercantilizada” de produção do espaço e uma lógica capitalista-mercadológica, possibilitando um desenvolvimento sócioterritorial adaptado (BONDUKI, 1992), informal e inadequado, sempre em latências de se reinventar.

Com a contemporaneidade, surgem outras perspectivas para produção dos espaços públicos, observando as movimentações de uma categoria em transformação e em intensa disputa, envolvendo complexas tensões, conflitos, negociações e acordos. Nesse sentido, é necessário reconhecer e legitimar as diversas formas de se apropriar do espaço contemporâneo, traduzindo práticas sociais que resultam de processos difusos, emergidos nas redes de relação e comunicação geradas no espaço da cidade, ainda pouco exploradas e abordadas.

Dessa forma, avançando na compreensão dos conceitos de “espaço público” e sua profunda relação com a acepção de “esfera pública”, evidencia-se que o conceito não se refere apenas a espaços de dimensões materiais. Percebe-se que a construção de espaço público, estabelecidos a partir de uma esfera pública constituída pela formação de redes de relações sociais e apropriações espaciais, pode realizar-se para além do compartilhamento de espaços coletivos e comuns e da ocupação das esferas institucionais e burocráticas.

Santos (2005) aponta que a construção dos espaços públicos está relacionada à construção de esferas públicas, que por sua vez, podem ser entendidas como um campo relacional amplo, situado entre a esfera social e privada, o Estado e o mercado, não possuindo uma forma definida, mas sim sendo um ponto de interseção. Os espaços públicos são os espaços da prática de relações, destinados a tratar dos temas colocados em pauta na esfera pública, podendo assumir formas diversas.

Atentando para a grande dificuldade dos pesquisadores do campo territorial em relacionar as dimensões políticas e sociais com os aspectos estruturais, referentes às formas e ao “concreto” dos espaços, Serpa (2008) ressalta que forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos auto-condicionantes e indissociáveis “e uma discussão sobre essa temática passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem multifacetada do problema” (SERPA, 2008, P.175).

A partir dessas diferentes e complementares perspectivas e enfoques demonstrados, é notório que esses espaços trazem em si conteúdos ligados às materialidades (espaços

construídos, físicos, seja de um bairro, de uma cidade ou um país), mas também um “espaço público” imaterial, contido na construção de uma esfera pública formada por redes de relações.

O conceito de “espaço público” deve ser pensado a partir de uma lente focada na experiência urbana, não como um conceito acabado e fechado, mas a partir de uma noção que acompanha os processos de transformação e movimentos do corpo social e dos objetos, gerando percepções e conteúdos simbólicos, se envolvendo e se transformando em conjunto a eles, em permanente disputa e mutação.

É nesse sentido que se traz o pensamento de Queiroga (2012), que, ao utilizar o trabalho de Habermas sobre a formação da esfera pública e a teoria do agir comunicativo, vai compreender que é possível a existência de outras redes que conformam novas esferas públicas contemporâneas. A razão para tal consideração, que alarga o pensamento originário e bastante conceitual trazido por Arendt, é que, Habermas, nas suas últimas produções, consegue articular a teoria do agir comunicacional com a noção de cotidiano, levando em conta os consensos e os dissensos como pares dialéticos produtores da realidade social, e, portanto, também dos espaços da cidade.⁶

Queiroga (2012), ao tratar da polissemia existente nos conceitos de “espaço público” e “esfera pública”, propõe uma compreensão da dimensão pública da vida a partir do entendimento de como ela se materializa nos espaços da cidade. Para pensar o estabelecimento de uma esfera pública é importante problematizar o processo de constituição desses espaços, de modo a pôr em evidência as práticas comunicativas para constituição e ocupação desses lugares, por sua vez, tornados públicos. O autor vai adotar a noção de “espaços livres públicos”, ressaltando a dimensão material e imaterial da produção desses espaços.

Os espaços públicos da cidade são os lugares onde se estabelecem os principais eventos da vida pública, manifestações políticas, festas e ocupações de ruas, praças, praias, rios, lagos etc. São espaços que possuem alto grau de conexão física no tecido urbano, muitas vezes desempenhando um papel ambiental e de grande importância para a imagem da cidade (QUEIROGA, 2012). São locais de conflitos e acordos, permanência e circulação,

⁶ Queiroga ainda lembra que a noção de cotidiano possibilitou pensar o impacto das esferas do cotidiano na formação de uma esfera pública institucionalizada, sendo tal dimensão considerada também nos importantes trabalhos de Certeau (1996), Foucault (1999), Santos (1996), entre tantos outros. De acordo com Santos (2007, p.71): “o cotidiano será, um dia ou outro, a escala da desalienação”. A esfera da vida cotidiana corresponde ao espaço da prática social, da produção e reprodução da vida, dos sentidos, da cultura, do trabalho, do lazer.... Em suma, do cotidiano, que se modifica e conseqüentemente, amplia as possibilidades para formação de novas esferas públicas em um mesmo momento histórico.

biodiversidade, socialização, urbanidade e publicidade, oferecendo possibilidades de ação política (SERPA, 2007), instituída por ações de comunicação entre os usuários.

Para Queiroga (2012), deve-se reconhecer, sobretudo, que tais espaços têm um importante papel para a sociedade urbana, dando pistas de uma urbanidade e sociabilidade inerentes ao espaço de encontro da cidade.

Os estudos sobre o declínio da vida pública, conforme aborda-se neste trabalho, são fundamentados em argumentos baseados na compreensão da expansão da esfera privada da vida, no processo de individuação moderno e da racionalização da vida, que se aprofundam com o avançar da contemporaneidade e que sem dúvidas, são inegáveis.

No entanto, práticas criativas e forças de resistência estão sendo moldadas no cotidiano e nas formas de vida contemporânea. Os espaços podem extrapolar sua função original e ressignificar suas formas, na medida em que possibilitam usos diferenciados e apropriações coletivas que impactam a sociedade, gerando um espaço para debate e interação social: “O atravessamento dos processos sociais sobre os sistemas de espaços livres inclui dinâmicas capazes de transformar espaços públicos que se “privatizam” assim como, por outro lado, espaços privados ou destinados a usos bastante específicos, que fortemente se “publicizam”. ” (QUEIROGA, 2012, P.131 – 132).

Queiroga (2012), em pesquisas recentes, mostra que há um maior uso de parques em cidades brasileiras de todos os tamanhos. Mesmo indicando apropriações voltadas sobretudo para o lazer, revela também uma consciência do direito à vida urbana “transformada, renovada” e que busca no espaço urbano sua “realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 1991, apud SERPA, 2001, p.178).

O autor aponta também para uma forte vida pública nas ruas das periferias urbanas que, além de apresentar novas tipologias de espaços para encontros públicos, conformam novas “espacialidades de esfera pública” (QUEIROGA, 2006, p.121-124). Ele vai chamar esses espaços de “espaços híbridos”, que muitas vezes revelam estratégias de aproveitamento de recursos, ilustrando as modificações que surgem ao longo do tempo e que ganham lugar na cidade contemporânea (QUEIROGA, 2012, p.107)⁷.

⁷ Para Queiroga (2012), a criação desses espaços pode extrapolar sua função original e ressignificar suas formas. Nesse sentido, mesmo os espaços livres privados podem conformar “espaços públicos” na medida em que possibilitam usos diferenciados e apropriação coletiva que impactam a sociedade, gerando um espaço para debate e interação social. Como exemplo, o autor cita o caso dos “rolezinhos”, um tipo de “flash mob” ou movimentos que envolve encontros entre jovens em Shopping Centers, mobilizados via redes sociais na internet. Outros exemplos são espaços culturais privados que se tornam importantes espaços de encontro e de trocas artísticas e

Evidencia-se relações entre sistemas de espaços livres, esfera pública e possibilidades de intervenções propositivas que consideram criticamente a realidade brasileira e a potencialidade de espaços e agentes sociais envolvidos em sua produção e apropriação por uma superação do quadro normativo e dos processos de gestão pouco atentos à efetiva participação popular. (QUEIROGA, 2012, p.69)

Novas formas de organização, de expressão e de comunicação apresentam força e sentido político. Nos espaços da cidade contemporânea, o sentido político se manifesta nos diversos conteúdos que remetem à vontade de participação, de ações coletivas, educativas e construtivas materializadas. São presentes também nos sentimentos individuais e coletivos de pertencimento e de acolhimento das culturas tradicionais e também dos movimentos expressões sociais ligadas às pautas de raça, gênero, sexualidade e classe.

As cidades, atravessadas por contradições, disputas e conflitos materiais e simbólicos entre diferentes agentes, possibilitam novos desafios, articulações e soluções criativas para o urbano.

“com um amplo olhar sobre as relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações que caracterizam os espaços de apropriação pública, abrem-se possibilidades para proposições de outros arranjos e sistemas espaciais que possam desempenhar o papel de tipos tradicionais de espaços públicos (...) As ágoras e fóruns podem, na contemporaneidade, se instalar em lugares bastante imprevistos para tal” (QUEIROGA, 2012, p.62)

Como já demonstrado, a compreensão do conceito de esfera pública – levando em conta seus conteúdos e suas dimensões materiais e imateriais, se mostra pertinente na contemporaneidade, pois a cidade é, de fato, um projeto coletivo, recorrentemente autoconstruído, e a “a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDDT, 2007, p.31).

Articulando o pensamento acerca dos espaços públicos materializados e suas esferas públicas imateriais, Miége (2004) observa uma tendência de ampliação e de fragmentação. A

culturais, como o caso dos bailes nas lajes, muito populares em favelas no Rio de Janeiro e também nos bairros centrais e periféricos da cidade de Salvador, conformando movimentos culturais mais amplos.

partir da atualização de Habermas, feita em *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Miége (2004), adicionando novos matizes de formas, agentes e conteúdos na compreensão dos processos de formação de esfera pública, compreende que o espaço público – antes lugar físico de discussão – com a mídia de massas e com os avanços tecnológicos das redes sociais, acarreta em uma pluralização do espaço público contemporâneo.

Ainda que esses novos mecanismos apresentem novas problemáticas, as demandas surgidas na esfera privada e social são transmitidas para as instâncias de deliberação política, à luz das discussões públicas, atingindo a esfera pública mais ampla. Assim, surgem espaços de comunicação mais expandidos, o que o autor chama de “espaços públicos parciais”, ao tempo que se cria certa fragmentação decorrente da variedade de arenas e de demandas de contextos históricos diferentes.⁸

Para Miége (2004), a esfera pública contemporânea se caracteriza pelo abandono do consenso absoluto e universal, desenvolvendo esforços para conviver e aceitar o diferente, negociar saberes, poderes e práticas, articulando forças e interesses.

Ao decorrer desses processos urbanos contemporâneos destacam-se muitos esforços para conquista de maior espaço na esfera pública brasileira. No âmbito das lutas urbanas, nas primeiras décadas do século XX, movimentos se formaram em torno de reivindicações que tiveram como impulso às questões relacionadas à habitação, logo se expandindo para movimentos que reivindicavam melhorias urbanas, fortalecendo representações institucionais, profissionais e sindicalistas.⁹

Apesar dessas importantes conquistas públicas, que traz robustez e forte inserção das pautas urbanas em uma esfera pública mais ampla, na prática da produção do espaço urbano

⁸ Para Miége (2004), a esfera pública contemporânea vem se fragmentando por assimetrias crescentes entre indivíduos que são cada vez mais ligados aos dispositivos comunicacionais e no entanto, se encontram em situação de interação parcial e superficial. Outra relevante problemática é a desigualdade de participação ou participação de grupos de reflexão muito fechados, geradas pelas disparidades nos acessos aos meios de comunicação. Soma-se a isso, a gestão cada vez mais sofisticada do consenso social e cultural, que, diante da diversidade, elege uma minoria de dirigentes e de mediadores, enquanto que a maioria dos excluídos se contentam com informações generalistas.

⁹ A começar pela Constituição de 1988 e outras legislações subsequentes, que trazem importantes avanços institucionais pelo direito à terra urbana, à moradia e ao planejamento urbano, bem como sobre a função social da cidade e garantia do bem-estar dos habitantes. Já na década de 1970, observa-se a multiplicação das associações de bairro e dos movimentos atuantes pela Reforma Urbana; nos anos 1980, surge a Federação Nacional das Associações de Moradores, União Nacional de Moradia Popular; nos anos 1990, constituem-se os Movimentos Sem Teto; nos anos 2000, criam-se os Observatório das Favelas, Observatório das Metrôpoles, Observatório da Copa, dentre tantas outras organizações de caráter institucional ou sem fins lucrativos. Essas ações se potencializam no início do século XXI, culminando no Estatuto da Cidade (2001) que representou avanços importantes para as definições de gestão pública participativa, incorporando novas noções nos direitos urbanos, entre elas, a função socioambiental nas cidades e seus espaços livres e públicos.

ainda são tímidos os suportes efetivos às populações mais vulneráveis, moradoras das grandes periferias urbanas. Entre muitos entraves, a porção da cidade autoproduzida e “informal”, que configura a maioria do território das cidades brasileiras, estreiam formas próprias para constituir seus territórios cotidianamente.

É nesse contexto que se insere a dinâmica socioterritorial da área verde observada e seu entorno, idealizada enquanto um espaço público, o Parque Theodoro Sampaio.

Ainda que, na contemporaneidade, a relação centro-periferia nas cidades urbanas tenha se modificado, apresentando novos e intensos processos, no entanto, ainda se relaciona ao conceito de escassez. Para Serpa (2001, p.11),:

O termo “periferia” explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros da cidade não são entendidas como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda. ”

Como será abordado ao longo deste texto, a área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio e seu entorno mais imediato se insere em um território conformado, progressivamente, por meio da autoconstrução, tornando-se uma centralidade periférica, abrigando alguns poucos equipamentos públicos e serviços privados, ligados principalmente ao consumo.

As centralidades periféricas se conformam a partir de relações complexas e cotidianas, onde o papel histórico desempenhado pela localidade, pelos eixos de circulação, acessibilidade e mobilidade e sua inserção e articulação no tecido urbano influenciam diretamente no processo (SERPA, 2001). Sendo assim, “estas centralidades resultam de um processo lento e cotidiano de “demarcação do território” e se traduzem em formas espaciais com forte identificação com os habitantes dos bairros periféricos.” (SERPA, 2001, p.16).

No caso específico da área de estudo dessa pesquisa, diante das desigualdades na distribuição de equipamentos e dos espaços públicos urbanos, tais como os parques urbanos, revela-se a importância da inserção e da acessibilidade aos espaços cujas benfeitorias desempenham papéis estruturantes para o conjunto da cidade e para seu entorno imediato, trazendo conteúdos de relevância cultural, ambiental, social e econômica.

Reconhecendo as potencialidades dos espaços apropriados e as movimentações nas reivindicações por espaços públicos na cidade contemporânea, é possível visualizar que a condição de urbanidade, as ações e práticas cotidianas pela sobrevivência revelam conteúdos espontâneos, trazendo novas lógicas de produção do espaço, ainda que envolto em muitos entraves e problemáticas específicas.

“É na esfera pública destes espaços que insurge o movimento contrário ao da segregação; ou seja, o espaço público não deixa de existir em contexto de segregação espacial. Por outro lado, a segregação espacial se realiza na contramão do que possa ser a esfera pública: a potencialidade do encontro das diferenças, onde todos, com isonomia de direitos, possam compartilhar a experiência de estar e ser no mundo”. (Burgos, 2015, p.109).

Dessa forma, com uma experiência de habitar tipicamente contemporânea, repleta de contradições, tensões e conflitos, os territórios periféricos constituem ambientes férteis para (re)pensar as cidades brasileiras, com toda pluralidade que abriga, observando as inovações práticas e de lutas para garantir direitos:

“Isso coloca para ambas as áreas do conhecimento uma agenda de pesquisa que busque qualificar os encontros e as trocas na cidade contemporânea, se debruçando sobre a densidade de ocorrência das manifestações culturais nos espaços livres de edificação/urbanização, refletindo sobre a adequação entre formas e conteúdos urbanos. É necessário qualificar nossas análises e nossos levantamentos, dando visibilidade àquilo que está oculto para a produção e o consumo cultural de massa. Trata-se de explicitar as manifestações da cultura popular em nossa cidade e suas formas de organização, resgatando o sentido lúdico e a ludicidade do urbano no período contemporâneo” (Serpa, 2008, p. 186)

Em muitos bairros populares das cidades contemporâneas brasileiras, apesar do intenso movimento por privatização, Caldeira (2000) observa que a vida cotidiana ainda é marcada por uma intensa sociabilidade, onde a segurança é feita por engajamento, não por isolamento. A autora vai afirmar que as camadas produtoras de dissensos e as classes mais pobres não estão prontas para deixar a cidade e seu modelo de sociabilidade e retirar-se da vida pública para um universo mais exclusivo, pelo contrário, estão mais ansiosas para se inserir numa cidade mais urbanizada.

Para Barbosa (2013), os bairros periféricos de conformação “informal” podem surpreender com a construção de espaços cuja tipologia não foi absorvida e compreendida por parte da sociedade. Indo além da antiga polarização público-privado, há maiores possibilidades de extrapolar as formas já conhecidas e criar novas tipologias de espaços públicos.

Barbosa (2013) vai afirmar que o fundamento da prática política está nos territórios, já que todas as nossas ações e intenções se encontram inscritas no cotidiano, no movimento do seu estado prático. Fica inscrito no território o sentido dos interesses coletivos e plurais, em conjunto com os aspectos simbólicos de pertencimento.

Os espaços autoconstruídos dos territórios populares demonstram uma face de autoafirmação por ações que inventam a cidade como uma obra compartilhada, constituindo espaços de uma cidadania insurgente, no sentido mais amplo trazido por Holston (2001).

Assumindo as ações e práticas ocorridas no território de estudo como “insurgentes”, tomamos o pensamento de Holston (2001), que observa essa conformação a partir das arenas estratégicas desenvolvidas nos novos tipos de participação pública que ganharam força a partir dos anos 1970 no Brasil, incluindo as intensas mobilizações pelo direito à moradia no campo institucional e as práticas participativas com bases em contribuições para o seu próprio espaço de vivência.

O autor afirma que o sentido de insurgente utilizado pode não ter valor moral ou político inerente, mas o que define o processo de insurgência é uma ação na contramão, uma contra política, que desestabiliza o presente e o torna frágil:

“É uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da dignidade de cidadão. Do mesmo modo, suas demandas por uma nova formulação de cidadania são concebidas em termos de moradia, propriedade, encanamento, creches, segurança e outros aspectos da cidade cotidiana (...) Esses são os cidadãos que, no processo de construir seus espaços residenciais, não apenas constroem uma grande e nova cidade como, sobre essa fundação, a constituem como uma pólis com uma diferente ordem de cidadania”. (HOLSTON, 2001, p.401)

Diante desse contexto, observa-se o surgimento de novas abordagens no campo da arquitetura, urbanismo e estudos urbanos, com diversas filiações e ideários, fruto dos

movimentos e das transformações do corpo social e das formas de apropriação dos espaços urbanos.¹⁰

Evidentemente, é inegável que muitas dessas ideias são absorvidas cotidianamente pela “cidade-mercadoria” e pelos discursos que fetichizam práticas inovadoras, englobando-as nos repertórios capitalistas.

No entanto, as práticas e construções coletivas, acionadas por grupos e redes plurais de comunicação, trocas e ações públicas, que possibilitam transformações advindas de embates políticos mais amplos, que se publicizam e afetam a coletividade, merecem destaque nas narrativas contemporâneas.

É discutido aqui o processo de construção de esferas públicas e apropriações de espaços públicos, no sentido mais forte do conceito, como possibilidades de transformações políticas, pois algumas posturas de apropriação podem gerar “uma atividade criadora, de obra, necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p.103-104).

O processo de idealização do Parque Theodoro Sampaio, processo observado neste estudo, é um movimento ativo no território. Ainda que seja preciso levar em conta os entraves impostos pela degradação ambiental, pela pobreza e pelo pouco acesso aos benefícios coletivos urbanos, entende-se que as possibilidades de constituição de novas esferas públicas partem das ações que têm potencializado e impulsionado a ideia do Parque Theodoro Sampaio, imaginando um espaço de encontro, compartilhamento e seguro para práticas religiosas e de lazer.

Nessa relação tensionada em um território periférico da cidade de Salvador, para estudo de caso específico, como será verificado, observa-se que as práticas diversas tomam dimensão central na sua produção cotidiana. No conjunto da pluralidade e dos processos difusos, iremos observar os principais tensionamentos e articulações que fazem parte da construção e idealização desse espaço público.

Não se perde de vista que a oferta de espaços públicos físicos nas periferias em Salvador é escassa. Serpa (2001, p.15-16), observa que existe uma concentração de usuários em poucos

¹⁰ Em GORDILHO-SOUZA E QUEIROZ, 2022, *no prelo*, discute-se acerca dos novos discursos trazidos nos movimentos acionados por meio de redes construídas de maneira contínua e aberta, objetivando difusão de saberes e protagonizando a produção de um “urbanismo insurgente”. Alguns discursos que emergem na contemporaneidade coadunam com a ativação de novas práticas e ações no território urbano, tendo como exemplo a ideia de “urbanismo tático”, “urbanismo ecológico” e outros conceitos análogos, como os das cidades resilientes, criativas, culturais, sustentáveis, inteligentes e eficientes. Apropriados pela lógica liberal ou não, acionados a partir de diferentes perspectivas sociais, amplamente praticados em modos de vidas urbanos contemporâneos, podem apresentar novos repertórios para as práticas urbanas e fortes possibilidades de deixar marcas permanentes nos lugares, sejam materiais ou imateriais.

espaços, geralmente centralizados nos bairros, inacessíveis e abandonados. As localidades mais favorecidas contam com maior cobertura vegetal, ao contrário dos bairros populares, que possuem maior percentual de áreas construídas e impermeáveis.

Nesse sentido, ressaltando a importância desses espaços na cidade nos debates que serão aprofundados ao longo desse trabalho, é preciso dizer que “a grande densidade e a exiguidade de espaços livres não significam diminuição da esfera de vida pública” (QUEIROGA, 2012, P.246), **elas podem acontecer nas brechas do possível** (LEFEBVRE, 2011, 2014).

Assim, propõe-se observar empiricamente tais processos, tendo como estudo de caso a idealização do Parque Theodoro Sampaio. Pensa-se a relação entre apropriação e produção de espaços públicos nas cidades contemporâneas, observando os movimentos que ativam a ideia desse parque urbano, a pluralidade dos agentes envolvidos, os tensionamentos e as articulações geradas nesse processo de interação entre corpo social e ambiente construído.

Conforme nos ensina Milton Santos (1996), para entender os diversos movimentos de apropriação e as práticas que constroem os espaços públicos contemporâneos é necessário um abandono da dicotomia que coloca a noção de “público” como oposto à noção de “privado”, sentido fundamental da concepção de espaço público moderno burguês. Trata-se de uma compreensão atenta para a natureza complexa e dialética do espaço, sendo resultado de um conjunto de “sistemas de ações” e um “sistema de objetos”, definindo funções, usos, formas e conteúdos simbólicos e sociais.

Serpa (2008), nesse mesmo sentido, afirma que é necessário afinar o olhar para o sistema de ações que se operacionaliza sobre o sistema de objetos, abandonando a perspectiva tradicional que deseja o extermínio das paisagens classificadas como “não-cidadãs” ou sem “qualidade ambiental”. Para o autor, é necessário se ocupar dos espaços ocultos, residuais, de “lajes” que surgem espontaneamente na paisagem, dos becos, vielas e “restos” de rua onde a população compartilha seus encontros, valorizando e atentando para a densidade de manifestações culturais nos espaços públicos das cidades.

3.2. Parques urbanos brasileiros: conquistas e tensões

No contexto das periferias das cidades brasileiras, territórios desvalorizados pelo mercado e desassistidos pelo Estado, a relação tênue entre apropriação, preservação de áreas verdes e construção de espaços públicos é um campo de tensão permanente. Os Parques

Urbanos, como parte do sistema de espaços livres urbanos¹¹ e como toda categoria espacial da cidade, refletem as necessidades da sociedade e as problemáticas referentes a cada período histórico, guardando especificidades de cada cultura e suas formas de expressão.

O parque urbano, na concepção que hoje se constitui nas cidades contemporâneas, é um espaço típico da cidade moderna, mas que está em processo contínuo de reconfiguração e ressignificação, se materializando em diversos formatos, abrigando diversos usos e funções (MACEDO, 2002).

Desde o surgimento da jardinocultura, observa-se que o cultivo de jardins demonstrava os valores de uma época, como é possível resgatar na história dos jardins e construção de paisagens ajardinadas desde o Egito e China antigos, passando pela antiguidade ocidental clássica, tais como Pérsia, Grécia e Roma. Salvo particularidades de cada região, os jardins urbanos remetiam aos prazeres obtidos através do olfato e da visão e a busca por uma aproximação com a natureza, possibilitando momentos de reflexão, meditação e exercício da alta espiritualidade.

Os jardins renascentistas estreavam uma preocupação estética e ornamental, configurando os grandes jardins franceses, ingleses e italianos, localizados na frente dos castelos, palácios e conventos, espaços frequentados pelas elites, que traziam novamente o ideal das matas como lugares de meditação, repouso e harmonia, envolvimento mitológico e estético com a natureza (SEGAWA, 1996). Os jardins brasileiros reproduziram os mesmos cenários e valores estéticos europeus.

A transição de “jardins” para “parques urbanos” passa pela consolidação da arquitetura paisagística, que acompanha as transformações produtivas, culturais e sociais, emergidas no período moderno. Noutro giro, os jardins passam de espaços particulares a espaços de uso público, assumindo a forma de Parques Urbanos, uma categoria espacial própria dos territórios urbanos.

Nesse processo, novos costumes são adotados pela principal camada social frequentadora dos parques urbanos. A burguesia introduz ao hábito de caminhadas ao ar livre e compartilhamentos desses espaços públicos, indispensáveis à vida social naquele momento. Os jardins de palácios e cortes são abertos ao público e incorporados às estruturas urbanas, ao

¹¹ De acordo com Macedo (1995), espaços livres são todos aqueles espaços “não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho. No contexto urbano tem-se como espaços livres todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia...” (MACEDO, 1995, p.16)

tempo em que se tornam empreendimentos interessantes para a burguesia, servindo de instrumentos para valorização da terra e da propriedade urbana.

Nos intensos processos da industrialização, a lógica de incorporação do parque urbano à cidade acabou restringindo e selecionando o acesso público, já que se associava os parques e fragmentos de natureza à ideia de ambientes “higienizados”, que poderiam solucionar os problemas da cidade industrial. A implantação, em 1875, do primeiro parque urbano público do Brasil, o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, foi fortemente impulsionada pela preocupação com a iluminação pública e com o saneamento básico, além de atender a emergência dos novos hábitos burgueses, que demandavam espaços de convivência próximos a natureza (MACEDO, 1999).

No século XX, transformado pela Revolução Industrial, consolidou-se a relação entre saúde pública, bem-estar da população e parques urbanos, conferindo uma função utilitária a esses espaços. Além de promover salubridade e higienização das estruturas da cidade em locais densamente ocupados, entram em destaque as propostas para possibilitar sociabilidade urbana e contato físico com o meio ambiente natural.

Influenciaram no surgimento de parques urbanos o crescimento do uso de veículos individuais, a implantação de sistemas de transporte público e o crescimento da classe média, consumidora dos espaços da cidade e de momentos de lazer. Para Segawa (1996), à medida que o tecido urbano das cidades foi se expandindo e se adensando, os parques urbanos foram aos poucos sendo implantados e incorporados à estrutura urbana, representando um espaço público simbólico na paisagem urbana no século XX.

É a partir dos anos 80 que surgem outros equipamentos e espaços de lazer nas grandes cidades, retirando a exclusividade do parque urbano – os shopping centers, clubes, parques aquáticos, calçadões e condomínios fechados. Nesse contexto, ainda que os processos de privatização no Brasil estivessem em pleno vigor e crescimento, os parques urbanos se apresentavam como a opção mais acessível à maioria da população.

Dessa forma, os parques urbanos assumem novas funções, acumulando as funções historicamente atribuídas, mas também incorporando novas lógicas próprias do desenvolvimento urbano vigente. Os princípios rígidos do modernismo passam a ser contestados, refletindo maior liberdade para propor novas formas e opções estéticas nos espaços urbanos (SAKATA, 2018).

Como enfatiza Sakata (2017), os parques urbanos projetados e implantados no início do século XXI são concebidos à sombra dos parques tradicionais. No entanto, considerando

o porte, a distribuição pela cidade, os programas de uso e os projetos que os concebem, apresentam diferenças significativas em relação aos originais.

Os parques urbanos contemporâneos se caracterizam por maior diversificação de uso, abrigando atividades contemplativas, corporais, de lazer, com características preservacionistas e de cunho ecológico; podem ser implantados em lugares inesperados, sobretudo em contextos urbanos degradados, podendo conferir uma nova identidade ao local. Para Sakata (2018), é importante ressaltar a participação dos movimentos populares nas lutas por direitos e reivindicações a esses espaços. A autora observa que tais movimentações têm aumentado nos últimos anos, representando uma significativa mudança.

No início do século XXI, houve uma mudança na percepção do valor relacionado a esse espaço público na sociedade brasileira. Os parques urbanos e o contato com a natureza passaram a ser mais valorizados e apreciados por todas as camadas sociais, e esse fato foi capitalizado pelo poder público e pela iniciativa privada (SAKATA, 2018), evidenciando os graves equívocos recorrentes nos processos de implementação e de concepção dos parques urbanos. Sakata (2017) destaca que, onde não há participação dos habitantes e possíveis frequentadores, o insucesso na implementação, manutenção e apropriação dos parques urbanos torna-se frequente.

Serpa (2003) observa que, mesmo com uma alta demanda para implementação e uso de parques públicos urbanos, a acessibilidade a esses equipamentos continuou limitada às elites, colocando em segundo plano bairros populares e periféricos. Na medida em que representam possibilidades de valorização imobiliária de alguma localidade, equipados para servir a classe média e aos seus costumes, Serpa (2003) evidencia que os parques urbanos são transformados em “espaços de visibilidade”, implantados a partir de interesses mercadológicos.

Compondo uma generosa parte da cidade contemporânea, os territórios periféricos estão inseridos em um contexto de autoprodução habitacional e de infraestrutura. É inegável que muitos dos seus habitantes têm uma experiência precária de assentamento e de habitar urbano, junto às áreas de nascentes, mananciais, rios, matas e encostas, fazendo da relação entre espaços urbanizados e espaços naturais permeadas por diversos tensionamentos.

Persistem os fundamentos dicotomizados entre espaços naturais e espaços artificiais (MARTINS, 2011), não contemplando ações redistributivas e compensatórias para melhor convivência. Tais problemáticas, profundamente relacionadas aos efeitos marginalizantes e excludentes do modo de produção capitalista, com intervenções mercadológicas, privatistas,

segregadoras e excludentes nas cidades brasileiras, exigem um debate aprofundado e cuidadoso, que aponte caminhos para compreensão de relações tão tensionadas.

O “verde”, sobretudo o verde público, atendeu às demandas dos novos acordos por cidades mais “sustentáveis”, evidenciando os discursos socioambientais e ecológicos no contexto urbano. Já no início dos anos 70, o socioambientalismo ganhava força, ocorrendo uma significativa inserção nas esferas públicas de debate e nas instâncias governamentais nacionais e internacionais. Como pode ser definido, os movimentos socioambientais fazem parte dos “novos movimentos sociais” (Gohn, 2000 *apud* Santos, 2005), configurando movimentos que se organizam a partir de uma maior pluralidade.

Os movimentos sociais urbanos no campo socioambiental estabeleceram diálogo com os movimentos rurais pela terra e em defesa das populações tradicionais, se somando aos movimentos urbanos por moradia, por saúde, educação e bem-estar urbano, se articulando com diversas formações institucionais de representação, como as associações de bairros, conselhos gestores e fóruns populares.¹²

Progressivamente, os movimentos socioambientais incorporam grupos dos meios profissionais, científicos e acadêmicos, gestores, associações comunitárias e populares, organizações não governamentais diversas, movimentos sociais e até uma parcela do setor privado.

Surgem movimentos, eventos e marcos que pautaram as questões sobre o meio ambiente urbano e as legislações que os deram suporte, destacando momentos de conquistas institucionais e de inserção na esfera pública, voltados para as práticas socioambientais no Brasil, fomentados pela, cada vez maior, aderência popular.

¹² De acordo com Santos (2005), do ponto de vista institucional, os movimentos mais amplos que tiveram grande impacto na esfera pública das discussões socioambientais no Brasil foram: A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972; A criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973; Em 1981, foram estabelecidos os princípios e os objetivos da Lei N 6.938, da Política Nacional do Meio Ambiente, instituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e os conselhos municipais de Meio Ambiente (Comdema), criando instrumentos de gestão e fiscalização específicos, além de incorporar a atuação do Ministério Público; A emissão em 1987 do Relatório Brundtland, resultado da reunião “Nosso Futuro Comum”, promovido pelas Nações Unidas; A aprovação da “Constituição Cidadã” em 1988, importante momento para a ampliação dos mecanismos de participação decisória, controle social e implementação das políticas públicas no debate sobre temas de interesse público, dedicando um capítulo às questões ambientais (Artigo 225); Nos anos 80, observa-se maior mobilização em torno das lutas socioambientais e melhor comunicação entre os movimentos mais ativos no interior o Brasil, com a agenda ambientalista advinda dos grandes centros urbanos, resultando na criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A partir dos 90, já demonstrando total articulação entre as dimensões rurais e urbanas, em 1992, acontece a Eco92 e a Rio92, onde se aprovou a Agenda 21 Global. Em 1997 é aprovada a Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei Federal N. 9.433/97); Por fim, nos anos 2000 é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Federal n.9.985/2000 e é aprovada a Agenda 21 Brasil, apresentando ações de impactos nas agendas estaduais, municipais e até a nível de bairro nas cidades brasileiras.

No entanto, para Santos (2005), a síntese socioambiental ainda é um objetivo a ser perseguido. Ainda é latente a necessidade de fomento da participação e criação de novos espaços públicos que possibilitem interlocuções e diálogos para debater as questões socioambientais, sobretudo as urbanas. Ações de preservação e cuidado nos parques urbanos periféricos ainda comportam muitos desafios e demandam olhares inovadores para as tensões diversas, envolvendo a população e demais agentes sociais que constroem e habitam o território.

Observa-se a persistência de antigas problemáticas (desmatamento, poluição, infraestrutura de esgotamento precária, urbanização predatória, etc), já que muitas medidas institucionais não se traduzem em ações concretas. Ademais, a priorização de contribuições concentradas em levantamentos, análises de informações numéricas e criação de novos índices pouco contribui na relação prática entre urbanização, preservação e conservação dos espaços de natureza urbana.

Como busca-se demonstrar nesse trabalho, o engajamento dos agentes que se apropriam, como movimentos sociais em articulação com agentes públicos, organizações não-governamentais, coletivos urbanos, moradores locais e Povos de Terreiro, é fundamental para garantir movimentos perenes por preservação do ambiente natural e implantação de novos parques, sobretudo, parques urbanos populares e periféricos.

Não se perde de vista que, apenas o aperfeiçoamento de mecanismos que conduzam à “audibilidade” de outras versões e formas de apropriação pode conduzir a formas mais inclusivas de abordar o ambiente natural e as relações de tensão estabelecidas. Para Fuks (1998), o estabelecimento de arenas de ações e debates públicos associados à preservação de áreas ambientais são pautados pelo Estado e por segmentos de classes médias e altas. De tal maneira, seguem gerando discursos estruturados na ameaça e no perigo das habitações populares e seus modos de vida “atrasados”.

Dessa forma, observa-se o território específico desse estudo de caso, a área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, no bairro da Mata Escura, buscando entender como os parques urbanos têm sido tratados na cidade de Salvador, Bahia, que, mesmo diante de parcial

abandono, de ameaças de privatização¹³, de diminuição da área verde e outros tensionamentos, é possível observar redes empenhadas em resistir, cuidar e reivindicar¹⁴ esses espaços públicos.

¹³ Em fevereiro de 2021, o Governo do Estado da Bahia anunciou um plano de concessão de cinco parques baianos à iniciativa privada, como parte do projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de Concessões de Parques Naturais, lançado no fim de 2020. Em Salvador, o plano inclui os Parques de Pituacu, o Jardim Zoológico e o São Bartolomeu (GAMBA, 2021).

¹⁴ Observa-se que o processo de implementação do Parque Pedra de Xangô, localizado em Cajazeiras X e adjacências, bairro periférico de Salvador – BA, foi permeado por apropriações simbólicas, revelando ações de povos de terreiro e outras manifestações culturais, ocorridas em ativismo cotidiano (SILVA, 2017). O mesmo se observa em relação ao Parque São Bartolomeu, localizado no subúrbio ferroviário. Se opondo ao Plano de Concessões de Parques Naturais, lançado no final de 2020 pelo Governo do Estado da Bahia, houveram manifestações de moradores dos bairros próximos, diversos povos de terreiros de Candomblé que usam a área comum e de movimentos sociais ambientais e por moradia (OBSERVATÓRIO DE BAIROS SALVADOR, 2021). Nesse mesmo sentido se menciona o forte movimento “Viva o Parque Pituacu”, fruto de um ativismo perene em defesa do Parque enquanto um espaço público e por sua preservação ambiental. Em 2021, são frequentes as manifestações pela reabertura do Parque, fechado desde o início da pandemia, sem previsão de reabertura pelo Governo do Estado da Bahia (G1 BAHIA, 2021). O mesmo movimento tem sido observado nas frequentes Caminhadas do Povo de Santo e Sociedade Civil em Defesa do Abaeté, ocorridas em 2020 e 2021, contra a construção de uma estação elevatória de esgoto na Lagoa do Abaeté, em defesa de menores impactos ambientais e visuais na área do Parque, um ícone da cidade de Salvador (A TARDE, 2020).

4. A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE UM PARQUE URBANO NA PERIFERIA DE SALVADOR

A partir das diferentes e complementares perspectivas e enfoques demonstrados anteriormente, entendemos como a produção dos espaços públicos está ligada às dimensões materiais (espaços construídos, físicos, concretos) e às dimensões imateriais, constituídas a partir da construção de uma esfera pública formada por redes de relações. Buscou-se, também, compreender os demais aspectos que envolvem os espaços públicos, tais como os parques urbanos, contextualizando os atuais processos vigentes na cidade contemporânea.

Dessa forma, busca-se caracterizar o processo de idealização do Parque Theodoro Sampaio como um espaço público da cidade de Salvador. Até o momento, entendida enquanto uma área verde, é oportuno apresentar seu histórico de construção territorial e ressaltar os eventos mais importantes que contribuem para a idealização desse espaço enquanto um parque urbano.

No formato de uma Linha do Tempo, pontua-se as ações e as práticas empreendidas, bem como delinea-se um mapeamento dos agentes envolvidos nos movimentos de construção do território em estudo. A elaboração da Linha do Tempo, produzida a partir de uma observação participante e interativa e de levantamentos de pesquisas bibliográficas, permite melhor destaque aos aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais relacionados. A partir desse levantamento, será possível visualizar a rede sociotécnica em formação, entendendo os tensionamentos e as articulações geradas nas interações entre os agentes atuantes na área verde.

A rede que se observa está aberta e em contínua formação, sempre abrigando novos agentes internos e externos em interação, que se caracterizam por atuar em frentes diversas e por inúmeras motivações e apelos. É possível observar os agentes que atuam no sentido de preservar, cuidar e gerir da área verde. Outros, precisam daquele espaço para fins de sobrevivência, moradia e habitação. Alguns agentes veem a mata como um espaço sagrado e com grande importância simbólica, remetendo a um importante espaço relacionado a memória de um antigo quilombo. Outros agentes se relacionam com a área por meio de aspectos técnicos, envolvendo estudos, pesquisas e gestão pública. Em suma, se trata de uma rede aberta que envolve aspectos diversos: informacionais, de resistência e colaboração, uma rede de sobrevivência, uma rede de movimentos sociais mais amplos em defesa das áreas verdes da cidade.

Nesse sentido, conforme se aprofundará ao longo desse texto, toma-se a definição de rede sociotécnica descritas por Latour (1994, 2002) como associações e formações de grupos diversos, com expertises e funções técnicas, dando ênfase ao próprio processo de interação entre grupos sociais e a apropriação dos objetos disponíveis.

Ao afirmar que “nunca estamos sós ao agir” (LATOUR, 2002, p.72-74), o autor traz conotações políticas para construção histórica do espaço, enfatizando a interação entre agentes sociais e os objetos, por sua vez, apropriados. Caracterizadas por conexões plurais e complexas que se estabelecem nos processos de apropriação dos objetos, as redes sociotécnicas são conformadas a partir de consensos (convergência) e conflitos (bifurcação), transformando a experiência da sociedade e criando um coletivo híbrido (LATOUR, 1994; 2012), já que são compostas por elementos naturais, sociais, técnicos, culturais e religiosos.

Em busca de uma melhor compreensão acerca da formação dessa rede, provocadora da ideia de um parque urbano, realiza-se uma descrição acerca dos elementos naturais e construídos que compõem a área verde e caracteriza-se os processos urbanos que conformam a lógica de tratamento aos parques urbanos implantados e áreas verdes na cidade de Salvador e em específico, a área destinada ao Parque Theodoro Sampaio.

4.1. Os parques urbanos na configuração urbana de salvador

Para contextualizar os processos ocorridos na cidade de Salvador, Bahia, observa-se os principais “planos” para a cidade e suas leis normativas, à luz dos parques urbanos. Em todo Brasil, os processos de regulação desses espaços se iniciam com os Códigos de Posturas Municipais, cujas primeiras medidas foram oficializadas por meio de regulamentos para uso e ocupação do solo, que além de restrições impostas às construções, legislava também sobre a dinâmica da vida social no espaço público, promovendo “educação” para a convivência em uma sociedade moderna.

Os parques urbanos e áreas verdes já começavam a se tornar importantes equipamentos na promoção de saneamento, salubridade e socialização para as elites urbanas, sem, no entanto, implicar na garantia de melhores condições de habitabilidade das grandes massas populacionais das cidades. Nesse momento, por um lado, as normas de uso e ocupação do solo eram aplicadas de forma seletiva, contribuindo para intensificar o processo de segregação espacial da

população pobre, considerando ainda a omissão do poder público em relação às formas de ocupação das periferias urbanas, que se tornavam cada vez mais adensadas.

A preocupação com as áreas verdes e o “lugar da natureza” já havia sido expressa desde de 1935, na primeira Semana de Urbanismo, quando já começava a ser debatida a situação das praias, parques e outros espaços públicos da cidade de Salvador (SAMPAIO, 1999). A relevância desses espaços era, na sua maioria, ligada às possibilidades de oferta de centros de lazer e relacionados aos discursos vinculados à ecologia, começando a ser incorporado nos discursos a preocupação ambiental.

Em 1942 foi elaborado o Plano do Escritório do Plano de Urbanismo – EPUCS da cidade de Salvador (1942 – 1949), que pode ser considerado o primeiro plano para o planejamento urbano da cidade, visando propor instrumentos jurídicos para legislar o uso e a ocupação do solo, a qual, naquele momento, se apresentava como um plano urbanístico de vanguarda (SAMPAIO, 1999).

O EPUCS priorizava a intervenção física como instrumento para deslanchar processos de desenvolvimento, buscando a boa forma por meio de planos e projetos. Entendia-se que o bom meio poderia criar um bom homem, para habitar uma nova cidade e criar novas sociabilidades (OLIVEIRA, 2014). Dentre outros seis setores, o EPUCS destinava um setor específico para Parques e Jardins, estando as maiores demandas ligadas ao tema da saúde pública, revelando uma transição das chamadas intervenções sanitaristas para a concepção de um urbanismo modernista e incorporando um viés racional-funcionalista-técnico-estético.

O ideal modernista determinava a organização do espaço a partir da classificação das funções urbanas e, nesse ínterim, houve uma multiplicação dos espaços verdes da cidade (SAMPAIO, 1999).

Apesar da proposta de um sistema de áreas verdes e de parques contínuos estarem presentes nos discursos desde 1935, apenas em 1970 os primeiros parques e jardins públicos da cidade foram implantados de forma pontual, pulverizados no tecido urbano – Parque Getúlio Vargas, Parque Abaeté e o Dique do Tororó (GARZEDIN e BALTRUSIS, 2012).

Foram institucionalizados os Parques Joventino Silva, Pituáçu e São Bartolomeu, que, oferecendo opções de lazer, eram frequentados pelas camadas mais populares, ao passo que o Parque do Abaeté e o Dique do Tororó tinham uma função mais turística para a cidade (OLIVEIRA, 2014).

Nesse contexto, à visão sistêmica foi sendo incorporada aos valores do funcionalismo e do preservacionismo, incluindo nos discursos a importância da conservação dos ambientes

naturais. Junto a essa importância ambiental, o viés social começa a ser relacionado aos espaços de natureza. Os Parques eram vistos como espaços propícios para o desenvolvimento educacional, recreacional e científico.

Foi no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB (1975), que, pela primeira vez, elaborou-se um plano específico com estratégias de ação e planejamento para o conjunto das áreas verdes e parques urbanos da cidade de Salvador.

No plano, se mantinha uma concepção de desenvolvimento urbano muito próxima ao funcionalismo modernista do EPUCS, cujas principais atividades humanas se concentravam em torno do trabalho, da habitação, da circulação e uso de serviços públicos, como educação, saúde, cultura e lazer. As avaliações giravam em torno das variantes: população, renda e emprego, e, portanto, apesar de abarcar resultados qualitativos, segue com um enfoque predominantemente quantitativo (PONTES E CARVALHO, 2001).

No PLANDURB (1975), objetivava-se tratar da problemática da preservação de ambientes naturais urbanos, estabelecendo recomendações e parâmetros, traçando objetivos, metodologias, diagnósticos setoriais e propostas e, por meio de projetos de lei, diretrizes, programas e projetos executivos para as áreas verdes, os jardins e os parques urbanos da cidade, foram sendo criadas definições para um sistema público de espaços de recreação e preservação, devidamente categorizado e hierarquizado.

Dentre outros estudos e setores de atuação, a partir do Sistema de Áreas Verdes, proposto pela primeira vez em 1973, definiu-se o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos - SAVEA, proposto em 1978 e aprovado em 1985, que seria aplicado em articulação com a política de Proteção às Áreas Verdes. O sistema proposto elencou as áreas verdes e espaços abertos em três categorias: Áreas de Recreação; Áreas de Preservação de Recursos Naturais e Espaços Abertos, revelando as duas principais concepções que nortearam o plano: a separação de áreas de recreação e áreas de conservação.

A separação entre as funções de “preservação” e “recreação” revelou a fragilidade das temáticas ambientais, quando a função de recreação passou a atribuir mais importância aos espaços de área verde da cidade. Na medida em que os processos de supressão pela rápida urbanização não adquiriram visibilidade, os poderes públicos não demandavam de força suficiente para controlar o rápido processo de ocupações privadas.

As Áreas de Preservação de Recursos Naturais eram compostas pelas Áreas de Proteção de Encostas; Áreas de Proteção Ambiental; Áreas de Proteção Paisagística e Áreas de Proteção de Mananciais. Já os Espaços Abertos tratavam de espacialidades e áreas resultantes da

urbanização via agentes públicos e privados que se destinavam ao uso coletivo, tais como praças, jardins, estacionamentos e as vias de circulação. Dentro do setor de recreação, havia subdivisões entre Parques de Vizinhança, Parques Distritais, Parques de Bairro e Parques Metropolitanos, dando indicativos de possíveis espaços para criação e preservação de parques.

Foram definidas ainda as divisões entre Áreas Urbanizadas e Áreas Não-Urbanizadas. As Áreas Urbanizadas, classificou-se em: jardins, praças, encostas, fundo de vale, área verde em loteamento, interiores de quadras, cemitérios, arborização pública, horto e viveiros do município, vazios urbanos e hortas. As Áreas não-urbanizadas em: áreas de reservas para Parques e Áreas de proteção de Cursos D'água.

Dentre os parques urbanos institucionalizados neste Plano, estão: Parque Metropolitano de Ipitanga I e II, Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque Metropolitano de Abaeté, Parque Metropolitano de Pirajá, Parque do Dique do Tororó, Parque da Orla, Parque Zoo-Botânico de Ondina, Parque do Rio Jaguaripe, Parque da Cidade Joventino Silva, Parque do Rio Águas Claras, Parque do Camurugipe, Parque do Cachoeirinha, Parque do Rio Pituaçu, Parque do Rio Ipitanga, Parque do Rio Itinga, Parque do Rio Trobogi e Parque São Bartolomeu.

Dentre os Instrumentos Institucionais do PLANDURB estão a Lei do Processo de Planejamento e Participação comunitária – Lei 3345/83, a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU – Lei 3377/84 e a Lei do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUOS – Lei 3525/85, que foram votados nessa ordem, visando garantir pouca interferência de agentes privados e de interesses imobiliários na apropriação do solo urbano.

No entanto, tal estratégia não funcionou, visto que a LOUOS é um instrumento forte na disposição sobre o uso do solo e conseqüentemente, sobre o Sistema de Áreas Verdes. Muitas áreas foram excluídas e afetadas por pressão de proprietários e empreendedores.

No texto do PLANDUR já se observa que a distribuição espacial de praças e jardins públicos da cidade de Salvador, destinados a espaços de lazer e recreação, concentravam-se na área central da cidade. Foi observado ainda que, na maioria dos loteamentos e assentamentos populares, os espaços livres e abertos entre lotes eram, muitas vezes, inexistentes (CARVALHO E PONTES, 2001).

De acordo com Carvalho e Pontes (2001), o PLANDURB estabeleceu muitas providências e normalizações e mesmo com uma série de outras Leis Ordinárias e Decretos complementares, não conseguiu deliberar resoluções que de fato conservasse o verde na cidade, sobretudo o verde público. O verde público continuou a ser suprimido pelo que as autoras chamam de “invasão da pobreza, institucional e de máquinas”.

Ao analisar os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2008 e PDDU/2016), o que se observa não é muito diferente. Ainda no PDDU/2008, os Parques Urbanos eram abordados como Espaços Abertos de Recreação e Lazer, que se subdividiam em Parque Urbanos e em Espaços Abertos Urbanizados, classificando áreas no Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural, como Área de Proteção de Recursos Naturais- APRN e como Área de Proteção Cultural e Paisagística – APCP.

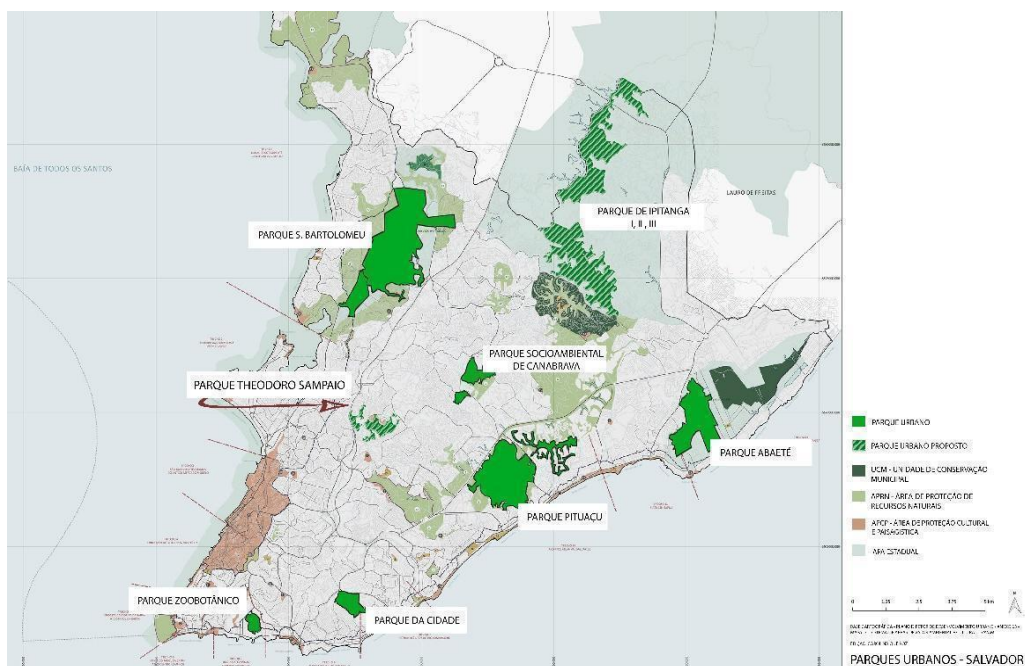
São apontadas diretrizes para os Parques Urbanos da cidade, tais como elaboração de planos específicos, de tratamento urbanístico e paisagístico, de estratégias para medidas de controle de ocupação e de danos ambientais, ressaltando a necessidade de ações para recuperação, conservação ambiental e proposição de equipamentos que melhor promovam compatibilização dos conjuntos de uso para lazer, recreação, turismo ecológico, atividades culturais e esportivas.

No PDDU/2016, em seu artigo 276, os Parques Urbanos ganham subseção própria, trazendo melhor conceituação:

“Área pública extensa, dotada de atributos naturais, ou entronizados, significativos para a qualidade do meio urbano, para a composição da paisagem da cidade e como referência para a cultura local, destinando-se ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, à educação ambiental, e eventualmente, à pesquisa científica. Parágrafo único: Os parques urbanos poderão incluir na sua concepção trechos urbanizados, dimensionados de acordo com a extensão territorial e as características ambientais, e funcionais de cada área, e serão dotados de mobiliário e equipamentos de apoio aos usuários que favoreçam a visitação o desenvolvimento de atividades culturais e uso pleno do espaço público”. (SALVADOR, 2016, p.144).

No PDDU/2016, foi disposta a existência de 10 (dez) Parques Urbanos em Salvador: Parque Zoo-Botânico de Ondina, Parque Joventino Silva, Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque Socioambiental de Canabrava, Jardim Botânico – Mata de Oitis, Parque do Abaeté, Parque São Bartolomeu, Parque de Pirajá, Parque da Lagoa da Paixão e Parque Ecológico do Vale Encantado. Mais 3 (três) Parques Urbanos são propostos para serem implantados, mediante estudo e projeto específico: Parque de Ipitanga I, Parque de Ipitanga II e III e o Parque do Vale da Mata Escura, sendo este último o Parque Theodoro Sampaio, espaço de estudo dessa pesquisa.

Figura 9 – Parques Urbanos existentes e propostos em Salvador.



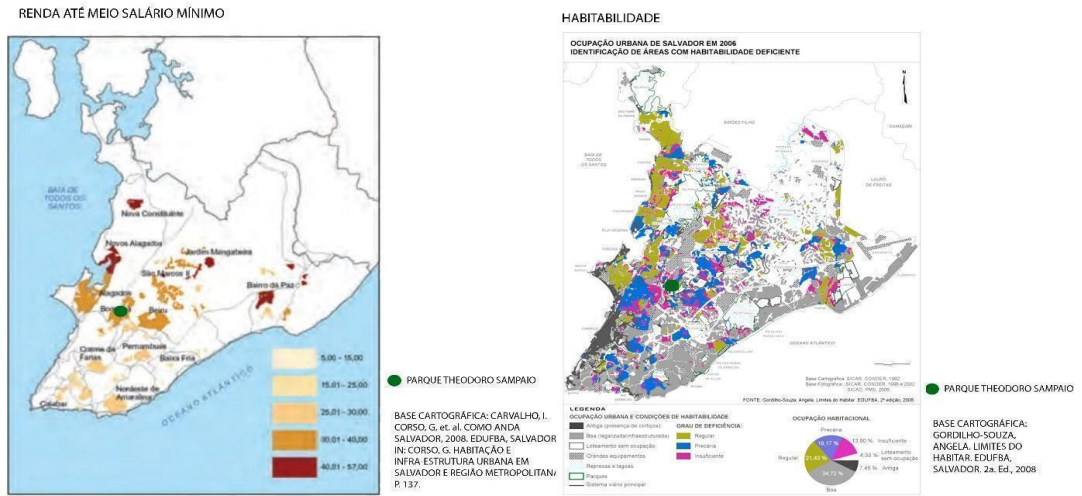
Fonte: Base PDDU/2016. Edição: Carolina Queiroz

Destaca-se que, do número total de parques, 7(sete) deles estão localizados na Orla Atlântica, região que concentra os bairros de classe média e média alta da cidade. Os parques urbanos e outras áreas verdes de Salvador, que somam cerca de 25% do território total da cidade, também são distribuídas de forma desigual pela malha urbana (SALES, 2015). As áreas de periferia da cidade de Salvador sofrem com a escassez também de áreas verdes, parques urbanos e outras tipologias de espaços públicos.

Serpa (2008, p.180) evidencia uma concentração desses equipamentos em áreas com infra-estrutura consolidada e população com maior renda e alta escolaridade, também priorizando áreas da cidade com interesses turísticos, como a região da Orla.

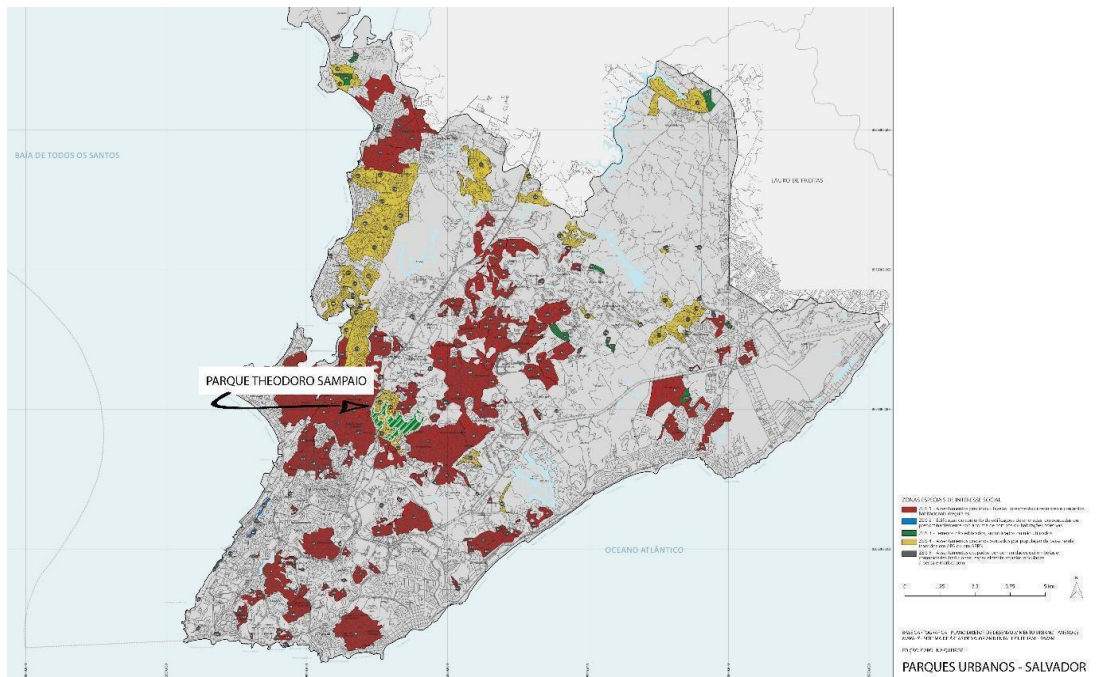
Nesse sentido, observa-se na Figura 10 que a área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio se localiza em área de concentração de população de renda de até meio salário mínimo mensal e habitabilidade precária e insuficiente. Em seguida, na figura 11, destaca-se a referida área verde de acordo com as definições de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), mapeada no PDDU/2016, que correspondem às porções do território ocupadas predominantemente pela população da baixa renda, as quais demandam intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares.

Figura 10 – Parque Theodoro Sampaio destacado sob mapeamento de faixa de Renda de Até Meio Salário Mínimo e Habitabilidade em Salvador.



Fonte: CARVALHO et. al, 2008 e GORDILHO-SOUZA, 2008. Editado por Carolina Queiroz

Figura 11 – Parque Theodoro Sampaio destacado sob mapeamento de ZEIS, PDDU/2016



Fonte: PDDU/2016. Editado por Carolina Queiroz

Em meio a tais tensionamentos, como constata Serpa (2006), há um paradoxo em relação à “sustentabilidade urbana”, tão aclamada nos últimos PDDUs para a cidade de Salvador: a qualidade ecológica não parece constituir-se em critério determinante para as

operações de requalificação e o fato de ser “protegido” ou indicado como área de preservação ou conservação ambiental não garante necessariamente sua proteção.

Para GOMES et. al (2019), em análise aos últimos PDDUs para a cidade de Salvador, em seus diversos aspectos os documentos não definem metas nem estabelecem prazos para seu cumprimento e não estima recursos necessários para que seus objetivos sejam alcançados. Falta ao documento a perspectiva de uma abordagem sistêmica, vislumbrada desde o EPUCS, mas desconsiderada em seus aspectos práticos.

Em relação aos Parques Urbanos, a quase totalidade dos dispositivos e diretrizes se mantém sem implementação, contando apenas na letra fria da lei. Mesmo indicando novas áreas para implantação de Parques Urbanos na cidade de Salvador, o PDDU/2016 “continua a apresentar formulações gerais que precisam ser aprofundadas e tratadas nas escalas adequadas, relacionadas com os respectivos regulamentos de modo a tornar essa lei minimamente operacional.” (GOMES et. al, 2019, p.326).

Algumas das tensões daí resultantes se manifestam na área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, área verde de estudo deste trabalho, e em muitos outros parques urbanos e áreas verdes da cidade de Salvador e do Brasil, sobretudo, nas periféricas. Dentre outros impasses, tais problemáticas conferem fragilidades na preservação e impõe severas barreiras para uma relação mais saudável entre habitantes e ambiente natural, importantes para a cidade em seus aspectos climáticos e culturais.

Tratando-se da idealização de uma grande área verde enquanto um espaço público, atravessado por tensionamentos diversos, entende-se que a demarcação e indicação em legislações específicas tenha representado importantes garantias. No entanto, considera-se que a ação de órgãos e agências públicas, no papel de cuidar e gerir dessa área verde, impõem condições ambíguas para seu cuidado e uso, revelando limitações no reconhecimento de formas participativas e integradoras de gestão e apropriação do espaço.

Diante desse contexto, ressalta-se que o processo de idealização dessa área verde enquanto Parque Theodoro Sampaio tem sido impulsionado pelas práticas afirmativas advindas das movimentações no âmbito da rede sociotécnica em formação. Observa-se o protagonismo dos agentes internos e externos, tais como os moradores das comunidades próximas em articulação com agentes públicos e individuais.

Conforme observa-se, na linha do tempo elaborada que será apresentada a seguir, é possível identificar as movimentações para implementação do parque desde 2004 (GORDILHO-SOUZA, 2019), tratando-se de um processo que possibilita a construção de um

espaço público que abarca a importante temática socioambiental para a cidade de Salvador – BA.

4.2. Apropriações e usos na área verde e entorno

A área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio localiza-se no bairro da Mata Escura e é circundado pelos bairros do Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão, na região denominada como Miolo da Cidade de Salvador, compreendida entre BR-324 e Avenida Paralela, que compõe o intermédio da cidade, região urbanizada em meados do século XX. Compreende uma gleba de 84,69 hectares, sendo aproximadamente 42,64 hectares de remanescentes de Mata Atlântica, acessado pelos bairros do Calabetão, Mata Escura, BR-324 pela Estação Bom Juá, Barreiras e Arraial do Retiro.

Os bairros que compõem o entorno da gleba destinada ao Parque apresentam uma topografia de relevo acidentado, composto por vales e montanhas, que variam entre 25m e 80m de altura. Em seu centro localizam-se as represas de Mata Escura e do Prata, no grotão de vale que compõe a sua morfologia.

Figura 12 – Área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio e relação com os bairros vizinhos.



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021.

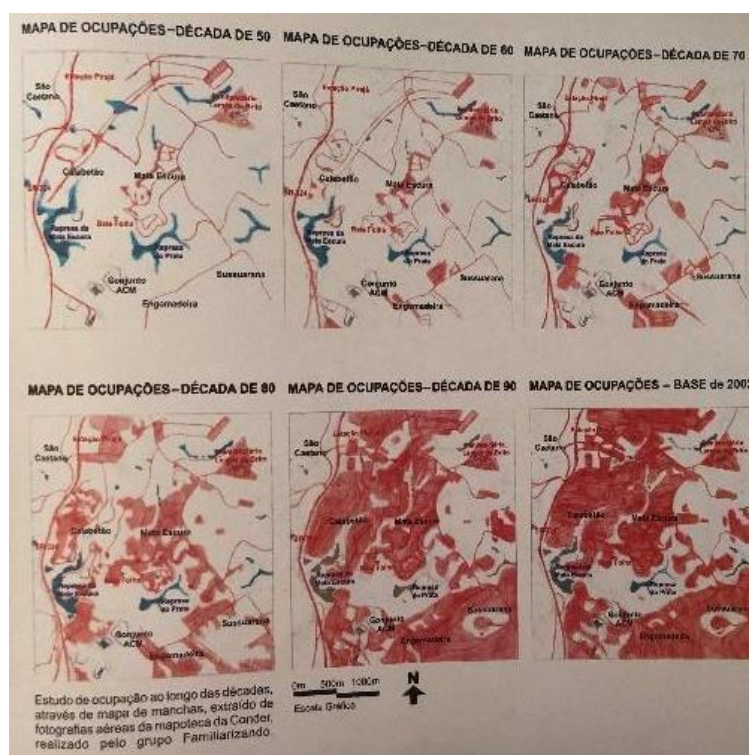
O Miolo da cidade é uma região que se desenvolveu com características que demonstram a relação contrastante entre centro e periferia, abrangendo cerca de 1/3 dos três milhões de habitantes da cidade de Salvador, estimada em 2.886.698 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Abriga uma população predominantemente de baixa renda, moradora de bairros consolidados por ocupações “irregulares”, autoconstrução, grandes conjuntos habitacionais e outras formas diversas.

O bairro de localização exata da área verde, o bairro da Mata Escura, conta com uma população de cerca de 32.349 mil habitantes, sendo a maior parte autodeclarada parda (53,59%) e preta (31,52%), do sexo masculino (50,81%) e na faixa etária de 20 a 49 anos (56,59%) (CONDER, 2016).

O entorno da área verde é composto por sub-regiões que foram se conformando de acordo com os processos sequenciais de ocupação para moradias e pequenos comércios, dando origem a localidades como a Velha Mata Escura, Novo Paraíso, Nova Mata Escura, Jardim Pampulha, Ponto Lá, Ocupação Nova Esperança e a região dos condomínios Recanto Verde, Morada do Sol e Santa Edwiges, além de campos de futebol, remanescente de uma pedreira, a mata e seus corpos biofísicos, a lagoa do Arraial e as Represas do Prata e da Mata Escura.

Nas áreas de borda do Parque Theodoro Sampaio identifica-se uma região densamente arborizada, com uma paisagem natural que se mescla a um “mar” de construções, progressivamente adensadas (figura 13).

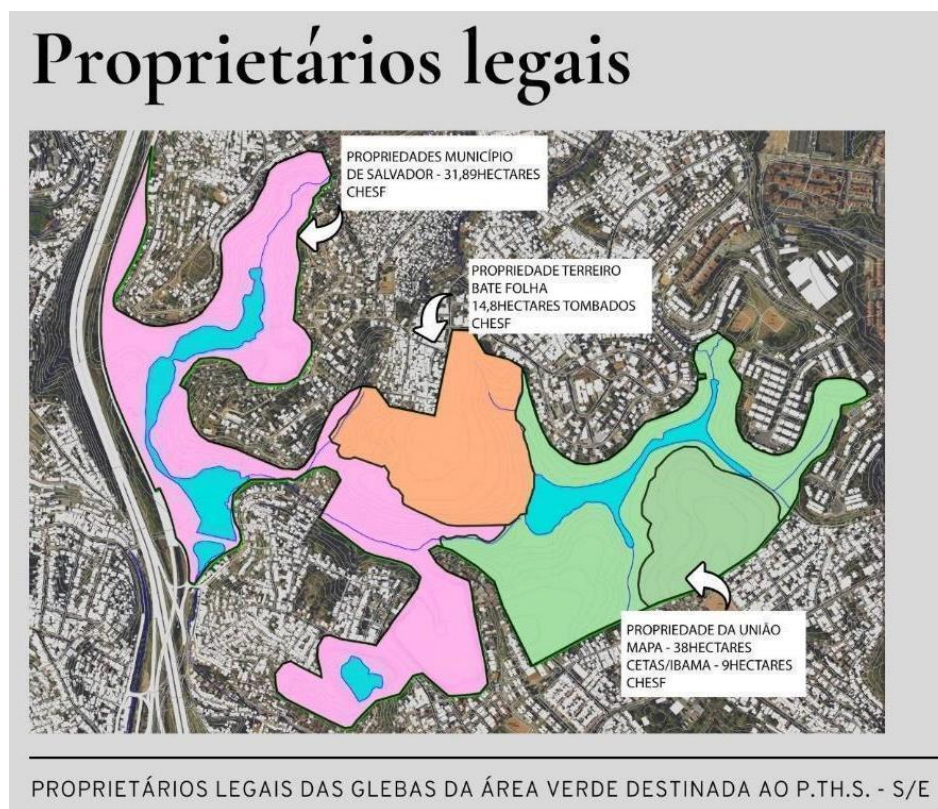
Figura 13 – Mapa de ocupação – anos 50 aos anos 2000 – no entorno da área verde



Fonte: Gordilho-Souza et al (2005)

Em relação à sua situação fundiária, a área do Parque é dividida entre três proprietários legais. Uma porção das terras pertence à União, abrigando galpões do Ministério da Agricultura – MAPA (38he) – trata-se da sede do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CETAS/IBAMA), que trabalha com a reabilitação de animais silvestres apreendidos (9he) por meio de um Termo de Posse Temporária e uma área de uso autorizado à Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF. Outro proprietário é o Terreiro Bate Folha, área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN (14,8he), que por meio de uma “Servidão Administrativa” também cede parte do terreno para CHESF. E por fim, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), que também cede parte da área para uso autorizado pela CHESF (31,89he), abrigando uma linha de alta tensão (ARAÚJO, 2016).

Figura 14 – Proprietários Legais das glebas internas à área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela autora desse trabalho, 2021.

Considerando a importância da análise dos proprietários legais, demonstrada na figura 14, elegem-se pontos de abordagem e de identificação na figura 15 que permitem melhor compreender os usos e a ocupação do solo, para além das questões de prioridade legal no perímetro previsto para o parque. De forma geral, busca-se ressaltar os diferentes formatos de ocupação do território, deixando marcas no ambiente construído, realizadas por agentes que compõem a rede sociotécnica em movimento. Em seguida, busca-se destacar também os principais elementos naturais presentes e descrever como vem sendo apropriados, bem como, pontuar manifestações culturais relevantes.

Figura 15 – Usos do solo e apropriações diversas na área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela autora desse trabalho, 2021.

1 - TERREIRO BATE FOLHA:

O terreiro Bate Folha, contíguo à área prevista para o parque, é um dos mais antigos da cidade de Salvador, criado após o desmembramento da Fazenda Bate Folha, que abrigava um grupo de aquilombamento (QUEIROZ, 2017). Sua escritura pública data de 1916 e foi fundado por Manoel Bernadino da Paixão, ocupando uma área de 14,8 hectares. Sua representação civil pertence à Sociedade Beneficente Santa Barbára, sendo um terreiro dedicado a Iansã nas mitologias brasileiras e africanas.

A propriedade pertencente ao terreiro, contígua à área do parque, é o trecho mais preservado, destacando-se pela densa Mata Atlântica. Cerca de 70% da área total configura um bosque com árvores sagradas e centenárias, havendo recorrentemente atividades para preservação das árvores existentes, reflorestamento e plantio de novas mudas (INFOPATRIMÔNIO, 2021).

O Terreiro Bate Folha é um terreiro de grande prestígio e alcance social, atraindo pessoas de outras cidades, estados e países nas suas festividades e reuniões, agregando importância afetiva, social e simbólica para a comunidade e para o bairro da Mata Escura (VILAS BÔAS, 2018). A presença de personalidades antigas no terreiro se torna importante para o bairro na medida em que constroem um referencial para reconhecimento de sua história, memórias e experiências, além de realizar ações voltadas para capacitações, eventos culturais e debates abordando temas para melhoria da vida cotidiana local.

Nas pesquisas bibliográficas realizadas, destacam-se os relatos sobre o Sr. Nogueira, que faz parte da comunidade do terreiro há anos e que detém um amplo conhecimento sobre as plantas, ervas e frutos que existem na Mata, utilizadas na cura e no tratamento de doenças físicas e espirituais de humanos e animais (VILAS BÔAS, 2018). Assim, o terreiro Bate-Folha torna-se famoso pela maestria nos trabalhos com folhas, cultivadas nas “matas sagradas” do entorno.

Encontra-se constantemente a presença de mangueiras, árvore frutífera ligada ao orixá Oxóssi, rei das matas e florestas. Há a presença do Pé de Loco/Irocó e Baobá, árvores trazidas pelos africanos, que “Segundo Pai Cícero, responsável pelo terreiro: “Não tem como fazer uma obrigação dentro de um apartamento. Não que seja errado, mas são etapas dos rituais tirar uma folha, tomar um banho.” (QUEIROZ, 2017, p.49). Os corpos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Pedras e Pituaçu e a Represa do Prata, próximos do terreiro, também são palco para a expressão de práticas sagradas.

De acordo com Queiroz (2017), conta-se que, no terreno do Terreiro Bate-Folha, havia muitos pés de jaca, atraindo os moradores da localidade para prová-las e roubá-las. Muitos dos que entravam acabavam perdidos na Mata e muitas vezes não conseguiam sair de lá, tendo que gritar por ajuda. Os membros do terreiro iam ao seu socorro, contando essa estória ao longo do tempo e das gerações.

Portanto, o terreiro Bate-Folha é a expressão de uma herança originária dos primeiros movimentos no território, ligados à importância dos mananciais hídricos e da “Mata Escura”, lugar de cultos e aquilombamentos do passado. Esse acervo imaterial, simbólico e cultural associado aos membros internos do terreiro e suas práticas para além dos seus muros faz desse espaço um centro espiritual, cultural, de preservação ambiental e referência para o bairro e para a cidade.

Tombado pelo IPHAN enquanto Patrimônio da Cultura Afro-Brasileira em 2003, reconhece-se o patrimônio histórico, paisagístico, etnográfico e artístico segundo sua natureza material e imaterial. O terreiro Bate-Folha abriga uma casa residencial, um barracão para cultos,

pequenas casas em semicírculos dedicadas aos seus respectivos orixás. O espaço abriga um museu, dispondo de um acervo de documentações, informações, fotografias e móveis antigos.

O perímetro de abrangência do Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué ainda é classificado como Área de Proteção Cultural e Paisagística – APCP pelo PDDU/2016.

Infelizmente, observa-se que a poluição, o desmatamento, o desequilíbrio na biodiversidade de fauna e flora, entre outros tensionamentos, são ameaças que se apresentam para os terreiros de candomblé em sua grande maioria, que vinculam diretamente sua religiosidade às práticas com e na natureza.

2 - GALPÃO DO MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

A área de propriedade da união consta de 38 hectares, sob responsabilidade do MAPA. Essa área é ocupada pelos galpões de armazenamento do MAPA, pelo CETAS/IBAMA e pela CHESF, além do corpo hídrico da Represa do Prata, localizada no perímetro. Essa área tem sido frequentemente ocupada por moradias. Segundo Araújo (2016, p.23), dados da Polícia Federal (MAPA, 2016) registram que até o ano de 2016 havia a presença de aproximadamente 350 famílias na localidade, tendo a Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município - SUCOM (SUCOM, 2016) realizado uma visita no mesmo ano para fazer uma vistoria para levantamento acerca do desmatamento no local.

3 – CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES - CETAS:

O CETAS/IBAMA se localiza ao leste da área verde, ocupando 9He da propriedade da União. A instituição esteve já aberta para visitas públicas, mas atualmente apenas presta serviços de triagem e manejo de animais silvestres por meio de entrega voluntária, solicitação de resgate e apreensão. O CETAS/IBAMA ocupa a área por meio de um Termo de Posse Temporária, regime que permite o uso da propriedade imóvel por tempo determinado.

4 - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF

A CHESF utiliza parte da área tombada do Terreiro Bate-Folha, parte da gleba pertencente ao Município de Salvador e também parte da gleba pertencente à União por meio de um regime de servidão administrativa. A servidão administrativa sede autorização para uso

de propriedades imóveis para instalação e execução de serviços de interesse coletivo, através de contrato específico. Nesse caso, a área abriga as instalações de duas linhas de alta tensão.

5 – ANTIGO HORTO FLORESTAL:

O antigo Horto Florestal de Salvador, atualmente desativado, está inserido nesta área verde e surgiu em 1956 por meio da Lei Municipal Nº 670 de 23 de março de 1956. Doado pelo MAPA, destinou-se à criação de um Horto Florestal para fornecimento de mudas para a arborização da cidade de Salvador.

Devido à fragilidade do processo de posse fundiária, que será melhor aprofundado ao longo deste capítulo, com decretos de mudança de titulações e impasses jurídicos, observa-se um grande avanço das ocupações habitacionais na localidade, desde a sua desativação em meados dos anos 2000.

Em 2016, representantes do Fórum Social de Mata Escura (FSME) e do Terreiro Bate-Folha, em conjunto com a Equipe Eixo Áreas Verdes, formada por profissionais residentes na Residência Em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA/2016 (RAU+E UFBA), deram entrada em uma denúncia ao Ministério Público da Bahia (MPBA) por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), reforçando a situação de degradação na área do Antigo Horto Florestal e apresentando o documento “Relatório Diagnóstico participativo - Reconhecimento do território e diagnóstico da área para proposições” (MATA ESCURA, 2016), datado de março de 2016.

6 - OCUPAÇÕES POR HABITAÇÃO

As ocupações por moradia seguem aumentando na área destinada ao Parque Theodoro Sampaio. De acordo com Araújo (2016, p.23), essa ocupação pode ter chegado a uma supressão de 24% da área verde.

Essa problemática está profundamente relacionada com o formato de desenvolvimento urbano adotado nos últimos anos, sendo Salvador uma cidade massivamente ocupada dentro de padrões “informais”. Pelo menos 34,66% das ocupações da cidade reproduzem esse padrão em suas construções (GORDILHO-SOUZA, 2008), demonstrando efeitos marginalizantes, excludentes e segregadores.

É importante alertar para outro aspecto da mesma problemática, que emerge nas ocupações próximas aos lugares de natureza, expondo famílias a situações de fragilidade e risco ambiental. O outro lado dessa mesma moeda se revela na degradação dos ambientes de natureza urbana, demonstrando os fundamentos dicotomizados da nossa forma de viver e de construir cidades. Como refere-se Martins (2011), o que acontece é ora, uma preservação radical, que isola os espaços de natureza dos humanos, ora uma urbanização desenfreada, que não contribui para criação de regras e compensações visando convivência, resultando na supressão e degradação de ecossistemas.

Dessa forma, é oportuno atentar para as inconsistências na delimitação da área, já que é possível observar que fundos de terrenos privados, sobretudo dos condomínios e grandes conjuntos habitacionais, se misturam à área prevista para o parque. Elencamos algumas comunidades e condomínios residenciais mapeados, localizados nas bordas e áreas contíguas ao Parque Theodoro Sampaio: Ocupação Nova Esperança; Nova Mata Escura; Velha Mata Escura; Jardim Pampulha; Condomínio Recanto Verde; Condomínio Morada Do Sol; Condomínio Santa Edwiges.

Figura 16 – Visita à localidade da Nova Mata Escura



Fonte: Fotos de Queiroz, 2021.

7 - A PEDREIRA

A pedreira é um importante marco biofísico, que também contribuiu para a ocupação do território, principalmente na região do Arraial do Retiro. Assim como na história do bairro da Mata Escura, o surgimento da comunidade do Arraial do Retiro está relacionado com a existência da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, sendo um lugar de refúgio para as populações escravizadas. As pedreiras, localizadas na Fazenda São Gonçalo, foram disponibilizadas para exploração, contando com o trabalho de quilombolas que viviam próximos a região e que começavam a contribuir cotidianamente para a ocupação da área.

8 - CAMPO DE FUTEBOL

De acordo com Chong (2016), existem 5 campos de futebol no entorno da área verde. Em seu estudo qualitativo, demonstrou que são espaços improvisados e criados a partir de iniciativa dos moradores locais.

Observa-se que este é um clássico e democrático espaço de lazer do bairro, assim como as pequenas praças que vão se formando entre as ocupações e formações de novas ruas. Eles se localizam na região do Calabetão, da Nova Mata Escura e próximo à região do Terreiro Bate-Folha.

9- ESTAÇÃO DO METRÔ BOM JUÁ

Os primeiros estudos para implantação da Estação de Metrô Bom Juá nas bordas da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio datam de 1998, com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) viabilizados pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), em conjunto com o Governo do Estado da Bahia (GOVBA) e PMS (COSTA, 2018). Em 2001, foi elaborado um Plano de Diretrizes Urbanísticas para as áreas de influência da Linha 1 do Metrô e da Estação de Metrô Bom Juá.

No que se refere à Estação de Metrô Bom Juá, inaugurada em abril de 2015, são inegáveis seus benefícios. No entanto, sua construção não contemplou aspectos importantes para a garantia da mobilidade dos moradores e usuários que objetivam acessar as localidades vizinhas. O entorno da Estação não possui qualquer intervenção em microacessibilidade, como passeios, escadarias e rampas, estando implantada em ruas sem asfalto, com grande quantidade de lama e poços d'água.

Observou-se a total desconexão entre a Estação Bom Juá e a presença da área verde, já denominada enquanto Parque Urbano pelo PDDU/2008, anterior à construção da estação metroviária. O entorno da Estação e limites da área verde apresenta percursos bastante íngremes, com subidas de alta declividade apresentando caminhos e pequenas trilhas que são abertas por meio de usos cotidianos, servindo de atalhos para as demais localidades.

É assustadora a informalidade dos acessos, tendo em vista a concessão pública do Sistema Metroviário de Salvador por três décadas outorgada pelo GOVBA para a empresa CCR Metrô.

Figura 17 – Acesso e entorno da estação de Metrô Bom Juá, no entorno imediato do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Fotos de Queiroz, 2021.

10 – SISTEMA VIÁRIO

Assim como a Estação de Metrô Bom Juá, os estudos para implantação de novas vias no entorno da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio datam do final dos anos 90 e início dos anos 2000. Foi possível observar que as questões relacionadas ao transporte e a mobilidade urbana é um problema que ainda persiste.

Figura 18 – Proposta para Sistema Viário na Mata Escura e em torno da área verde, problemática já debatida em 2004.



Fonte: Gordilho-Souza et al (2005).

Em abril de 2020, foi autorizado pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA/PMS o início das obras de construção da via de ligação BR- 342 e Mata Escura, que

possibilitará conexão entre a Avenida Barros Reis e a região do Arraial do Retiro e com o bairro da Mata Escura, com 2,3 km de extensão, contando com um investimento de R\$ 13 milhões. A previsão de duração das intervenções é de seis meses e estão previstas as etapas de pavimentação e passeios para circulação de pedestres e ciclistas, drenagem, implantação de ponte e contenções de encostas.

O projeto, em fase de implantação, se inicia nas proximidades da Estação do Metrô de Bom Juá e finaliza-se no alto da Mata Escura, ao lado do terreiro Bate Folha e prevê desapropriações de moradias locais, ainda em fase de debate entre os habitantes e os órgãos responsáveis.

Sem desconsiderar os impactos positivos no cotidiano dos moradores, trabalhadores e transeuntes dos bairros, conforme observado em conversas e entrevistas para realização dessa pesquisa, a construção desta nova via não leva em conta a existência da área verde, denominada enquanto Parque Urbano desde o PDDU/2008.

O projeto não propõe ações nem estudos para contrapor os possíveis efeitos que a implantação de uma via de grande porte poderá causar na área. No mínimo, acarretará novos fluxos, trará modificações na dinâmica econômica, fundiária e imobiliária na região, conforme observado pelo prefeito ACM Neto e pelo vice-prefeito e secretário de Infraestrutura e Obras Públicas - SEINFRA, Bruno Reis, em entrevista para os Correios.¹⁵

É urgente o enfrentamento de questões relativas à delimitação efetiva da área verde e ao tratamento adequado aos tensionamentos que as possíveis desapropriações das ocupações por moradia na área podem suscitar.

Figura 19 – Nova Via de Ligação Mata Escura-BR324, implantada nas bordas da área verde. Projeto apresentado pela SEINFRA/PMS.



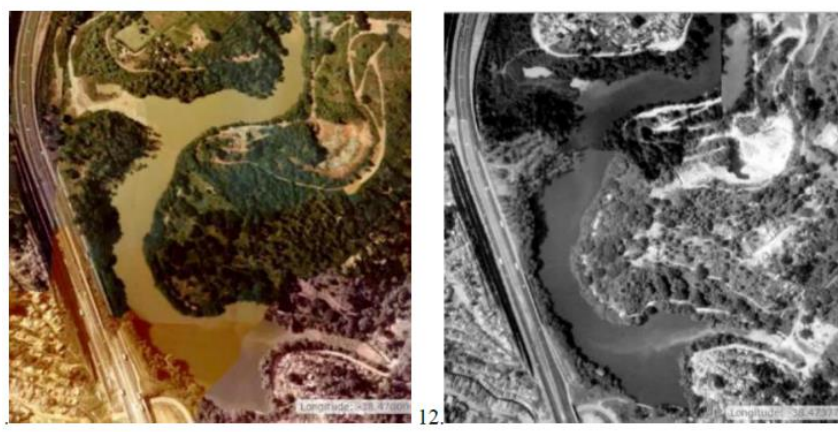
Fonte: Correio 24 Horas, 2020

¹⁵ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/veja-como-ficara-nova-via-que-ligara-a-mata-escura-a-br-324/>. Acesso em: 02 de set.2020

11 – REPRESA DO PRATA E REPRESA DA MATA ESCURA

A área verde, destinada ao Parque Theodoro Sampaio, corresponde ao entorno das represas do Prata e da Mata Escura, equipadas no início do século XX para implantação do sistema de abastecimento de água de Salvador. Conforme segue-se aprofundando neste mesmo capítulo, em 1910 as represas foram requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, fato de grande importância na história da cidade, do bairro da Mata Escura e da área verde.

Figura 20 – Represa da Mata Escura. Fotografias tiradas em 1959.



Fonte: Araújo (2016).

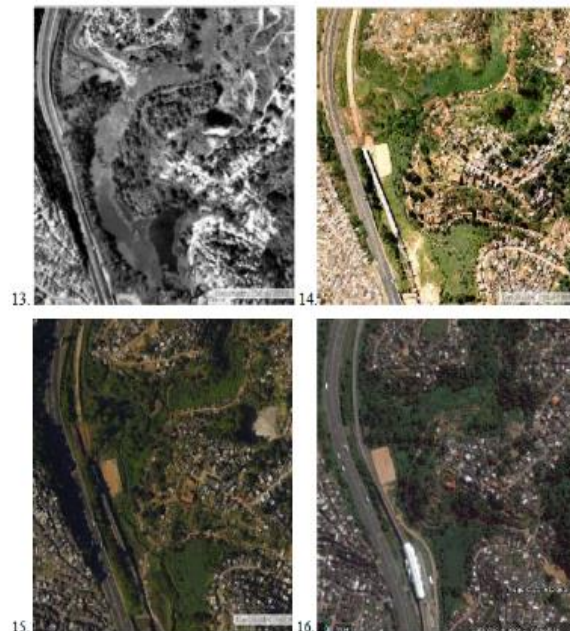
Na topografia acidentada do terreno, cujo vale abriga as represas do Prata e da Mata Escura, encontram-se nascentes que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Camaragibe, importantes agentes naturais na história de formação dos territórios. Desaguando nas represas do Prata e da Mata Escura, o Rio Camaragibe foi um dos principais mananciais de abastecimento da cidade do final do século XIX até meados do século XX. Outro exemplo é a formação do bairro do Calabetão, que nasce às margens do Rio Azacá, que também deságua na Represa da Mata Escura. (SANTOS, 2010).

Próximo à Represa do Prata existe a nascente Fonte do Horto Florestal, que, segundo Santos *et al.* (2010, p. 232):

O local onde a fonte está localizada é de difícil acesso, não há coleta de lixo e os resíduos sólidos são lançados no ambiente. A água da fonte apresenta vazão no período de chuva e é utilizada pelos moradores para consumo humano, destacando-se seu uso para beber. Quanto à qualidade da água, está inadequada para consumo humano, conforme Portaria N. 518/04 do MS, porém pode ser utilizada para banho, segundo Resolução CONAMA N. 274/00.

As águas que correm para o vale eram usadas para consumo da população, para lavagem de roupas das famílias e também para o lazer, presente nas memórias dos moradores mais antigos do bairro. No entanto, com a pouca infraestrutura e precariedade do sistema de esgotamento sanitário dos Conjuntos Habitacionais e das casas unifamiliares do entorno, dejetos foram direcionados para as nascentes dos rios e para os corpos d'água. Tal situação acarretou na diminuição das represas, que têm passado por processos de assoreamento.

Figura 21 – Processo de supressão da represa da Mata Escura



A sequência de imagens mostra as etapas do processo de supressão das margens da Represa da Mata Escura nos anos de 1976 (Figura 4), 1980 (Figura 5), 1989 (Figura 6), 2006 (Figura 7), 2010 (Figura 8) e 2016 (Figura 9). O período com maior impacto sobre a represa é a partir de 2006, com a implantação de um campo de futebol e aterramento da margem próxima à BR-324, à esquerda. A implantação da estação de metrô do Bom Juá trouxe modificações no sistema viário e pequena supressão da represa.

Fonte das imagens: CONDER INFORMS e *software* Google Earth.

Fonte: Costa (2018).

Figura 22 – Comparação entre foto de Gordilho-Souza et al (2005) e Araújo (2016) demonstrando a supressão da Represa do Prata por macrófitas.



Fonte: Araújo (2016).

Desde a desativação das represas em 1987, devido à poluição e baixa vazão, observa-se que seus espelhos d'água encontram-se cobertos por macrófitas. Em excesso, a vegetação impede a penetração de luz, dificultando a formação de vida aquática e causando maiores desequilíbrios ecológicos. De acordo com Costa (2018), estão acontecendo estudos para reativamento das represas pela empresa Hydros Engenharia, contratado pela PMS.

Nesse sentido, é importante reforçar que as matas remanescentes e os corpos hídricos represados possuem uma importância ecológica e impactam no controle climático, resfriamento e purificação do ar para a região e bairros do entorno. Representam também força simbólica para a história do território.

4.3. Idealização do Parque Theodoro Sampaio, em Salvador

Caminhando pelas ruas centrais do bairro da Mata Escura, seguindo pela Rua Direta da Mata Escura, percebe-se o comércio diverso e movimentado. É formado, em sua grande maioria, por pequenos mercados, salões de beleza e barbearias, igrejas, lojas de confecções, roupas e armarinhos, padarias e lanchonetes, borracharias e lojas de material de construção, além dos poucos equipamentos públicos existentes, destinados à saúde e educação.

Nas áreas de borda do bairro, em terrenos contíguos à área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, o “mar” de construções vai se abrindo e criando um contraste na paisagem, misturando os tijolos vermelhos das construções com a densa massa de vegetação dos vales. Nas bordas, observa-se áreas vazias, com grande quantidade de capim e uma arborização que vai se adensando no centro, podendo encontrar mangueiras, flamboyants, amendoeiras e até Pau Brasil.

É nessa passagem entre uma urbanização densa para um espaço de natureza generoso, que, para melhor caracterizar a construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, é preciso voltar às origens do bairro da Mata Escura, território que abrigou um dos locais mais seguros da cidade de Salvador para o aquilombamento de povos negros, devido à densidade e profundidade da Mata Atlântica na localidade.

Em iorubá, *Igbedú*, quer dizer Mata Escura, remetendo à formação de um dos primeiros quilombos brasileiros localizados na região compreendida hoje como miolo da cidade. A vila

da Mata Escura era uma das que compunham o Antigo Quilombo do Cabula, carregando significados de um espaço de resistência, de vivência política e de pertencimento (MARTINS, 2017). Além dos povos negros, de acordo com Vilas Bôas (2018), os povos tupinambás também habitavam o território dessa pesquisa.

Com uma grande e complexa história de resistência e luta, represálias e violências, aos poucos, essas aldeias foram sendo dizimadas ou rendidas, enquadrando-se nas novas regras administrativas e reguladoras dos colonizadores portugueses. Assim, ao tempo que as repressões contra esses povos adquiriram novas investidas, parte deles reinventaram formas de resistência para uma vida em aldeias autônomas.

É com o desenlace desse processo que se produz parte da dinâmica e da urbanidade que hoje se dispõe sobre a cidade de Salvador. Na segunda metade do século XVI, intensifica-se o tráfico de africanos escravizados designados aos trabalhos em fazendas do Recôncavo e aos serviços e trabalhos domésticos nas capitais urbanas. Por muito tempo, a única solução encontrada para a situação de extrema violência era a fuga para longe, para locais de mata fechada e de difícil acesso.

Assim, foram se formando pequenos conglomerados de moradias, dando origem aos arraiais e vilas e posteriormente todo um complexo de ocupação, entendido como quilombos urbanos. A densa Mata Atlântica, localizada na área verde de estudo, outrora, funcionava como barreira de proteção para acesso ao Antigo Quilombo do Cabula. A formação desse território, entre 1787 e 1821, foi alavancada com a intensificação do tráfico de africanos vindos de Angola, do Congo e posteriormente, os de nação Iorubá (VILAS BÔAS, 2018).

As colinas, matas, lagoas e rios aí localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana relativamente autônoma, e semiclandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos, comunidades móveis destruídas aqui para ressurgirem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da mobilidade proporcionada pela escravidão urbana. (REIS, 2003, p. 70).

Em consonância com o pensamento de Latour (1994), observa-se que os elementos naturais – referenciados enquanto objetos, como os corpos hídricos, as matas, as árvores, o solo molhado e demais elementos espaciais característicos de uma abundante Mata Atlântica - são importantes elementos impulsionadores nas movimentações dos agentes sociais, ocupando e elaborando esse território. Tal fato reforça a importância da resistência cultural e cuidado desse ambiente natural, relevante apelo provocador da ideia de implementação de um parque urbano.

Ao passo que as beiras de rios são lugares estratégicos para acomodação, as matas serviam de abrigo e proteção: “quando não suportavam mais fugiam do pelourinho atravessando o rio Camurujipe (BR324) e entrava na Mata fechada, e quando perguntavam cadê o negro? As pessoas respondiam: entrou na Mata Escura...”¹⁶

Ao retomar o histórico de ocupação e formação do território, observa-se a configuração diversa, retrato do Brasil nas suas diversas expressões. Para Vilas Bôas (2018), o bairro da Mata Escura transformou-se em um espaço de culturas híbridas, o que ele denomina como as três heranças: fortes elementos tupinambás, europeus e africanos. Essa mistura certamente aponta para táticas de resistência e para a construção de um processo civilizatório próprio e coletivo, mas também evidencia uma história de violência e negação, e posteriormente, de exclusão no capitalismo contemporâneo.

Dentre os resquícios mais notórios dessas heranças, destacamos os diversos hábitos de higiene, alimentares e culturais adquiridos na cultura indígena, presentes no modo de vida do povo brasileiro. Observa-se ainda que na Mata Escura há uso de um saber medicinal à base de ervas e folhas, realizados pelas famosas rezadeiras do bairro e membros antigos dos terreiros. A herança europeia está nos modos de vida e culturas capitalistas ocidentais, reproduzidas quase em sua totalidade nos territórios colonizados, muito difundida através das expressões religiosas dominantes, como a católica e pentecostal. Quanto à herança africana, é possível vê-la a olho nu, não apenas pela grande quantidade de pessoas de pele negra, mas pelas expressões culturais na culinária, na música e na religião. Apenas o bairro da Mata Escura abriga nove importantes terreiros de candomblé, mapeados pelo Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO/UFBA)¹⁷ (VILAS-BÔAS, 2018).

Dessa forma, ressalta-se que a história da área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio é um importante fragmento da história mais ampla de todo o território em que está inserido, umbilicalmente relacionado à densidade das suas Matas e seus corpos hídricos, construindo uma forte relação entre cultura e natureza:

A cidade é o melhor exemplo de como forças antrópicas, de transformar o próprio ambiente em que vive, está intrinsecamente conectada com as diferentes maneiras do ser humano reconstruir a si mesmo, e também de como a transformação do ambiente urbano gera novos tipos de relações. (...) A escrita histórica tem uma posição de destaque no desenrolar dessa dinâmica conjunta entre natureza e sociedade, e também a “saúde” de ambas, permitindo maiores esclarecimentos sobre

¹⁶ Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2015/07/16/bairro-mata-escura-gueto-urbano-resistencia-quilombola/> e <http://mataescura.comunidades.net/contatos>. Acesso em: 24 de set.2020

¹⁷ Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 24 de nov.2019

as transformações em ambientes degradados. A premissa é que as ações humanas ocorrem dentro e através de uma rede de interações, processos e sistemas que são tanto ecológicas quanto sociais e culturais. E dependendo da maneira em que efetuamos nossas escolhas retóricas, metodológicas e teóricas, estaremos situando de diferente maneira em nossas narrativas os incluídos e excluídos, o relevante e o irrelevante, quem possui e quem não possui poder. Mas, podemos também escrever uma história de transformação, onde as dimensões naturais e sociais interagem e se influenciam mutuamente. (CAPILÉ, 2016, p.82-84)

Até o início da década de 1930, a área do bairro da Mata Escura era uma área rural, com muitos sítios e fazendas. De acordo com a Fundação Gregório de Matos (2018), as documentações sobre arrendamento na localidade datam de 1870, quando Flaviano Manuel Muniz e Maxminiano José da Encanação compram as terras da fazenda Dona Feliciano.

O processo de urbanização do território e surgimento da gleba destinada a área verde, começa com a venda das Fazendas Bate Folha e São Gonçalo, compradas pela Companhia do Queimado (CIA) em 1880. A CIA se propôs a construir as barragens da Mata Escura e do Prata para possibilitar o abastecimento de água da cidade de Salvador, utilizadas até as décadas de 1970/80, viabilizando a configuração da atual área prevista para o parque.

Em meio a esse processo de ocupação do bairro, compreendido hoje como Mata Escura, aproximadamente em 1900, surge o terreiro de candomblé Inzo Manzo Bandukenké, atual terreiro Bate Folha, reconhecido pelo IPHAN como patrimônio da cultura Afro-brasileira em 2003, delimitando uma grande gleba própria. Antes do surgimento oficial do terreiro, já nos quilombos eram frequentes as manifestações religiosas de cultos africanos, delineando as primeiras ações de apropriação na área e que até hoje é um importante agente de preservação e comunicação com as matas e seus corpos hídricos.

Em 1905, a responsabilidade de distribuição e manutenção das represas do Prata e Mata Escura foram passadas para o poder público municipal e requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio para integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade de Salvador. Como figura essencial na construção desse patrimônio imaterial presente na área verde, ressalta-se que as ações e a história do engenheiro representam valores históricos de superação e resistência, os quais a população do bairro da Mata Escura reconhece como importantes para a formação da sua própria história.

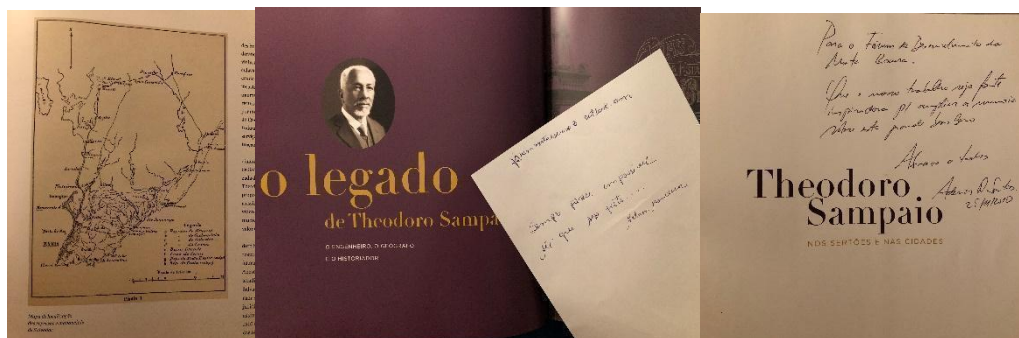
Theodoro Fernandes Sampaio nasceu em 1855 no município de Santo Amaro, no recôncavo baiano. Nascido no Engenho Canabrava e filho de escravos, teve uma infância humilde, conseguindo se diplomar em Engenheiro Politécnico pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro no ano de 1876.

Como a formação politécnica o permitia, além de engenheiro, atuou como geógrafo, historiador, professor de matemática, filosofia e latim. Dentre seus principais trabalhos destacamos a sua participação na Comissão Hidráulica do Império (1897), coordenando melhorias no porto da cidade de Santos e no Rio São Francisco; atuou como um dos engenheiros responsáveis na Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco (1883); atuou na comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, onde assumiu o cargo diretor e de engenheiro chefe dos Serviços de água e esgoto de São Paulo; em 1904, assumiu a direção do conselho municipal de Abastecimento de Água e Saneamento da cidade de Salvador. Em 1913, participou da criação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), onde foi presidente por 14 anos e inaugurou a sede-monumento do Instituto logo no seu primeiro mandato; em 1927, foi eleito Deputado Federal.

Dentre outros trabalhos de notoriedade, por meio de suas descrições e detalhados relatórios, ajudou Euclides da Cunha a escrever Os Sertões. Foi também o responsável pelo primeiro mapeamento completo da região da Chapada Diamantina (SANTOS, 2010b).

Em relação à área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, foi no ano de 1910 que as Represas da Mata Escura e do Prata foram requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, a fim de integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade de Salvador. Essa obra foi de grande importância para a infraestrutura urbana da época, sendo um ponto central do sistema de abastecimento da cidade.

Figura 23 – Livro O Legado de Theodoro Sampaio, disponibilizado para essa pesquisa por moradora do bairro da Mata Escura e ativista local.



Fonte: SANTOS, 2010b.

Dessa forma, destaca-se que a denominação coletiva de “Parque Theodoro Sampaio” faz parte desse resgate e da reafirmação de memórias importantes para a construção do espaço material e imaterial.

Em meio à processos mais intensos de povoamento no território, em 1956, 38 hectares na porção sul do Parque foram doados à União por meio da Lei Municipal nº 670 de 23 de março de 1953, ficando sob os cuidados do MAPA, que instalou o Horto Florestal da Mata Escura e Cabula para produção de mudas para a cidade de Salvador. Assim, intensifica-se ainda mais o povoamento do bairro, formado principalmente por pequenas construções de casas para as novas famílias que chegavam na cidade.

Entre os anos de 1950 e 1970, contribuíram para maior adensamento da região a implantação do complexo penitenciário da Bahia – Penitenciária Lemos de Brito, de grandes conjuntos e loteamentos habitacionais, além da construção da Avenida Luís Viana e a duplicação da BR-324. Mais tarde, com a ação do mercado imobiliário, conformou-se os novos centros periféricos, consolidando bairros adensados, produzidos e materializados principalmente pelos processos de autoconstrução e via Estado com a promoção dos grandes conjuntos habitacionais.

Ao longo dos anos, a construção de novas moradias demandou oferta de infraestrutura básica para as ruas principais e aumentou a oferta de serviços e equipamentos urbanos, distribuídas de forma concentrada no bairro, deixando localidades e adjacências em situação de extrema fragilidade. As bordas da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio sofreram intensa supressão de vegetação diante da problemática da moradia na cidade, reverberando na formação de um amplo território composto por ocupações precárias e implantações de risco.

Conforme observado, essas ocupações resultaram na construção de sub-regiões no bairro da Mata Escura e no entorno da área verde, como a Ocupação Nova Esperança, Ocupação Nova Mata Escura e Novo Paraíso, para citar as mais fragilizadas.

Como abordado no capítulo 01 deste texto, é no PLANDURB (1975) que, pela primeira vez, elabora-se um plano específico com estratégias de ação e planejamento para o conjunto das áreas verdes e parques urbanos da cidade de Salvador, já apontando para a fragilidade ambiental dessa área verde na região da Mata Escura. Na década de 80, já havia sido proposta a implantação de um sistema de coleta, transporte e tratamento dos efluentes líquidos dos aglomerados urbanos situados ao redor das represas (BAHIA, 1983). De acordo com Queiroz

(2017, p.33), nessa época o Governo do Estado da Bahia afirma que as técnicas aplicadas para a proteção ambiental das áreas verdes presentes nos bairros da Mata Escura, Cabula e entorno eram das mais avançadas e pioneiras no Brasil.

No entanto, em 1987, as represas do Prata e da Mata Escura foram totalmente desativadas, estando sob a guarda da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), que alegou motivos de grande poluição, e com isso, baixa vazão e impropriedade para abastecimento.

Em 1994, a área de 38he, que até então estava sob os cuidados do MAPA, foi cedida gratuitamente ao município para realização de atividades de educação ambiental e implantação de programas de reflorestamento para a cidade de Salvador. Devido ao afrouxamento das regulações de propriedade fundiária, da não-implementação efetiva de qualquer atividade na área verde e com o aumento de ocupações nas bordas do parque, em 1998, a Defensoria Pública da União – BA determinou a demarcação do terreno da União, gerando um debate sobre a possibilidade de cadastramento para regulamentação das ocupações no local (ARAÚJO, 2016).

Começam, assim, em 1998, os primeiros Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para implantação de um Sistema Integrado de Transporte para Salvador, envolvendo a Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), Governo do Estado da Bahia (GOVBA) e a Prefeitura de Salvador (PMS), por meio da contratação dos serviços da Empresa HIGESA Engenharia Ambiental (COSTA, 2018).

Tendo impacto direto sobre a área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, esses estudos apontaram para a necessidade de um planejamento urbano integrado, criando, mais tarde, um Plano de Diretrizes Urbanísticas para áreas de influência das estações de metrô de Salvador - Vol. 1 DIAGNÓSTICO e Vol. 2 PROPOSTAS (2001) da FMLF/DMC Engenharia, apresentando diagnósticos, propostas de intervenção viária e de mobilidade para a área de influência da Linha 1 do Metrô de Salvador e da região da Estação de Metrô Bom Juá, localizada nas bordas da área verde (COSTA, 2018).

Nos anos 2000, o município de Salvador, por meio do Decreto Municipal No. 12.563 de 18 de fevereiro de 2000 declara sem eficácia a doação feita à União em 1956 com o argumento de que o Horto Florestal, já nessa época, encontrava-se desativado e em situação de abandono, determinando assim, a reversão do imóvel ao seu patrimônio por meio de uma “cláusula de reversão à doadora”, levando à efeito em 13 de maio de 2000. Apenas em 2006 a

União entrou com pedido de ação anulatória do ato administrativo contra o Município de Salvador, solicitando a anulação do Decreto nº 12.563/2000.

Apesar de todos os esforços jurídicos-institucionais para proteção da área verde, apenas no início dos anos 2000 a precária situação ambiental ganha notoriedade, evidenciando o aumento do perímetro das ocupações para habitação, o desmatamento e o intenso despejo de esgoto e lixo nas matas e nos corpos hídricos. Somam-se às degradações ambientais inconsistências e fragilidades relacionadas à propriedade legal e fundiária, causando ambiguidades na distribuição das competências de gestão do poder público, seja ele na esfera municipal, estadual e federal.

Foi neste contexto que na segunda metade dos anos 2000 se estreitam as relações entre os moradores do bairro da Mata Escura, suas representações sociais e instituições educacionais da cidade de Salvador em torno do “Parque Theodoro Sampaio”. Esse tipo de interação irá se manter ao longo desses últimos 20 anos de maneira recorrente, evidenciando o propósito de debater a situação ambiental, aproximando universidades, escolas e processos culturais próprios das comunidades e do território.

No âmbito dessa rede sociotécnica, destacam-se ações, projetos e trabalhos desenvolvidos que contribuíram para a provocação da ideia de implantação do Parque Theodoro Sampaio na área verde. Com práticas e ações interativas e mobilizadoras, tais iniciativas evidenciam em suas narrativas potencialidades e a emergência de criação transformadora, coletiva e resistente, atentando para as latências que demonstram possibilidades de cidadãos ativos e “historicamente situados no processo civilizatório das comunidades que habitam” (VILAS-BÔAS, 2018, P.13), discutindo e propondo mecanismos que trazem ganhos na qualidade de vida, habitabilidade e preservação da área verde.

Desde 2004, observa-se as atividades de extensão do Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar/FAUFBA) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) em parceria com Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC). Essa parceria se propunha elaborar planos participativos para melhoria no bairro e deu origem ao livro *Mata Escura – Plano de Intervenção* (GORDILHO-SOUZA et al, 2005).

O livro é resultado da disciplina Ateliê V – ARQ042 da FAUFBA, ministrada no ano de 2004, que proporcionou atividades de ensino, pesquisa e extensão com a participação de um

grupo de jovens do projeto “Multiplicando Cidadania”, desenvolvido na ACOPAMEC. No processo, com visitas à área e processos interativos, foram direcionados os trabalhos para elaboração de propostas de intervenções, questionando os parâmetros e práticas arquitetônicas e urbanísticas que concentram seus esforços nos espaços formalizados projetados para as camadas de mais alta renda. Sob a coordenação da profa. Angela Gordilho e ACOPAMEC, a disciplina procurou entender as demandas de infra-estrutura, melhorias nas edificações e no ambiente coletivo do bairro da Mata Escura, coletando informações históricas, socioeconômicas, culturais e físico-ambientais.

A partir de visitas ao bairro e da participação de jovens moradores do bairro da Mata Escura às aulas ministradas na FAUFBA, dentre outras atividades interativas, o processo pedagógico gerou uma troca de saberes entre a comunidade e universidade, subsidiando a produção técnica de diagnósticos e análises de demandas, que viabilizou a formulação de um plano geral de diretrizes espaciais, programas e projetos de intervenção, com propostas de intervenções a curto, médio e longo prazo.

Figura 24 – Livro Mata Escura: Plano de Intervenção, resultado da disciplina Ateliê V – ARQ042 da FAUFBA, ministrada no ano de 2004, elaborado em parceria com a ACOPAMEC.



Fonte: Gordilho-Souza et al (2005)

Mais tarde, entre 2004 e 2005, identifica-se as ações de extensão do Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais (LTECS) da Universidade Salvador (UNIFACS), em conjunto à Associação Meu Brasil e com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), sob coordenação do prof. Alcides dos Santos Caldas (CALDAS, 2002, 2007, 2007a). O projeto, inaugurado na comunidade da Mata Escura, teve quatro vertentes de atuação: organização comunitária, desenvolvimento cultural, desenvolvimento de empreendimentos solidários e melhorias de planejamento urbano.

O projeto contou com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), com a Secretaria de Habitação de Salvador, com a Embaixada da Bélgica e com a ACOPAMEC. Na área do planejamento urbano, atuaram na melhoria de habitações, adotando ações como reaproveitamento de materiais de baixo custo e ao bom uso dos ventos, iluminação natural e energia solar.

Outra frente que o projeto se dispôs a atuar foi relativa às questões e demandas para implementação e preservação da área verde. Em conjunto com a UNEB, foi apresentado à Câmara de Vereadores um projeto de implementação do “Parque Socioambiental Pierre Verger”, abrangendo as áreas pertencentes ao Terreiro do Bate-Folha e Horto Florestal, com Financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Figura 25 – Publicações em Jornais da cidade de Salvador, feitas em 2001 e 2004, respectivamente.



Fonte: Site Cultura Todo Dia, Fundação Gregório de Matos, Prefeitura Municipal de Salvador.¹⁸

Com o objetivo de suscitar, provocar e mobilizar a pauta de implementação do parque urbano na área verde, foi lançada uma campanha na 1ª. Semana de Meio Ambiente de Mata Escura, que aconteceu entre os dias 3 a 5 de junho de 2007 (CALDAS, 2007). Foram debatidas a despoluição e recuperação do Dique do Prata, a implementação do parque urbano, sugerindo melhorias das trilhas e construção de ciclovias, equipamentos públicos, espaços de atendimentos fitoterápicos, áreas de descanso e lazer.

¹⁸ Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=77. Acesso em: 02 de set.2020

Em 2006, surge o Fórum de Desenvolvendo Social da Mata Escura (FDSME), sob a liderança da ACOPAMEC, agregando instituições, lideranças e moradores da comunidade para debater, analisar e acompanhar os serviços públicos e sociais destinados ao bairro. O fórum promove debates públicos acerca dos desafios impostos aos seus moradores, relacionados a carência de infraestrutura, o acesso à água e saneamento, coleta e controle de descarte de resíduos sólidos. Dentre outras pautas, o fórum buscou discutir a situação das escolas e a desmotivação de professores, a superlotação dos seus postos de saúde e a precariedade e ausência de espaços públicos de convivência no bairro.

No âmbito das discussões do FDSME, o relato de Joice Cristina, membro do Fórum, em 31 de março de 2017, afirma:

[...] a situação do Horto Florestal, também conhecido como Parque Theodoro Sampaio, que na década de 1930, forneceu água potável para a cidade do Salvador, Dique do Prata, onde os moradores mais antigos de Mata Escura tomavam banho e que hoje se encontra dessa forma. Degradada pela ação da EMBASA que canalizou parte dos esgotos para essa área que é de extrema importância para os bairros: Mata Escura, Calabetão, Bom Juá, Estrada das Barreiras e Conjunto ACM. Todas as vezes que visito este local uma tristeza invade meu coração. ” (QUEIROZ, 2017, P.109)

É possível observar na cronologia das ações educacionais elencadas as ações da UNEB em conjunto ao Grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SEETU, desde 2006. O projeto de extensão, ensino e pesquisa, inicialmente coordenado pela Profa. Dr Francisca de Paula, ganha colaboração e execução por uma equipe multi-inter-disciplinar, envolvendo as comunidades do Antigo Quilombo Cabula, que compreende 17 bairros circunvizinhos à UNEB, sendo denominado como Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula, conhecido como TBC Cabula.¹⁹

Entre as iniciativas para desenvolvimento local por meio da autogestão, cooperação e colaboração no âmbito da produção local e no uso de tecnologias para formação de redes comunicativas, foram desenvolvidas atividades para valorização do patrimônio material e imaterial. Ademais, tais atividades fortaleceram os conhecimentos e as tecnologias referenciadas nos saberes e práticas dos povos tradicionais dos bairros, como os conhecimentos afro-brasileiros e indígenas. Além de fomentar o turismo local e ecológico no bairro da Mata Escura, na área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio, foram desenvolvidas atividades voltadas para valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Mata Escura (VILAS BÔAS, 2018).

¹⁹ Disponível em: <https://tbccabula.com.br/>. Acesso em: 24 de set.2020.

O projeto TBC Cabula conta com o apoio de instituições financiadoras ligadas à educação, como a FAPESB, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, além das parcerias desenvolvidas ao longo do tempo com as instituições presentes nos bairros, como escolas de ensino médio e superior e representantes e associações das comunidades. O projeto é organizado por 14 eixos temáticos, reunindo coordenadores específicos, voluntários, moradores das comunidades, estudantes e professores das escolas locais, técnicos, professores e estudantes da graduação e pós-graduação da UNEB.

Em meio a esse processo de articulações e de ativismo comunitário, é importante ressaltar que em 2008/2009, a área verde pública, com cerca de 80 hectares, foi classificada na Lei n. 7.400/2008 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2008), como parque urbano, denominado Parque do Vale da Mata Escura e Rio do Prata, classificando-o pertencente ao Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural de Salvador (SAVAM) (SALVADOR, 2008). Em 2009, a delimitação desse novo Parque Urbano foi aprovada pelo Decreto n. 19.753/2009 (SALVADOR, 2009).

Neste mesmo período foi elaborado o “Termo de Referência para contratação de serviços de elaboração e complementação de Planos de Regularização para 04 (quatro) ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social no Município de Salvador”, que previa uma complementação do Plano de Ação Social e Gestão Participativa, a elaboração de um Plano de Urbanização e legislação urbanística específica e a elaboração de Anteprojeto de Canal e Via de Vale, abrangente ao bairro da Mata Escura, tendo como referência os estudos disponíveis em Gordilho-Souza (2005), citados anteriormente (COSTA, 2018).

Em 2011, é iniciado o processo de tramitação da ação anulatória do Decreto Municipal n.12.563/2000, passando a área novamente aos cuidados da União por meio do cancelamento do Decreto Municipal. Em 2014, confirma-se a petição de reintegração de posse e desocupação da área do Horto Florestal pela Prefeitura Municipal, agora pertencente à União.

Dois anos mais tarde, tem início os trabalhos propostos no "Termo de Referência para elaboração de Projeto de Urbanização de Assentamento Precário, em área situada na localidade Mata Escura, no município de Salvador/BA", elaborado em 2008 pela SEHAB/PMS, que apresentam conteúdos adicionais e um Projeto da Setas de Regulamentação das ZEIS 44 e 45 Bate Folha (Mata Escura) e Calabetão.

Em 2015, mais uma intervenção pública ocorre na localidade: é dado início à construção do trecho da linha 1 do sistema metroviário de Salvador (Estação do Retiro - Estação Pirajá), com indicação de implantação de uma estação alocada nos arredores da área verde, a Estação Bom Juá, conforme já abordado anteriormente.

Em 2016, no PDDU/2016 é discutido com mais especificidade as leis, diretrizes e regulamentações sobre a área verde. No seu Art. 143, traz definições e estratégias para implantação do Parque Urbano, seguindo diretrizes de integração à infraestrutura urbana e preservação das características ambientais e culturais do território. Em seu Art. 278 o PDDU/2016 configura a área como Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN, onde são apontadas diretrizes específicas. Dentre elas, aponta para a implantação de um Parque Urbano, voltado para recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrado à Estação Bom Juá do Metrô (SALVADOR, 2016, p. 132). A área ainda se encontra classificada como Área de Proteção Cultural e Paisagística –APCP, no perímetro de abrangência do Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué.

Observa-se, no entanto, que nesse mesmo período são lançadas propostas de implantação viária de ligação direta entre a BR 342 e o bairro da Mata Escura. Nas primeiras proposições foram apresentadas possibilidades de implantação no interior da área verde e nas suas bordas mais imediatas. Mais tarde esse planejamento será melhor detalhado no Plano de Mobilidade de Salvador (2017), adotando soluções de implantação que bordeassem a área verde.

Nessas diversas dimensões de ações e práticas no território, institucionais e educacionais, de impactos materiais e imateriais, cujas iniciativas apresentam aspectos e enfoque diferenciados, é importante ressaltar que em 2015/2018 a UFBA retorna, prestando Assistência Técnica para o bairro da Mata Escura no âmbito do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia/UFBA (RAU+E/UFBA).

A experiência da RAU+E/UFBA é pioneira no Brasil na modalidade Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, fundamentada na Lei Federal 11.888/2008. A proposta foi aprovada em 2011 no âmbito da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA em parceria com a Escola Politécnica, implantada em 2013 como Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade.

Essa articulação, para discutir e avançar na idealização deste Parque Urbano e de outras questões referentes entorno urbano imediato da área verde, se iniciam na segunda edição da RAU+E/UFBA (2016) sendo variadas as propostas, que vão desde projetos arquitetônicos, propostas para melhorias urbanas de mobilidade e acessibilidade e propostas de gestão compartilhada até estudos ambientais e paisagísticos, propostas de planos de manejo e de sistemas de limpeza urbana²⁰.

Para capacitar recém-formados e gestores públicos no desenvolvimento de projetos participativos em habitação e direito à cidade, o Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade tem como perspectiva promover a inserção social da universidade pública em atividades extensionistas, envolvendo agentes sociais e instituições. Objetiva criar possibilidades irrigadoras de soluções partilhadas e mediativas, a fim de desenvolver tecnologias sociais próprias e inovadoras para a melhoria habitacional dos bairros envolvidos (GORDILHO-SOUZA, 2011).

As ações voltadas para o reconhecimento dessa área verde, destinada ao Parque Theodoro Sampaio, foram diversas. Dentre elas, a partir da realização de oficinas, encontros e visitas técnicas foi possível conceber mapas de referência que estabelecem e informam os limites da área verde, com base em levantamento de documentações, fotografias, estudos técnicos e pesquisas bibliográficas e orais.

O mapeamento com delimitações mais precisas foi baseado em critérios, como marcos encontrados na região - em descrições expostas no PDDU/2008 e 2016 e no Decreto N°.19.753/2009; nos títulos de posse de propriedades do entorno e fundo de áreas construídas; em características físicas da região por meio da análise de imagens de satélite do *Google Earth* de 2015/2016; em áreas verdes contíguas e com importante valor ambiental; nos mananciais; em topografia; em morfologia; em caminhos e acessos; em áreas muradas; em vas Além disso,

²⁰ Dentre os trabalhos e os residentes que tomaram a área verde como estudo de caso, estão: Nova Esperança: Proposta De Centro Integrado De Cultura E Lazer Para A Implantação Do Parque Theodoro Sampaio, Arq. Patrícia Duarte Silva; Marcos e Portais como Instrumentos de Preservação para Implantação do Parque Theodoro Sampaio, Arq. Urb. Gisele Paiva Leite; Mobilidade E Acessibilidade: Uma Proposta para a Rua Direta em Mata Escura, Arq. Urb. Joaquim da S. Nunes Junior; Núcleo da ACOPAMEC no bairro do Calabetão (Salvador/BA), Arq. Urb. Fernanda Ribeiro D'Angelo; Caracterização Ambiental E Análise Das Unidades De Paisagem Para A Implantação Do Parque Theodoro Sampaio, Arq. Urb. Elisete Cristina Vidotti Da Rocha; Proposta De Gestão Compartilhada Para A Implantação Do Parque Theodoro Sampaio Na Área Do "Miolo" De Salvador-Bahia, Urb. Débora Marques Da Silva Araújo; Proposição De Melhorias No Sistema De Limpeza Urbana E Manejo Dos Resíduos Sólidos Da Comunidade De Mata Escura, Salvador-Bahia, Eng. Sanit. E Amb. Danilo Gonçalves Dos Santos Sobrinho; Paisagem Urbana Na Comunidade: Diretrizes Para Espaços Públicos Em Mata Escura, Urb. Andréa Bianca Ribeiro Chong. A diversidade das propostas pode ser encontrada no site: www.residencia-aue.ufba.br.

cite-se os estudos técnicos, de consulta à comunidade e de visitas a campo. (ARAÚJO, 2016, p. 14).

Nesse processo, foram registrados com riqueza as problemáticas comunicadas pelas lideranças e moradores das localidades próximas à área verde. Nos primeiros contatos, conforme os relatos do projeto Eixo Área Verde (RAU+E/UFBA, 2016), percebe-se que havia uma grande preocupação com a implementação do Parque, que sofreria influência das propostas de intervenções viárias e estudos constantes da Prefeitura Municipal, conforme já relatado neste levantamento histórico.

Diante dos relatos das vivências e dinâmicas realizadas entre a comunidade e universidade durante o processo, nota-se que as políticas públicas ambientais vigentes até aquele momento e todo seu aparato normativo, pouco se materializou na localidade.

Em visita técnica à área do Horto Florestal, em 11 abril de 2016, a equipe Áreas Verdes da 2 ed.RAU+E UFBA/2016, membros do LabHabitar-FAUFBA, moradores da Mata Escura e membros do FDSM, membros da Organização Não Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania (ONG PNPC) e estudantes da UNEB, verificou-se um amplo desprezo pelo conjunto biofísico e diversas situações de conflitos, fragilidades e inseguranças sociais e ambientais. Foi elaborado um relatório intitulado “Horto Florestal da Mata Escura, Salvador – Bahia: Reconhecimento do Território e Diagnóstico da Área para Proposições”, com o objetivo de possibilitar a criação de um projeto participativo de implementação do Parque Theodoro Sampaio, abrangendo a área do Horto (ARAÚJO, 2016).

Já na terceira edição da RAU+E 2017/2018, foi mantida a articulação com as comunidades do bairro da Mata Escura e entorno da área verde, dando continuidade às discussões e propostas já suscitadas na edição anterior. Ao realizar a leitura dos trabalhos e relatos produzidos na edição de 2017/2018, percebe-se que as problemáticas relativas à área verde persistem, somando-se a elas debates mais aprofundados acerca do acesso à moradia e à permanência das ocupações, constantemente ameaçadas de remoções nas proposições de obras de sistema viário.²¹

²¹ Já na sua terceira edição (2017/2018), dentre os trabalhos e os residentes que tomaram o Parque Theodoro Sampaio como estudo de caso, estão: Sede Administrativa e Memorial Theodoro Sampaio - caminhos, trilhas e equipamento público como instrumento de implementação do Parque Urbano, Arq. Urb. Alice Alves Ribeiro; Estudo preliminar para subsídio do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio, Arq. Urb. Celivan Ramos Góes; Caminhos E Trilhas Para Implantação Do Parque Theodoro Sampaio: Transição Viária Urbana Ao Parque E Entorno Pela Br-324, Arq. Urb. João Evangelista da Costa; Microacessibilidade na integração aos caminhos do

Nas análises e leituras de pesquisas relacionadas à situação da área verde, identificados nos trabalhos publicados pela RAU+E/UFBA 2015/16 e 2017/18, ficou mais evidente a relação entre moradores e seu patrimônio cultural e paisagístico. Muitos estudantes das escolas públicas locais, visitadas pelos residentes da 2ª. e 3ª edições da RAU+E, demonstram desconhecimento da área verde e sua densa Mata Atlântica, que carrega uma história ancestral.

No entanto, nas visitas de campo realizadas semanalmente durante o ano de 2019 para a realização deste trabalho, percebe-se que é valorizada a possibilidade de implantação de um Parque Urbano de escala municipal na vizinhança. O lazer e contato com a natureza que os parques urbanos propiciam parece ser um grande atrativo para os moradores mais jovens. Em visita aos estudantes do 2ºano do ensino médio da escola Estadual Márcia Merccia, quando questionados sobre os parques urbanos da cidade, muitos afirmam ter ido pelo menos uma vez ao Parque Joventino da Silva – Parque da Cidade, localizado na região da Orla de Salvador. A população adquire uma experiência que deseja reproduzir em outros lugares, mas as condições e possibilidades não são as mesmas nas diferentes partes da cidade.

Assim, observa-se que, em continuidade às articulações desenvolvidas entre a comunidade e as universidades em torno dos cuidados da área verde e implantação do Parque Theodoro Sampaio, na 3ª. edição da RAU+E/ UFBA 2017/2018, foi dado seguimento às atividades relacionadas à assistência técnica, formulando-se proposições e importantes reflexões acerca dos limites e obstáculos para ampliação dessa relação.

No ano de 2018, ocorreu uma visita técnica da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência na área, objetivando o desenvolvimento de um projeto de proposição de implantação do Parque Urbano, segundo o PDDU/2016. Nesse mesmo ano, a Prefeitura de Salvador, com execução da Superintendência de Obras Públicas do Salvador – SUCOP, realiza obra de refuncionalização da Lagoa do Arraial do Retiro, localizada na vizinhança da área verde, propondo áreas de deck, praça e parquinho infantil.²²

Mais recentemente, em 2019, iniciou-se uma nova parceria ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA, no projeto “Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais”, aprovado na Chamada Pública Simplificada promovida pela

futuro Parque Theodoro Sampaio, Salvador/BA, Arq. Urb. José Meira e Silva Neto. A diversidade das propostas pode ser encontrada no site: www.residencia-ae.ufba.br.

²² Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-do-arraial-do-retiro-ganham-lagoa-recuperada-e-quadra-de-esportes/>. Acesso em: 02 de jun.2020

Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) (GORDILHO-SOUZA; DUARTE- coords., 2019), abordado na apresentação desse texto.

Dialogando com as dificuldades de acessibilidade e mobilidade existentes e buscando fortalecer as ações para implementação do Parque, o projeto propõe novas ações participativas de educação socioambiental, pautando a proteção dessa área verde. Por meio de “ações táticas”, com foco na acessibilidades e marcos visuais, foram propostos eventos participativos, como a realização de oficinas, divulgação e utilização das redes sociais para uma contribuição na “apropriação coletiva guardiã” da área, tendo em vista a conquista da função social da propriedade pública e do ambiente de viver mais sustentável e inclusivo.

Assim, foi proposta a 1ª oficina: Parques urbanos de Salvador: Como conquistar a implantação do Parque Theodoro Sampaio?; A 2ª. oficina, Mapeando trilhas, Construindo caminhos; A 3ª. oficina, Percorrendo trilhas e caminhos para o Parque Theodoro Sampaio e a 4ª. oficina, Mão na massa.

Todas as oficinas aconteceram no bairro da Mata Escura em escolas públicas locais. A 4ª. Oficina, Mão na Massa, merece destaque, pois com principal objetivo de promover melhorias na trilha de ligação entre o bairro da Mata Escura, na região da Nova Mata Escura e da estação Bom Juá, localizada nos limites da área verde, foi possível construir uma escada, com materiais reutilizáveis, seguindo padrões de acessibilidade, conforto e segurança. Com a participação de moradores em sistema de mutirão e mão de obra de profissionais locais, envolveu profissionais, estudantes e técnicos ligados à UFBA.

Em seguida, ainda em 2019, foi selecionada a proposta de “Mutirão para Melhoria de Trilha Urbana” no Edital Chamada Pública nº 02/2019 – Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social – ATHIS, apoiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia – CAU/BA, objetivando dar continuidade às melhorias já iniciadas no ano de 2019, no âmbito da proposta aprovada na Chamada Pública Simplificada promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo – MP-BA. Ainda que selecionada a proposta, os recursos para execução do projeto não chegaram a ser liberados.

Em 2020, a parceria ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA novamente propõe a Chamada Pública Simplificada nº 01/2020, promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo-MP-BA (GORDILHO-SOUZA; DUARTE- coords., 2020), cuja proposta dá continuidade à segunda etapa do projeto “Ações Participativas para Implementação do Parque

Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais”, sendo as atividades interrompidas pela pandemia do COVID-19.

Como abordado na introdução deste trabalho, durante a pandemia do COVID-19, foi possível observar movimentações importantes que aconteceram de forma virtual. As mobilizações em torno do cuidado e preservação da área verde, bem como em torno da implementação do Parque Theodoro Sampaio, continuaram acontecendo. Um outro formato foi adotado, dando continuidade à construção coletiva por meio de reuniões virtuais, abertas ao público e transmitidas ao vivo por meio de redes sociais, envolvendo moradores locais, universidades, movimentos sociais e instituições públicas.²³

Após o ano de 2020, é dado seguimento à aprovação, pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA/PMS, ao início das obras da via de ligação BR- 342 e Mata Escura, que possibilitará conexão entre a Avenida Barros Reis e a região do Arraial do Retiro com o bairro da Mata Escura. O projeto se inicia no entorno da Estação do Metrô de Bom Juá e finaliza-se no alto da Mata Escura, ao lado do terreiro Bate Folha.

Em novembro de 2020, tem-se a inclusão do “Parque da Mata Escura” no Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima em Salvador (PMAMC), elaborado pela Prefeitura Municipal de Salvador e equipe consorciada (empresas Waycarbon, Iclei e WWF), com coordenação da Secretaria Municipal de Sustentabilidade Inovação e Resiliência (SECIS/PMS).

Com a justificativa de resfriamento das cidades, criação de superfícies de absorção e poderosos geradores de benefícios sociais, o PMAMC prevê a criação a longo prazo de novos parques, unidades de conservação e espaços verdes na cidade de Salvador, sendo o “Parque da Mata Escura” indicado como um deles (SALVADOR, 2020). Como nos últimos PDDUs, o plano não aprofunda e não apresenta estratégias para alcançar os objetivos.

²³ A exemplo da Roda de Conversa Parques e Clima de Salvador, organizada pelo coletivo urbano Canteiros Coletivos, Convergência Pelo Clima, Fundo Casa Ambiental e pelo Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ, que aconteceu no dia 12 de julho de 2020, transmitido pelo canal do Youtube Canteiros Coletivos, contando com a participação do Lab/Habitar-FAUFBA e Angela Barcelar, ativista local, moradora do bairro da Mata Escura. É possível citar também a reunião que aconteceu no dia 4 de novembro de 2020, no âmbito do projeto “Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais”. Reunindo a ACOPAMEC, representações de bairro local, membros do Lab/Habitar-FAUFBA e o MP-BA, foi aberta uma sala de acesso público para discutir as questões acerca do projeto, que objetiva impulsionar a implantação do parque urbano.

No ano de 2021, o projeto “Trilha-escada-parque em Mata Escura, Salvador/BA - Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais”, elaborado pela ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA, em 2019, no âmbito da Chamada Pública Simplificada promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo/MP-BA, é selecionado entre oitenta (80) projetos para representar a arquitetura e o urbanismo brasileiros na publicação “Guia IAB para a Agenda 2030”.

Proposto pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e tomando os dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU Brasil (Organização das Nações Unidas), foram selecionados três projetos/planos por ODS, estando o projeto e a execução da Trilha-Escada-Parque selecionados para a sessão de Vida Terrestre, que objetiva proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Além disso, as propostas se dão no sentido de gerir de forma sustentável as florestas, combatendo a desertificação, detendo a perda de biodiversidade e revertendo a degradação da terra, seja urbana ou rural.

Por fim, com esse amplo histórico descritivo, é possível observar diversos acontecimentos que contribuem para impulsionar a ideia do Parque Theodoro Sampaio. Essa construção vem sendo ativada a partir das ações, práticas, iniciativas e demais acontecimentos cotidianos.

Apresenta-se a linha do tempo formulada com o objetivo de facilitar a análise e o mapeamento dos agentes envolvidos nesses processos, que vão dando corpo à idealização e à construção desse espaço público. Provocado no âmbito de uma rede sociotécnica que se movimenta, se relaciona e aciona a ideia do Parque Theodoro Sampaio, as possibilidades de estabelecimento de um espaço público, constituído na ampliação de uma esfera pública, insurge a partir dos **tensionamentos e das articulações** geradas nesse processo.

Tais movimentações, sejam elas acionadas nos inúmeros tensionamentos ou nas articulações por preservação e cuidado da área verde, apresentam potência, força e sentido político na conquista desse espaço público. Observa-se nesse acúmulo histórico a vontade de participação dos agentes sociais nos processos de configuração do seu território, no fomento de ações coletivas, educativas e construtivas, presentes também nos sentimentos individuais e coletivos simbólicos de pertencimento e de valorização das culturas tradicionais e de novas expressões sociais.

Quadro 1 – Linha do tempo – Construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio

LINHA DO TEMPO - CONSTRUÇÃO DA IDEIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO	
TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO INDÍGENA	
1787 – 1821	Formação do quilombo do Cabula e da Vila da Mata Escura – intensificação da ocupação do território
1870	Primeiros arrendamentos das terras na localidade – compra da fazenda Dona Feliciano
1880	Companhia do Queimado (CIA) compra parte das fazendas Bate Folha e São Gonçalo. Construção das barragens da Mata escura e do Prata.
1900	Surge o terreiro de candomblé Inzo Manzo Bandukenké, atual terreiro Bate Folha.
1905	A responsabilidade de distribuição e manutenção das represas são passadas para o poder público municipal, bem como as terras pertencentes à CIA.
1910	Requalificação das represas do Prata e Mata Escura pelo engenheiro Theodoro Sampaio para integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade de Salvador.
1956	38 hectares na porção sul do Parque são doados à União por meio da Lei Municipal No.670 de 23 de março de 1953, ficando sob os cuidados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que instalou o Horto Florestal da Mata Escura para produção de mudas para a cidade de Salvador.
1960 - 1970	Implantação do complexo penitenciário da Bahia Lemos de Brito, de grandes conjuntos e loteamentos habitacionais, construção da Avenida Luis Viana e a duplicação da BR-324.
1975	É proposto o PLANDURB - Plano diretor de desenvolvimento urbano, que abordou as problemáticas envolvendo a Represa do Prata e da Mata Escura e área de entorno, remanescente de Mata Atlântica.
1994	A área de 38 hectares sob os cuidados da União (MAPA) foi cedida gratuitamente ao município, para a realização de atividades ligadas à educação ambiental e implantação de programas de reflorestamento.
1998	Com o aumento de ocupações nas bordas do parque, a defensoria pública da união - BA determinou a demarcação do terreno da União, gerando um debate sobre a possibilidade de cadastramento para regulamentação das demais ocupações na área do parque.
1998	São feitos os primeiros estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (IEA/RIMA) para implantação de um sistema integrado de transporte de Salvador - METRÔ - Estação Bom Juá, envolvendo a Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), Governo do Estado da Bahia e Prefeitura de Salvador, por meio da contratação dos serviços da empresa HIGESA Engenharia Ambiental.
1998	Elaboração do Plano de Diretrizes Urbanísticas para áreas de influência das estações de metrô de Salvador - Estação de Metrô Bom Juá - VOL.1 Diagnóstico e VOL.2 Propostas de FMLF/DMC Engenharia
2000	As represas do Prata e da Mata Escura são totalmente desativadas, estando sob à guarda da Empresa Baiana de águas e Saneamento (EMBASA), que alegou grande poluição, baixa vazão e impropriedade para abastecimento.
2000	O município de Salvador, por meio do Decreto Municipal No.12,563 de 18 de fevereiro de 2000, que declara sem eficácia a doação feita à união, determinando assim, a reversão do imóvel ao seu patrimônio por meio de uma "cláusula de reversão à doadora", levando à efeito em 13 de maio de 2000.
2004	O Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabit/FAUFBA) e a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC) firmam parceria para elaborar planos participativos para melhoria no bairro e deu origem ao livro Mata Escura – Plano de Intervenção (GORDILHO-SOUZA et al, 2005).
2005	O Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais (LTECS) da Universidade Salvador (UNIFACS), em conjunto à Associação Meu Brasil, ACOPAMEC, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Secretaria de Habitação de Salvador, Embaixada da Bélgica e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) iniciam suas atividades extensionistas na comunidade da Mata Escura.
2005	O LTECS e a UNEB apresentada à Câmara de Vereadores um projeto de implementação do Parque Socioambiental Pierre Verger, abrangendo as áreas pertencentes ao Terreiro do Bate-Folha e Horto Florestal, com Financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).
2006	Surge o Fórum de Desenvolvendo Social da Mata Escura (FDSME), sob a liderança da ACOPAMEC, agregando instituições, lideranças e moradores da comunidade para debater, analisar e acompanhar os serviços públicos e sociais destinados ao bairro
2006	A união entra com pedido de ação anulatória do ato administrativo contra o Município de Salvador, solicitando a anulação do decreto No. 12.563/2000.
2007	Com o objetivo de suscitar a ideia do Parque Urbano, foi lançada uma campanha na 1ª. Semana de Meio Ambiente de Mata Escura, que aconteceu entre os dias 3 a 5 de junho de 2007.
2008/2009	A área livre foi classificada na Lei No. 7.400/2008 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2008), como Parque do Vale da Mata Escura e Rio do Prata, classificando-o pertencente ao Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural de Salvador (SAVAM).
2009	A delimitação desse novo Parque Urbano foi aprovada pelo decreto No. 19.753/2009.
2009	Foi elaborado o "Termo de Referência para contratação de Serviço de Elaboração e complementação de planos de Regularização para 04 ZEIS - Zona Especial de Interesse Social no município de Salvador" - complementação do Plano de Ação Social e Gestão Participativa; elaboração de um Plano de Urbanização e legislação urbanística específica e elaboração de Anteprojeto de Canal e Via de Vale, abrangente ao bairro da Mata Escura.

2011 - 2014	Dá início ao processo de tramitação da ação anulatória do Decreto Municipal No. 12,563/2000, passando a área novamente aos cuidados da União por meio do cancelamento do Decreto Municipal. Em 2014, confirma-se a petição de reitegração de posse e desocupação da área do Horto Florestal ocupada pela Prefeitura Municipal, agora pertencente à União.
2013	Início dos trabalhos propostos no Termo de Referência para Elaboração de Projeto de Urbanização de Assentamento Precário na localidade de Mata Escura, elaborado em 2008 pela SEHAB/PMS, apresentando conteúdos adicionais e um Projeto de Setas de Regulamentação das ZEIS 44 e 45 Bate Folha (Mata Escura) e Calabetão, na área de influência da Via de Vale da Mata Escura (ligação BR-324 a Mata Escura).
2015	Construção do Trecho da Linha 1 do sistema metroviário de Salvador (Estação do Retiro - Estação Pirajá), com indicação de uma das suas estações alocadas nos arredores da parte baixa da área verde prevista para o futuro Parque Urbano.
2015/2016	Dá início à 1a. Edição do curso de Assistência técnica, Habitação e Direito à cidade - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia/UFBA (RAU+E/UFBA), fundamentada na Lei Federal 11.888/2008. A proposta foi aprovada em 2011 no âmbito da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA em parceria com a Escola Politécnica. Para realizar as atividades, retoma-se a parceria com a ACOPAMEC.
2016	Proposições e atualizações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU/2016, que trazem definições estratégicas para implantação do Parque Urbano Vale da Mata Escura, propondo integração à infraestrutura urbana e preservação das características ambientais e culturais. Configura a área como Área de Proteção de Recursos Naturais - APRN e como Área de Proteção Cultural e Paisagística - APCP, no perímetro de abrangência do Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué.
2016	Representantes do Fórum Social de Mata Escura e do Terreiro Bate-Folha dão entrada em denúncia ao Ministério Público da Bahia por meio da construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em conjunto com a Residência AU+E/UFBA, reforçando denúncias às degradações na área do Antigo Horto Florestal através de um Relatório Diagnóstico participativo datado de março de 2016.
2016	É lançada uma proposta de implantação viária de ligação direta entre a BR - 324 e Mata Escura. São demonstradas possibilidades de que sua implantação se desse por dentro da área verde ou em suas bordas mais imediatas. Mais tarde esse planejamento será mais detalhado no Plano de Mobilidade de Salvador (2017), a ser mais detalhado.
2016	Visita da SUCOM para vistoria e levantamento acerca do desmatamento próximo aos galpões do MAPA, pertencente à União (SUCOM, 2016).
2016-2017	Dá início à 2a. Edição do curso de Assistência técnica, Habitação e Direito à cidade - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia/UFBA (RAU+E/UFBA), em parceria com a ACOPAMEC.
2018	Visita técnica da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência para identificação e realização de um projeto de proposição para implantação do Parque Urbano, segundo o PDDU 2016.
2018	Superintendência de obras públicas de Salvador (SUCOP - PMS), realiza uma obra de refuncionalização na Lagoa do Arraial do Retiro, contígua à área verde, propondo área de deck, praças e parquinho infantil.
2019	Iniciou-se uma nova parceria ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA, no projeto "Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais", aprovado na Chamada Pública Simplificada promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo Ministério Público do Estado da Bahia.
2019	Foi selecionada a proposta de "Mutirão para Melhoria de Trilha Urbana" no Edital Chamada Pública nº 02/2019 - Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social - ATHIS, apoiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia - CAU/BA, para propostas de melhorias em acessibilidade e mobilidade no entorno da área verde.
2020	A parceria ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA novamente propõe na Chamada Pública Simplificada 2020, promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), o projeto para desenvolvimento da segunda etapa do projeto "Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais", prevendo a continuidade da construção da "Escada-Parque".
2020	É aprovado pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas - SEINFRA/PMS, o início das obras da Via de Ligação BR 324 e Mata Escura, que possibilitará conexão entre a Avenida Barros Reis e a região do Arraial do Retiro e com o bairro da Mata Escura. O projeto, em fase de implantação, se inicia no entorno da Estação do Metrô Bom Juá e finaliza-se no alto da Mata Escura, ao lado do terreiro Bate Folha.
2020	Inclusão do "Parque da Mata Escura" no Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima em Salvador (PMAMC), elaborado pela Prefeitura Municipal de Salvador e equipe consorciada (empresas Waycarbon, Iclei e WWF), com coordenação da Secretaria Municipal de Sustentabilidade Inovação e Resiliência (SECIS).
2020	Durante a pandemia do COVID-19, foi possível observar movimentações importantes que aconteceram de forma virtual. As mobilizações em torno do cuidado e preservação da área verde, bem como, em torno da implementação do Parque Theodoro Sampaio, continuaram acontecendo, a exemplo da Roda de Conversa Parques e Clima de Salvador, organizada pelo coletivo urbano Canteiros Coletivos, Convergência Pelo Clima, Fundo Casa Ambiental e pelo Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ, que aconteceu no dia 12 de julho de 2020, transmitido pelo canal do Youtube Canteiros Coletivos,
2021	O projeto "Trilha-escada-parque em Mata Escura, Salvador/BA - Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais" elaborado pela ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA é selecionado entre oitenta (80) projetos para representar a arquitetura e o urbanismo brasileiros na publicação "Guia IAB para a Agenda 2030".

Fonte: Pesquisas e levantamentos bibliográficos - Linha do tempo elaborada pela autora desse trabalho, 2021.

5. A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO INSERÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

A partir da descrição histórica acerca da formação do território em estudo, foram elencadas as iniciativas que impulsionam a ideia do Parque Theodoro Sampaio, umbilicalmente ligado com os processos mais amplos do bairro em que se localiza e do seu entorno. Formulando uma linha do tempo, foi possível observar a multiplicidade de ações e práticas que culminam na formação de uma rede sociotécnica que se movimenta, se relaciona e aciona a ideia desse parque urbano.

Apresentando esse robusto processo histórico e a multiplicidade de ações e práticas instituídas na e para a área, é possível sistematizar e analisar os agentes que vêm instituindo ações diretas e indiretas nesse processo, visualizando a rede sociotécnica.

Esse acúmulo de ações e de práticas acionadas pelos diversos agentes de forma continuada, descritas no último capítulo, serão analisadas a partir dos tensionamentos e articulações que provocam, revelando as potencialidades desse movimento. É nessa rede de relações que se observa movimentações para criação de um espaço público relacionado ao espaço físico e material dessa área verde, além da criação de um espaço imaterial constituído por meio da ampliação das redes de interação e da inserção nas esferas de debate público e coletivo, envolvendo processos e agentes diversificados.

Nesse sentido, busca-se entender como a conquista gradual e coletiva de esfera pública constitui um processo de afirmação desse espaço público, localizado em área periférica. Com todos os impasses, contradições e tensionamentos, a idealização do Parque Theodoro Sampaio pode constituir-se em um movimento que constrói um espaço que vai se tornando público (QUEIROGA, 2012), acionado a partir das ações e práticas dos agentes ativos em relação.

Esse movimento pode conferir fundamentos de importância política diante dos desafios impostos à realidade periférica e de uma área verde em estado de parcial abandono, configurando-se posicionamentos de reafirmação e luta por um benefício coletivo para a cidade. Conforme teoriza Arendt (2005), apenas se estabelece um espaço público quando é possível observar a latência de conflitos e acordos, de diálogos e articulações, dentro de uma esfera de ação diversificada.

Dessa forma, buscando compreender os processos que ocorrem nessa área verde há pelo menos 15 anos (GORDILHO-SOUZA, 2019), adota-se o termo “**tensionamento**” para

descrever as inúmeras situações, que, em um sentido figurado, representa o efeito de tensionar, colocar sob tensão, sob pressão, sob ameaça, referindo-se àquilo que está em latência de acontecer. Os “tensionamentos” podem representar situações degradantes para o ambiente natural e social, mas também apontar para valiosas articulações.

Serão ressaltados o conjunto dos tensionamentos provocados nos processos de apropriação dessa área verde e da formação dessa rede sociotécnica, e, em decorrência dessa movimentação, destaca-se as articulações que surgem como possibilidades positivas para o futuro parque urbano.

No bojo dessa movimentação, dentro do quadro de tensionamentos que podem apresentar malefícios e benefícios, **aponta-se para possibilidades de inserção na esfera pública e para a construção de um espaço público, provocando ações de caráter político, transformadoras do território** e trazendo oportunidades de novos acordos construtivos, mas também de desentendimentos e situações conflitantes que vão em direção à transformação social.

A partir disso, é possível despontar novas disputas de narrativas contemporâneas e de avanços na concepção comunicativa entre cidade, natureza e inclusão social, delineando realizações promissoras para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, equipamento público urbano para a cidade de Salvador.

5.1. A formação de uma rede sociotécnica: tensionamentos e articulações

As redes sociotécnicas são formadas por associações e formações de grupos de pessoas, objetos, expertises e funções técnicas, a partir de conexões plurais e complexas que se estabelecem nos processos de apropriação dos objetos, criando pontos de consensos (convergência) e conflitos (bifurcação) a todo momento (LATOUR, 2012).

Dando ênfase ao próprio processo de interação entre grupos sociais e a apropriação dos objetos disponíveis, a ideia de *rede sociotécnica* vem da Teoria Ator Rede (TAR), procedimento metodológico utilizado nos estudos ligados às ciências exatas e tecnológicas, e mais recentemente, recorrida no campo da Ciências Humanas, incluindo pesquisas em Arquitetura e Urbanismo (ANGOTTI et. al, 2017).

Para Latour (2012), no âmbito da TAR, o social agregado forma uma rede sociotécnica que está em constante transformação, deslocando-se e se conectando a partir da ação dos

agentes. A noção de rede está ligada a fluxos, circulações, alianças e movimentos conjuntos, indicando que a ação é sempre partilhada e coletiva (ANGOTTI et. al, 2017). Ao afirmar que “nunca estamos sós ao agir” (LATOUR, 2012, p.72-74), o autor traz conotações políticas para construção histórica do espaço, enfatizando seus processos de apropriação e uso.

Dessa forma, a rede sociotécnica também é composta por objetos, dispositivos, projetos e práticas cotidianas na produção comum da cidade. Essa abordagem, por envolver humanos e não-humanos (elementos naturais, técnicos, culturais, religiosos, pessoas, espaço e objeto materializado e seus significados), contribui na reflexão acerca das relações que são tecidas no cotidiano da cidade contemporânea a partir da observação de práticas sociais, dos encontros, dos diversos formato de uso e apropriação dos ambientes e da interação conflituosa ou de pactuação entre os diversos agentes sociais e demais objetos.

“Valoriza-se o momento da experiência, os deslocamentos, as trocas de informação, a dinâmica de uso do ambiente, ou seja, tudo o que é momentaneamente produzido ou tecido na cidade. Reunir um conjunto de narrativas e performances dos diversos actantes que participam da coprodução da cidade emerge como uma estratégia que possibilita mapear e examinar lugares, edifícios e seus usos, projetos e políticas públicas, planos urbanísticos, dispositivos tecnológicos etc. Trata-se de uma estratégia que possibilita abandonar as explicações sociais para acompanhar os movimentos e traços que vão sendo deixados pelos actantes que participam da configuração dos lugares.” (ANGOTTI, 2017, s/p.)

Trazendo para o estudo de caso em questão, nota-se que, a relevância e a comprovação dessa rede se dá pela trajetória observada na linha do tempo, seja por meio práticas e ações de agentes sociais apropriadores, assim como, pelo acúmulo histórico, envolvendo as leis, decretos e dispositivos de gestão urbana, além dos valores simbólicos e da riqueza cultural, relacionada a imponência ambiental da área verde e seus elementos naturais.

Uma questão importante a ser explicitada é como se encara metodologicamente a relação entre os “humanos” e “objetos”. Como escolha metodológica, elege-se a abordagem Latouriana como principal inspiração por, no bojo das análises, possibilitar aproximações que coadunam com uma interpretação dialética acerca da produção do espaço, quando objetos e vida social se constroem mutuamente.

Os objetos (sejam eles históricos, arquitetônicos, paisagísticos, tecnológicos, científicos, naturais ou artificiais) fazem parte da vida cotidiana e influenciam as ações e

práticas dos agentes sociais, criando redes de associações e transitando em seus significados e usos.

No âmbito deste trabalho, ainda que reconhecendo como uma importante questão que denota a relação entre corpo social e ambiente natural e construído, opta-se por apenas classificar os agentes sociais integrantes dessa rede, revelando a necessidade de continuidade desse estudo, a fim de que sejam compreendidos os papéis dos elementos naturais e demais agentes, tais como artefatos técnicos, projetos, leis, decretos, tão influenciadores e provocadores da ideia desse parque urbano.

Na linha do tempo, apresentada no capítulo anterior, é possível observar que torna-se inegável a grandiosidade da mata e seus corpos biofísicos, bem como das intervenções técnicas e institucionais, as quais emergem com bastante força na narrativa histórica da área verde, ressaltando a importância dos elementos naturais e artefatos técnicos e científicos no processo de produção desse espaço.

Dessa forma, como recorte metodológico, a fim de viabilizar este estágio da pesquisa, classifica-se os agentes sociais em três grandes grupos e suas demais subdivisões. Buscando entender os tensionamentos e articulações geradas no processo de formação dessa rede sociotécnica, delimita-se esse recorte, sendo um limite oportuno para a análise de uma parte desse emaranhado complexo de ações e práticas, com influências, conexões e bifurcações diversas.

Busca-se pontuar os agentes, descrevendo suas ações e práticas a partir da subdivisão:

1) **Agentes públicos:** são aqueles grupos que se estabelecem a partir da iniciativa pública, compostos por agentes que atuam a partir da 1) perspectiva educacional; 2) da gestão institucional e da 3) regulamentação de usos para a área; **2) Agentes privados:** São aqueles grupos que se estabelecem a partir da iniciativa privada, compostos por 1) agentes individuais; 2) empresas privadas; 6) grupos religiosos; **3) 3º Setor:** São aqueles grupos que atuam em benefício coletivo, se articulando com o setor público e privado sem objetivo lucrativo: 1) ONGs; 2) coletivos urbanos; 3) movimento social; 4) associações.

5.1.1 Classificação e análise dos agentes sociais:

A partir de uma breve análise, nos quadros que se seguem (2, 3 ,4, 5, 6 e 7), classifica-se os agentes sociais em:

1) Agentes Públicos:

No bojo de ações dos agentes públicos, são instituídas ações de caráter institucional, envolvendo pactuações legislativas, de decretos e de Planos Diretores para a cidade de Salvador, caracterizando os agentes que atuam em uma perspectiva de gestão urbana e de regulamentação da área verde. Os agentes públicos também podem ser mobilizados pela força simbólica dos elementos naturais e pela relevância ambiental e cultural da área verde, presente nas ações e práticas dos agentes que atuam em uma perspectiva educacional.

Quadro 02 – Agentes públicos – ações educacionais, ações de gestão institucional e ações de regulamentação.

AGENTES PÚBLICOS		
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	IBAMA/SETAS (GOVERNO FEDERAL)	O IBAMA, INSTITUTO VINCULADO A UNIÃO, TEM SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES RELACIONADOS À POLÍCIA AMBIENTAL, ELABORANDO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA O CUIDADO DO MEIO AMBIENTE. ANTERIORMENTE, FOI ATUANTE NA ÁREA DO FUTURO PARQUE, PARTICIPANDO DE AÇÕES SOCIOECOLÓGICAS. AINDA QUE AÇÕES MAIS AMPLAS TENHAM SE EXTINGUIDO, O INSTITUTO AINDA MANTEM UMA SEDE NA ÁREA.
	EMBASA (GOVERNO ESTADUAL)	A EMBASA, NO PAPEL DE PRESTAR SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E GERIR O SISTEMA DE ÁGUAS E SANEAMENTO NA BAHIA, ATUA INSTITUCIONALMENTE NA ÁREA, POSSUINDO GERENCIA SOBRE AS REPRESAS DO PRATA E MATA ESCURA, DESATIVADAS EM 2003 POR BAIXA VAZÃO. ISSO SE JUSTIFICA PELA GRANDE POLUIÇÃO DA ÁREA.
GESTÃO INSTITUCIONAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (GESTÃO ANTIGO HORTO CABULA)	O ANTIGO HORTO DO CABULA/MATA ESCURA COSTUMAVA OFERECER MUDAS PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE DE SALVADOR. COM SEU DESATIVAMENTO, A PARCELA DE PROPRIEDADE PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR TORNOU-SE UMA LOCALIDADE QUE APRESENTA TENSÕES DIVERSAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS.
	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA - MAPA / CHESF (GOVERNO FEDERAL)	A PARCELA DE SOLO DE PROPRIEDADE FEDERAL SÃO DESTINADAS À INFRAESTRUTURA E GESTÃO, ABRIGANDO GALPÕES DO MAPA E LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ALTA TENSÃO GERIDAS PELA CHESF.

DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	A UFBA, POR MEIO DA ATUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA LABHABITAR/FAUFBA, PROMOVE DESDE 2004 AÇÕES DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO, ENVOLVENDO GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES, ESTUDANTES E PESQUISADORES DIVERSOS.
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - UNEB	A UNEB ATUA NA ÁREA DA MATA ESCURA DESDE 2002 DESENVOLVE PROJETOS CORRELACIONADOS À EDUCAÇÃO POPULAR, AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E À HISTÓRIA DO BAIRRO, TENDO DIVERSOS ESTUDOS PUBLICADOS DEBATENDO A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DO ANTIGO QUILOMBO DA MATA ESCURA.
EDUCACIONAL	RESIDÊNCIA AU+E/UFBA	A RESIDÊNCIA AU+E/UFBA ATUA NA ÁREA DESDE 2015 COM AÇÕES VOLTADAS PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO, ENGENHARIA E ÁREAS CORELATAS, PROMOVENDO DEBATES, OFICINAS, AÇÕES EDUCATIVAS E PROJETOS PROPOSITIVOS PARA MELHORAS DIVERSAS NO BAIRRO DA MATA ESCURA E NA ÁREA VERDE.
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UNIFACS	A UNIFACS ATUOU COM A CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS (LEDTCs) EM 2004-2009, DESENVOLVENDO PROJETOS TECNOLÓGICOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS.
	ESCOLA MUNICIPAL M. CONSTANZA	A ESCOLA MUNICIPAL M. CONSTANZA PROMOVE PROJETOS EDUCATIVOS E AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA JOVENS ESTUDANTES, AMPLIANDO O DEBATE COM ARTICULAÇÕES COM UNIVERSIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS QUE ATUAM PARA IMPLEMENTAÇÃO E CUIDADO DA ÁREA VERDE.
	ESCOLA ESTADUAL M. MECCIA	A ESCOLA MUNICIPAL M. MECCIA PROMOVE PROJETOS EDUCATIVOS E AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA JOVENS ESTUDANTES, AMPLIANDO O DEBATE COM ARTICULAÇÕES COM UNIVERSIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS QUE ATUAM PARA IMPLEMENTAÇÃO E CUIDADO DA ÁREA VERDE.

	AGENTES PÚBLICOS	
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR – PDDU 2008/2016	DESDE O PDDU 2008 A ÁREA VERDE VEM SENDO DEMARCADA COMO ÁREA DE PARQUE URBANO, CLASSIFICANDO-A NO SISTEMA DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL DE SALVADOR. NO PDDU DE 2016 A ÁREA É DEFINIDA COMO ÁREA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA.
	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR / (PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - PMMC)	O PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTÁ SENDO FORMULADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, SENDO ABORDADA A QUESTÃO DA ÁREA VERDE DA MATA ESCURA E A IMPORTANCIA DOS PARQUES URBANOS E CORPOS BIOSFÉRICOS DE SALVADOR PARA A SITUAÇÃO CLIMÁTICA DA CIDADE.
REGULAMENTAÇÃO	MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA - EDITAIS SIMPLIFICADOS 2019 E 2020	DESDE 2019 O MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO VEM REVERTENDO RECURSOS CAPTADOS COM TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC'S). A 1ª E A 2ª CHAMADA PÚBLICA SIMPLIFICADA DE PROJETOS APOIA FINANCEIRAMENTE PEQUENOS PROJETOS DE PESQUISA/ESTUDOS URBANOS AMBIENTAIS SOCIOAMBIENTAL A SEREM REALIZADOS NA CIDADE DE SALVADOR.
	CAU-BA	EM 2019 O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA PROMOVEU A CHAMADA PÚBLICA NO. 002/2019 PARA SELECIONAR PROJETOS A SEREM APOIADOS MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – ATHIS. PROPOSTO PELO LAB/HABITAR (FAUFBA), UM DOS PROJETOS SELECIONADOS CONTEMPLAM A ÁREA VERDE, ESTIMULANDO BOAS PRÁTICAS CONSTRUTIVAS VOLTADAS A COMUNIDADE.

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021.

2) Agentes Privados:

No âmbito dos agentes privados, destacam-se as ações e as práticas de ativismo comunitário realizadas por moradores locais, por ativistas individuais, pela rádio comunitária e por grupos de moradores das comunidades do entorno e adjacências, que atuam como representações de bairro ou em posição de liderança, tensionando as questões relativas à área verde. Nesse grupo, observa-se também as ações das empresas privadas, envolvidas com obras de infraestrutura, estudos para projetos a serem executados e na gestão do equipamento público de transporte coletivo metroviário, localizado nas bordas da área verde. Em momentos específicos da pesquisa, nota-se também a presença dos grupos de contravenção que condicionam o uso da área.

Quadro 03 – Agentes privados – ações individuais e de empresas privadas

	AGENTES PRIVADOS	
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
EMPRESAS PRIVADAS	CCR METRÔ	EMPRESA PRIVADA DE ENGENHARIA CONTRATADA PARA REALIZAR ESTUDOS NA ÁREA, RELACIONADOS À MOBILIDADE URBANA E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS. ATUALMENTE É A EMPRESA QUE GERENCIA O USO DO SISTEMA DE METRÔ, IMPLANTADO SEM APRESENTAR CONTRA-PONTOS PARA A ÁREA VERDE DO PARQUE E SOLUÇÕES EM ACESSIBILIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA.
	NM CONSTRUTORA	EMPRESA PRIVADA DE ENGENHARIA CONTRATADA PARA REALIZAR AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA NOVA VIA DE LIGAÇÃO BR-324 – MATA ESCURA.
	HYDROS ENGENHARIA	EMPRESA PRIVADA DE ENGENHARIA CONTRATADA PARA ESTUDOS NA ÁREA RELACIONADOS À SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA. RECENTEMENTE, APRESENTOU UM PROJETO PARA ATIVAÇÃO DAS REPRESAS DO PRATA E DA MATA ESCURA.
INDIVIDUAL	RÁDIO COMUNITÁRIA DA MATA ESCURA	RADIO COMUNITÁRIA QUE ESTABELECE ARTICULAÇÕES E ATUA NO SENTIDO DE PUBLICIZAR AÇÕES DE GRUPOS PARCEIROS, COMO UNIVERSIDADES, ASSOCIAÇÕES, ONGS, MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS URBANOS, PARTICIPANDO DE AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO E CUIDADO DA ÁREA VERDE.
	LIDERANÇAS INDIVIDUAIS E MORADORES	SÃO DIVERSAS AS LIDERANÇAS INDIVIDUAIS E MORADORES QUE SE ENVOLVEM NAS QUESTÕES DO BAIRRO E DA ÁREA VERDE. AS AÇÕES DE ATIVISMO COMUNITÁRIO SÃO DE PERFS LOCAIS, MAS TAMBÉM SE EXTENDEM A MOVIMENTOS MAIS AMPLOS, ATUANDO EM QUESTÕES RELATIVAS A CIDADE DE SALVADOR.
	GRUPOS DE CONTRAVENÇÃO	SENDO UM TEMA CONTROVERSO NA HISTÓRIA DO BAIRRO, ESTIGMATIZADO PELA LOCALIZAÇÃO DA PENITENCIARIA LEMOS DE BRITO, É INEGÁVEL A ATUAÇÃO DE GRUPOS DE CONTRAVENÇÃO, QUE TUTELAM REGIÕES DO BAIRRO E PARTE DA ÁREA VERDE.

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021.

3) Agentes do 3º Setor:

Os agentes do 3º Setor atuam com interesse social, prestando serviços à população do bairro da Mata Escura e aos moradores locais do entorno da área verde. Realizam atividades comunitárias e participativas em defesa de direitos sociais, buscando melhorias para os bairros e para a vida dos habitantes. Parte dos agentes atuam em grupo em uma perspectiva ativista, debatendo questões relacionadas à valorização da cultura, da natureza e da ancestralidade local. Os agentes do 3º Setor é um grupo composto por associações, coletivos urbanos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e grupos religiosos, demonstrando diversidade nas suas ações e práticas.

Quadro 04 – Agentes do 3º. Setor – ações de movimentos sociais, ONGs, coletivos urbanos, associações, organizações da sociedade civil e grupos religiosos

	AGENTES 3º SETOR	
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	REDE CIDADE POPULAR	FORMADA EM 2019, OBJETIVA TRAÇAR DISCUSSÕES E MANTER UMA REDE DE CONEXÃO ENTRE DIVERSOS GRUPOS ATUANTES NAS LUTAS PELO "DIREITO À CIDADE" EM SALVADOR.
	PARQUES EM CONEXÃO	MOVIMENTO FORMADO EM 2019, OBJETIVA MANTER O DIÁLOGO ENTRE MOVIMENTAÇÕES POPULARES ATUANTES NOS PARQUES URBANOS DE SALVADOR. DESDE ENTÃO, TEM PROMOVIDO DIVERSOS EVENTOS E DEBATES.
MOVIMENTO SOCIAL	FESTIVAL ALTERNATIVO DE PITUAÇU	EVENTO PROPOSTO PELO MOVIMENTO POPULAR PITUAÇU REDE AFETIVA, ATUANTE NA DEFESA DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU. A REDE TEM PROPOSTO DEBATES E EVENTOS PARA PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E PARQUES URBANOS DE SALVADOR.
	FÓRUM CLIMÁTICO DE SALVADOR	O FÓRUM CLIMA SALVADOR É UMA REDE DE LIDERANÇAS QUE DISCUTE, MOBILIZA E PUBLICA SEUS POSICIONAMENTOS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DE SALVADOR.
	MOVIMENTO REDE AFETIVA PITUAÇU/ MOVIMENTO PITUAÇU EM REDE AFETIVA	O FESTIVAL ALTERNATIVO É UMA INICIATIVA DO MOVIMENTO PITUAÇU EM REDE AFETIVA, QUE SE ORGANIZA PARA POSSIBILITAR UMA VIVÊNCIA CULTURAL EM DEFESA DO PARQUE DE PITUAÇU E DE OUTROS PARQUES DA CIDADE DE SALVADOR. RECENTEMENTE, COLOCA-SE COMO UM PARCEIRO NA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO.
ONG	PRESERVANDO A NATUREZA E PRATICANDO A CIDADANIA	ONG PNPC ATUA NA ÁREA VERDE DESDE 2002, FOMENTANDO AÇÕES PELA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E PELA PRÁTICA DA CIDADANIA, VISANDO PROPORCIONAR MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA OS MORADORES.

	AGENTES 3º. SETOR	
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	COMPANHIA DA MATA	O GRUPO ATUA A QUASE 10 ANOS DENTRO DO BAIRRO DA MATA ESCURA, BUSCANDO ARTICULAÇÕES PARA REALIZAR EVENTOS ASSOCIADOS À DANÇA E AO TEATRO, COM TEMÁTICAS LIGADAS ÀS QUESTÕES DA ANCESTRALIDADE, NATUREZA, CULTURA E VALORES COMUNITÁRIOS, PRESTANDO AULAS E OFICINAS GRATUITAS E PÚBLICAS.
	COLETIVOS CRIA DA MATA	O COLETIVO CRIAS DA MATA PROMOVE AÇÕES CULTURAIS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO DO BAIRRO, REALIZANDO O SARAU CRIAS DA MATA E DEBATE CULTURAL UMA VEZ POR MÊS.
COLETIVOS URBANOS	CONEXÃO CIDADÃ	COLETIVO URBANO CRIADO PARA ATUAR E DEBATER QUESTÕES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO, À SEGURANÇA, LAZER, SAÚDE, MORARIA E TRABALHO DOS JOVENS DO BAIRRO DA MATA ESCURA. TEM PROMOVIDO EVENTOS NO BAIRRO, ASSIM COMO, AGINDO COMO UM IMPORTANTE REPRESENTANTE DO BAIRRO EM EVENTOS PÚBLICOS E ENTREVISTAS PARA RÁDIO E TELEVISÃO.
	CANTEIROS COLETIVOS	O COLETIVO PARTE DE UMA INICIATIVA CIDADÃ DE RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS ABANDONADOS DA CIDADE DE SALVADOR. MOBILIZA MORADORES, TRABALHADORES E DEMAIS USUÁRIOS DE BAIRROS SOTEROPOLITANOS PARA A RECUPERAÇÃO, A CONSERVAÇÃO E O BOM USO DO ESPAÇO PÚBLICO. NO ÚLTIMO ANO PROMOVEU DEBATES ACERCA DA SITUAÇÃO CLIMÁTICA DE SALVADOR, ENVOLVENDO O TEMA DOS PARQUES URBANOS.

AGENTES 3º SETOR		
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	ADOLESCER COM ARTE	O GRUPO NASCE EM 2009 COM INTUITO DE PROMOVER AÇÕES PELA SAÚDE ATRAVÉS DO TEATRO, CRIANDO ESPAÇOS DE INTERAÇÃO, LIVRE EXPRESSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO.
COLETIVOS URBANOS	CINE DAS FOLHAS SAGRADAS	O COLETIVO ATUA NA COMUNIDADE DA MATA ESCURA DESDE 2012 ORGANIZANDO SESSÕES LIVRES CULTURAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO, BUSCANDO TRAZER ASSUNTOS ASSOCIADOS MÚSICA, LITERATURA E AO CINEMA NEGRO. FOI RESPONSÁVEL PELA GRAVAÇÃO DE UM CURTA METRAGEM SOBRE O TERREIRO BATE-FOLHA E A ÁREA VERDE CONTÍGUA A ELE NO ANO DE 2019.
	AGENTES DA NEGRITUDE	COLETIVO URBANO QUE ATUA NA FORMAÇÃO E RECRIAÇÃO DE LAÇOS HISTÓRICOS E PERTENCIMENTO NO BAIRRO DA MATA ESCURA, PROMOVENDO DEBATES SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS. ENTENDE QUE AS PRÁTICAS DA RELIGIÃO AFRICANA É UM LEGADO A SER PRESERVADO E QUE A MATA FAZ PARTE DISSO.
	BATALHA MATA CITI	A BATALHA DE RIMA É UM MOVIMENTO CULTURAL PROVENIENTE DA CULTURA HIPHOP. A BATALHA MATA CITI ACONTECE REGULARMENTE NO BAIRRO. ESSE ESPAÇO POSSIBILITA A FORMAÇÃO DE GRUPOS E COLETIVOS URBANOS PARA DEBATER ASSUNTOS COTIDIANOS ATRAVÉS DA MÚSICA E DA RIMA, SE CARACTERIZANDO PELA DENÚNCIA DE PROBLEMAS COTIDIANOS, COMO O RACISMO AMBIENTAL.

AGENTES 3º SETOR		
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES PAROQUIAIS DE MATA ESCURA E CALABETÃO (ACOPAMEC)	A ACOPAMEC ATUA EM DIVERSAS FRENTES, PARA ALÉM DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS À POPULAÇÃO DOS BAIRROS, REALIZAM ATIVIDADES EDUCATIVAS EM UMA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA.
	ASSOCIAÇÃO ADONAI	A ASSOCIAÇÃO ADONAI FOI FUNDADA EM 2002. COM VIÉS RELIGIOSO, TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO PRESTAR SERVIÇOS EM DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS, COLABOROU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TBC CABULA (UNEB) NA MATA ESCURA, FOMENTANDO AÇÕES DE TURISMO ECOLÓGICO NO BAIRRO.
ASSOCIAÇÕES	FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MATA ESCURA	CRIADO EM 2006, TRATA-SE DE UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO E DEBATE DOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE DA MATA ESCURA.
	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MATA ESCURA - AMME	A AMME, FOMADA DESDE 1994, TEM UMA ATUAÇÃO FOCADA NAS QUESTÕES DO BAIRRO, FORMANDO LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.
	TERREIRO BATE-FOLHA	O TERREIRO BATE-FOLHA, LOCALIZADO EM ÁREA CONTÍGUA À ÁREA DO PARQUE, TEM ATUADO EM PROL DA SUA PRESERVAÇÃO ALINHADO À SUA PRÁTICA ESPIRITUAL. O TERREIRO EXISTE NAQUELE TERRITÓRIO DESDE 1890.
RELIGIOSO	IGREJA CATÓLICA	IGREJA LOCAL QUE APOIA E FINANCIA AS AÇÕES DA ACOPAMEC NO BAIRRO DA MATA ESCURA E ENTORNO.
	IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA LOCAL QUE APOIA E FINANCIA AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO ADONAI NO BAIRRO DA MATA ESCURA E ENTORNO.

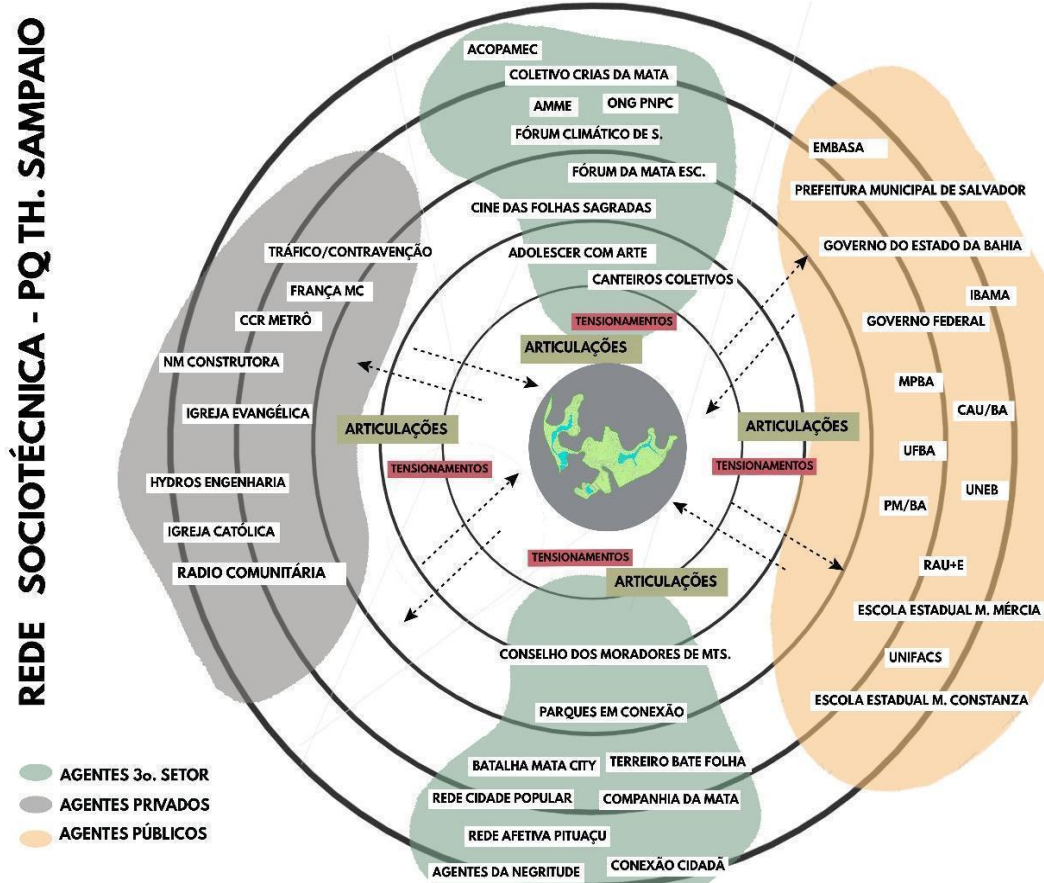
AGENTES 3º SETOR		
DIMENSÃO	AGENTES SOCIAIS	DESCRIÇÃO
ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	FÓRUM CLIMÁTICO DE SALVADOR	O FÓRUM CLIMÁTICO DE SALVADOR SE TRATA DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA FISCALIZAR, ACONSELHAR E ACOMPANHAR A FORMULAÇÃO DO PMMC, REUNINDO LIDERANÇAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, TÉCNICOS E MORADORES DE ÁREAS DE NATUREZA DA CIDADE.
	CONSELHO DOS MORADORES DA MATA ESCURA	CRIADO EM 2006, É UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO E DEBATE DOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE. COM VISTAS A SUA SOLUÇÃO.

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021.

A partir dos quadros apresentados acima foi possível elaborar uma breve análise acerca das ações e práticas dos três (3) grupos de agentes elencados, facilitando um mapeamento geral para demonstrar a rede sociotécnica em formação, conforme apresentado na figura 26. Tais informações e descrições sistematizadas nas tabelas acima foram colhidas a partir de pesquisas

bibliográficas e por meio das visitas de campo, em observação participante e em convivência com agentes diretamente envolvidos no processo.

Figura 26 - Rede Sociotécnica em formação, que gera tensionamentos e articulações.



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021. Inspirado em ROCHA (2019).

Com a análise feita a partir das informações coletadas nos quadros anteriores, é possível visualizar a rede sociotécnica, possibilitando pontuar os tensionamentos e as articulações que impactam de uma forma conjunta sobre o território urbano e sobre a vida social e ambiental na área verde. Nesse sentido, para organizar a abordagem analítica proposta, divide-se os tensionamentos em três (3) aspectos: ambientais, de gestão/implementação e sociais. Da mesma forma, a análise das articulações será dividida entre três (3) aspectos que se despontam com maior clareza na análise: educacional, institucional e ativista/reivindicatória/comunitária.

5.1.2 Tensionamentos gerados nos processos de interação:

a) Tensionamentos Ambientais:

- 1 – Identifica-se um sistema de saneamento básico precário, gerando descarte inadequado de dejetos sólidos e liberação de esgoto na área verde e em seus corpos hídricos.
- 2 – Observa-se um intenso desmatamento de espécies de fauna e flora nativa local devido ao avanço de ocupação por moradia na área verde.
- 3 - Os corpos hídricos naturais e represados encontram-se em situação de abandono, com descarte de esgotos canalizados de forma inadequada e cobertura dos corpos hídricos por vegetação, piorando a qualidade da água.
- 4 – Tais aspectos provocam debates sociais, cobranças para o poder público e conscientização cidadã acerca das problemáticas ambientais existentes, por iniciativa dos diversos agentes que têm se preocupado e se articulado para proteção dessa área verde.

b) Tensionamentos de Gestão/implementação:

- 1 – Ficam expostas as problemáticas e as fragilidades fundiárias envolvendo as esferas municipal, estadual e federal, que não conseguem promover usos das suas propriedades e reverter a lógica de abandono, não instituindo responsabilidades e deveres para o cuidado e gestão da área verde.
- 2 – Ao considerar a implementação do Parque Urbano, evidenciam-se as complexas problemáticas para definições relativas aos usos da área. Visto que é uma área verde a qual mescla diversos usos, proprietários e interesses, demonstra-se a necessidade de mediação em suas futuras funções. As percepções voltadas para a conservação e preservação da Mata e seus corpos hídricos e as percepções voltadas para um uso ligado ao lazer parecem gerar tensionamentos para elaboração de definições práticas. Outros importantes usos que precisam ser contemplados é o uso religioso e de reservas técnicas, ligadas às linhas de alta tensão e ao fornecimento de água das represas, caso sejam reativadas.
- 3 - Ainda que a definição de áreas de preservação e a reafirmação da importância paisagística e cultural sejam reafirmadas, os PDDU's e demais planos, como o recente PMCMA, apresentam problemas características dos processos de construção dos Planos para a cidade de Salvador: pouca participação dos moradores e comunidades nos processos decisórios. As classificações que tais documentos regulatórios trazem pouco contribuem na proposta de estratégias para implementação do parque urbano e uso da área verde.

4 - Decorrente da pouca participação e interação com moradores do entorno e possíveis usuários, questiona-se como tem sido definida a nomenclatura que se adota nos últimos PDDU's e PMAMC, trazendo “Parque do Vale da Mata Escura” e “Parque da Mata Escura” em seus documentos, ignorando as referências trazidas pela própria comunidade, que se refere ao espaço como “Parque Theodoro Sampaio”.

5 - A implantação da Estação de Metrô Bom-Juá, executada pelo Governo do Estado da Bahia, em conjunto com a empresa privada CCR Metrô, foi posicionada “de costas” para área do Parque sem prever soluções em microacessibilidade ou integração com os bairros do entorno e com a área verde, revelando uma lógica fragmentada de pensar as cidades.

6 - A rede sociotécnica em formação é um poderoso ativo provocador da atuação do poder público de gestão urbana e de regulamentação para as problemáticas existentes, sendo as demarcações nas legislações específicas um grande avanço, possibilitando debates e suscitando a ideia de implementação de um parque urbano e preservação da área verde.

c) Tensionamentos Sociais:

1 - Estão expostas as condições de acessibilidade e de mobilidade urbana na área. As pequenas trilhas que vão surgindo cotidianamente em torno da área verde demonstram utilidade e, no entanto, apresentam condições de informalidade e risco aos seus usuários.

2 - Os tensionamentos envolvendo as ocupações por moradia, principalmente na área do Horto, de propriedade da PMS, e na área do MAPA, propriedade da União, levantam questões importantes. Cabe ressaltar a centralidade de duas problemáticas: a precariedade e informalidade habitacional, que oferece risco aos seus moradores, e a degradação ambiental, levando em conta o desmatamento e liberação de dejetos líquidos e sólidos na área verde.

3 - A autoprodução de infra-estrutura é frequentemente praticada nas ocupações do entorno. Observa-se que as moradias e pequenos comércios dispostos no entorno imediato da área verde não dispõem de sistemas de infraestrutura adequados. Os sistemas de infra-estrutura vão desde o acesso à energia elétrica, passando pelo sistema de saneamento básico e a construção de acessos, como escadarias e trilhas.

4 - Observa-se na área forte controle e tutelamento do espaço por grupos de contravenção, o que eventualmente traz uma sensação de insegurança e medo por parte dos moradores e passantes.

5 - Observou-se situações e menções que remetem ao estigma da violência e da pouca segurança no local, impactando na formação da autoestima dos moradores. A presença do

Complexo Penitenciário Lemos de Brito, próximo à área verde, impacta diretamente na imagem do território, ao passo que muitos consideram a presença de uma grande área verde “abandonada” um grande risco para a vizinhança.

6 - Apesar dos esforços e demarcações em legislações ocorridas nos últimos anos, pouco mudou na relação entre moradores e patrimônio cultural e paisagístico. A maioria dos moradores demonstram desconhecimento quanto à grande área de Mata Atlântica em sua vizinhança. O mesmo é percebido em relação à cidade. Um parque urbano periférico torna-se um espaço de pouca visibilidade para o conjunto da cidade de Salvador.

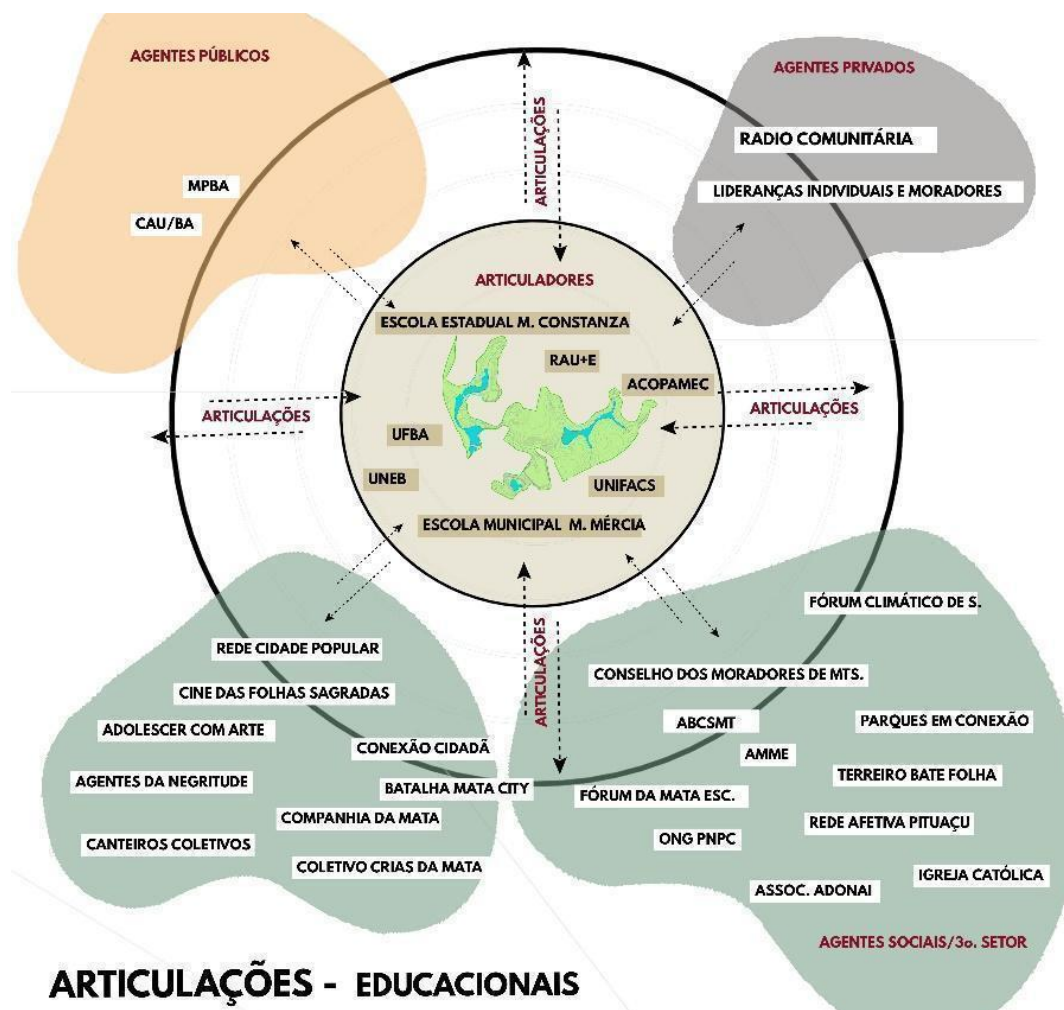
7 - No conjunto das ações e práticas educacionais e culturais, instituídas no âmbito da rede sociotécnica, demonstram-se potenciais de atuar no imaginário coletivo e na percepção sobre a área verde e seu patrimônio histórico-cultural, provocando conscientização e divulgação das possibilidades de implantação de um parque urbano. Existem grupos e pessoas individualmente preocupadas com a situação da área verde e seus movimentos são importantes para impulsionar a ideia do parque, já que tem atuado em uma perspectiva interna e externa ao bairro e ao entorno da área verde.

5.1.3 Articulações geradas nos processos de interação:

a) Articulações Educacionais

Conforme se observa nesse processo, as articulações que propõem atividades educacionais e culturais se despontam com grande importância para ativação dessa rede sociotécnica e impulsionamento da ideia do parque urbano. Tais agentes atuam no imaginário coletivo e na percepção sobre a área verde e patrimônio histórico-cultural, reafirmando a importância da preservação do ambiente natural para o conjunto da cidade de Salvador, ainda mais por se localizar em área periférica. Entre os três grandes grupos de agentes (agentes públicos, privados e 3º. Setor), os que se articulam com maior frequência sob uma perspectiva educacional são: ACOPAMEC, UFBA, UNEB, UNIFACS, RAU+E, Escola Estadual M. Constanza e Escola Municipal M. Méccia. Esse conjunto de agentes se articula entre si e com os agentes públicos, como PMS, CAU-BA, MP-BA; com os agentes privados, sobretudo com conjunto de lideranças comunitárias individuais; e com os agentes do 3º. Setor, tendendo a se articular com o conjunto dos movimentos sociais, em uma perspectiva mais ampla para a cidade e com os coletivos urbanos, em uma perspectiva mais interna ao bairro e território de localização da área verde.

Figura 27 – Articulações Educacionais.



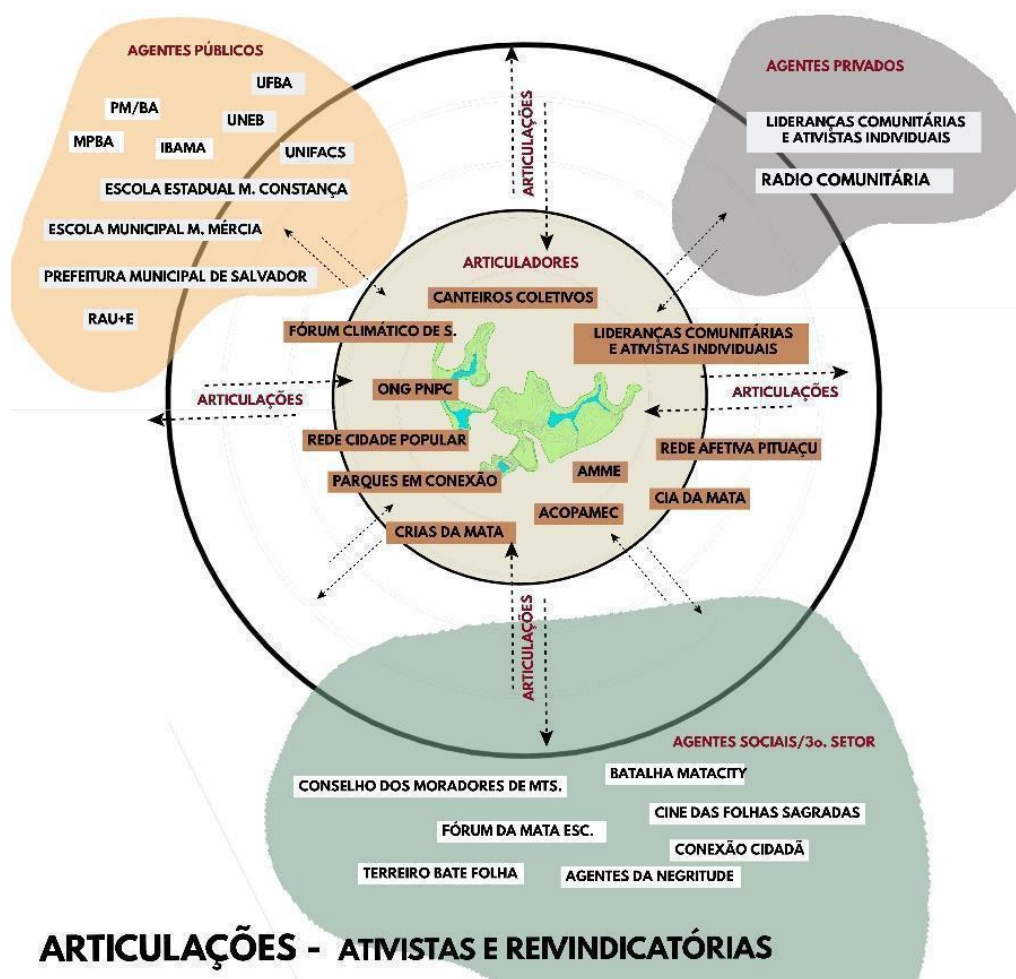
Fonte: Elaborado pela autora desse trabalho, 2021.

b) Articulações Ativistas e Reivindicatórias

Nesse processo, destaca-se as articulações geradas no sentido de preservar e conservar a área verde e provocar lutas pela implementação do futuro parque urbano Theodoro Sampaio. As ações desse grupo têm contribuído para publicizar as problemáticas latentes na área verde e no território de inserção, e, se articulando com outros grupos ligados às lutas referentes às questões socioambientais da cidade de Salvador, têm provocado mais diretamente a ação dos poderes públicos. Entre os três grupos de agentes (agentes públicos, privados e 3º. Setor), os que se articulam com maior frequência sob uma perspectiva ativista e reivindicatória são: ACOPAMEC, AMME; Coletivos Companhia da Mata, Cria da Mata, Canteiros Coletivos, Parques em Conexão, Rede Cidade Popular, Fórum Climático de Salvador, Rede Afetiva Pituaçu e lideranças comunitárias e individuais, alcançando valiosas articulações com os

agentes públicos educacionais, de gestão institucional e regulamentação; com outros agentes privados individuais, dialogando com moradores e formando novas lideranças comunitárias; e agentes do 3o. Setor, como outras associações, grupos religiosos e coletivos urbanos de atuação secundária. Esse grupo possui grande potencial de articulação, transitando entre os três (3) setores de atuação.

Figura 28 – Articulações ativistas e reivindicatórias.



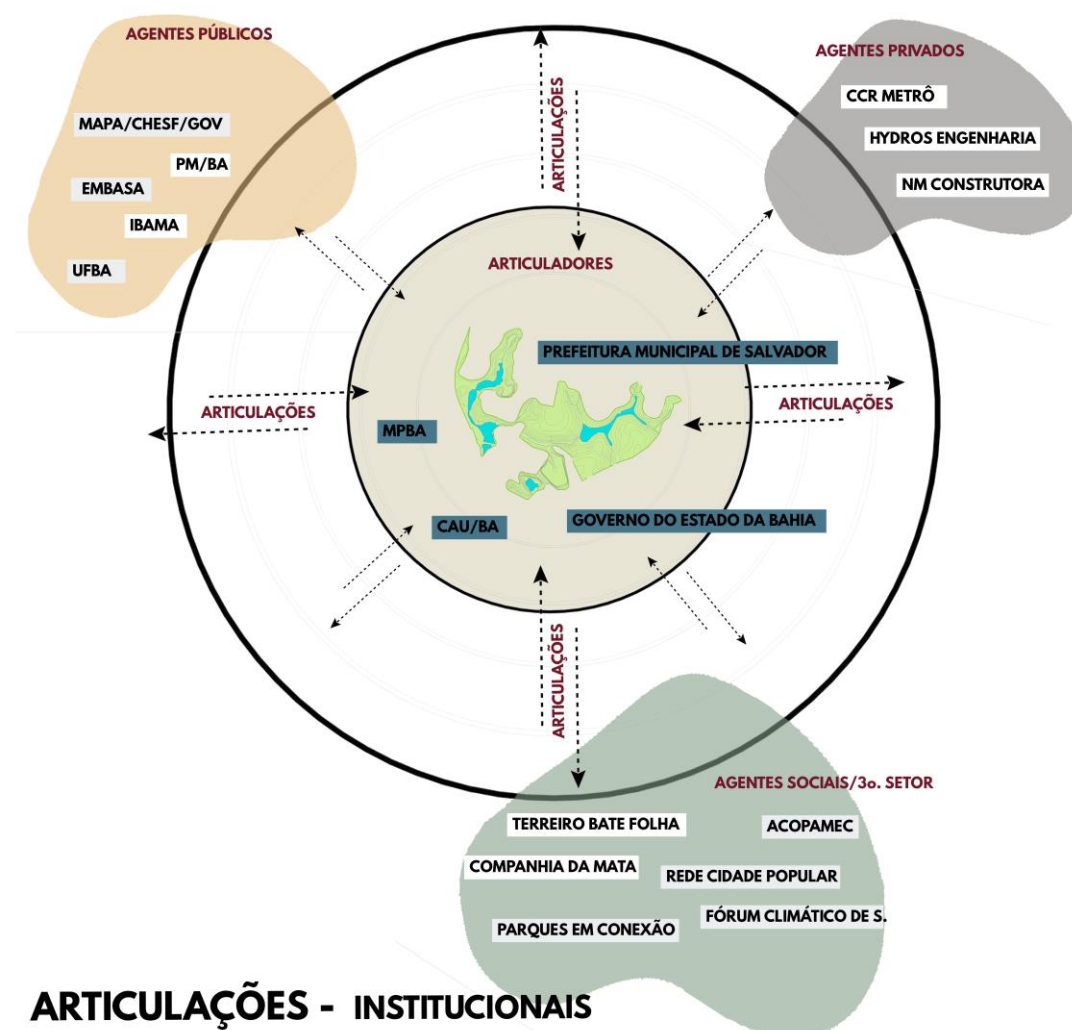
Fonte: Elaborado pela autora desse trabalho, 2021.

c) Articulações Institucionais:

São poucas as situações observadas onde os agentes que atuam para instituir ações regulatórias e institucionais para a área verde agem de forma articulada. No entanto, demonstrando grande relevância e poder em suas ações, esses agentes possuem a tutela sobre o espaço e ao demonstrar vontade política, tem grande poder de transformação e mobilização de outros agentes. Nesse caso, entre os três grupos de agentes (agentes públicos, privados e 3º. Setor) que se encaixam

como principais articuladores por possuir grande poder decisório sobre a área, ainda que atuando de forma isolada entre si, tem-se: PMS e GOV/BA. Há também os agentes que atuam no sentido de provocar e fiscalizar as ações institucionais, e também são mobilizadores de ações conjuntas com outros grupos de agentes, como MP/BA e CAU/BA.

Figura 29 – Articulações institucionais.



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho, 2021.

5.2. A construção de um espaço tornado público

Visualizando os tensionamentos e as articulações entre os agentes sociais em seus diferentes aspectos, é possível identificar as características difusas, fragmentadas, não-polarizadas e agregadoras nas possibilidades de ações e práticas no território, mesclando os

campos de impacto e influência de suas intervenções e formatos de se apropriar dessa área verde, reivindicada enquanto Parque Theodoro Sampaio.

Elegendo-se a ideia de “tensionamento” para representar os possíveis conflitos e as possíveis articulações e acordos que emergem dessa rede sociotécnica, nota-se que todos os agentes, internos e externos, sejam os que atuam no sentido do cuidado ou no sentido de instituir ações degradadoras, provocam tensionamentos em níveis e por aspectos diferentes. Nessa rede sociotécnica, todos são agentes de transformação e suas interações podem ocasionar troca de saberes e aderências plurais, envolvendo acordos e conflitos na produção e criação dos espaços urbanos.

As ações praticadas e os debates que são mobilizados em decorrência dos tensionamentos e das articulações ocorridas na área verde oferecem possibilidades de inserção em uma esfera pública mais ampla. Conforme revisado, seguindo o referencial teórico escolhido para apoiar esse trabalho, para o estabelecimento de um espaço público é preciso que aconteçam conflitos, acordos, negociações (ARENDR, 2007), comunicação e entendimento entre os diversos (HABERMAS, 1967) e convivência pública nos espaços da cidade (SENNET, 1984).

Atentando para as práticas e ações cotidianas, sobretudo para as articulações que se esboçam nesse processo, ficam evidentes as latências e potencialidades que se instituem para a conquista desse espaço tornado público. “Um espaço tornado público” (QUEIROGA, 2012) se refere ao movimento de ampliação e inserção na esfera pública a partir do estabelecimento de um espaço onde acontecem debates, trocas, conflitos, acordos, negociações, entendimentos e desentendimento entre os diversos, visualizando a construção desse espaço enquanto um processo.

Esse processo cotidiano de construção de um espaço público pode ser compreendido a partir da rede sociotécnica demonstrada, formada pelas ações e práticas dos diversos agentes sociais, somando-se à riqueza e à abundância dos elementos naturais que compõem a área, reivindicada e viva na memória dos moradores do entorno, além do acúmulo e valorização histórica e cultural do lugar, expressando significados e símbolos importantes para a cidade de Salvador. Para além da dicotomia público/privado, seja em sua dimensão material e imaterial, esse processo vai se estabelecendo no seio das relações cotidianas e em espaços que podem ser inusitados, a partir de diálogos nas “brechas do possível” (LEFVBRE, 2011).

A noção de espaço público em um território periférico, à primeira vista, pode parecer contraditório, já que a primeira noção se refere ao acesso pleno a um espaço ou a um processo, que impacta diretamente sobre as condições de participação em uma esfera pública, idealmente

democrática e acessível a todos, sem distinções. A segunda noção, “periférico”, vem dar conta de duras limitações e precariedades na experiência de habitar a cidade.

Todavia, na cidade contemporânea, onde a periferia marca assiduamente o quadro da paisagem, é possível observar o estabelecimento de espaços reivindicatórios, criativos e de resistência, onde podem ser trabalhadas potencialidades que impulsionam a conquista de cidades melhores, ampliam a inserção de agentes nas esferas de debate público, constroem novos espaços públicos e conferem importância política aos processos urbanos.

Dessa forma, não é justo colocar as produções espaciais desse território como opostas à noção de espaço público. Pelo contrário, esse processo pode apresentar valiosas potencialidades. A apropriação dos espaços periféricos pode alcançar níveis notáveis com uma produção morfológica própria, espontânea, construída cotidianamente e que pode se tornar um lugar de festa, de imaginação e desejo, lugar do espontâneo, do lúdico, da produção e da expressão das diferenças (LEFEBVRE, 2013), mas que não persistem sem lutas.

Nesse sentido, ao longo deste trabalho, ganha destaque a noção de insurgente, “porque introduzem novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas” (HOLSTON, 1996, p.249/50).

Tendo um panorama geral do processo de interação tensionada e articulada na construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, as ações de viés educacionais, institucionais, reivindicatórias e de resistência são visualizadas como potencialidades para criação de um espaço público em um território periférico da cidade de Salvador. Observe-se que a própria relação entre os agentes empenhados em conquistar melhorias para a área verde, bairro e cidade são relevantes fatores na produção desse espaço “tornado público” e na inserção nas esferas de debates públicos ampliadas.

Essa linha argumentativa nos permite reconhecer as favelas e periferias como novas centralidades da política. Ou seja, como territórios de re-fundação da esfera pública da cidade. Isto significa fazer do que se considera o avesso das promessas civilizatórias da urbanização uma possibilidade de recomeço da Cidade como Pólis. (BARBOSA, SD).

Observando o processo insurgente de construção desse espaço público, é possível reconhecer interesses coletivos, sentimentos de pertencimento no território e vontade política

para mobilizar forças plurais por transformações sociais, fundamentais para galvanizar a conquista do Parque Theodoro Sampaio.

Com as descrições dos agentes naturais feitas no capítulo dois (02) deste texto, com o mapeamento dos agentes sociais e análise de suas práticas e ações que causam tensionamentos e articulações no território, por sua vez, também elencadas, foi possível apreender essa movimentação em seu estado prático, entendendo as perspectivas e as potencialidades, mas também, visualizando as limitações que se observa nesse processo.

Algumas considerações tornam-se pertinentes na análise do processo observado:

a) Contraditoriamente, as ações dos “agentes privados” (lideranças comunitárias e ativistas individuais) e do conjunto dos “agentes do 3º. Setor” tornam-se mais “publicizadas” e geram mais articulação com outros grupos e entre si próprios, demonstrando grande força de mobilização. Por outro lado, grande parte das ações dos “agentes públicos” (gestão institucional e regulamentação) é desconhecida pelo coletivo e cria poucas relações de proximidade com a população local, interagindo entre si e com empresas privadas, contida em uma pequena parcela dos “agentes privados”, ainda que possuam grande força para mobilizações e para estabelecer novas articulações.

b) Cabe ressaltar, no entanto, que dentre os “agentes públicos”, os “agentes públicos de ação educacional” são fundamentais ativadores dessa rede sociotécnica, possibilitando grandes avanços nas relações entre universidades, escolas e comunidade de moradores, habitantes e usuários da área verde, mobilizando uma variedade de agentes sociais e firmando-se enquanto parceiros na conquista material e imaterial desse espaço. Impulsionam, assim, a implementação do espaço público - o parque Theodoro Sampaio -, fomentando o estabelecimento de uma esfera pública e provocando debates, diálogo e questionamentos.

c) Os tensionamentos e as articulações podem ser lidas de forma a entender o nível de relação entre os agentes, apresentando potenciais mais fortes ou mais fracos para gerar desdobramentos no espaço. Trata-se de uma investigação mais complexa que não pode ser abarcada neste trabalho, mas que certamente emerge quando propõe-se observar a construção desse espaço público. Nem sempre as marcas das apropriações são deixadas no espaço, mas certamente, essa ideia de parque vem sendo fomentada por outras frentes, como as institucionais e educacionais.

d) Observa-se que as articulações proporcionam debates e conquistas de espaços de audibilidade, quando os agentes sociais, principalmente os “agentes públicos educacionais” e o conjunto dos “agentes do 3º. Setor”, ampliam suas vozes e sua inserção na esfera pública mais

ampla. Tal divulgação, conquistada a partir de uma maior inserção nas esferas de debate público, impactam nas propostas para a área e nas ações dos agentes públicos, tais como os órgãos estatais de gestão e regulamentação e, também, na conduta e na relação dos usuários e comunidades vizinhas à área verde, incentivando ações de preservação e cuidado. As articulações ampliam-se e possibilitam ações propositivas que podem ser replicadas, trazendo aprofundamentos nos processos participativos e fomento na inclusão de novos agentes (GORDILHO-SOUZA E QUEIROZ, 2022, *no prelo*).

e) Visualizando os quadros dos agentes sociais, observa-se que a luta e o engajamento dos agentes individuais, ativistas e moradores locais, articulados com os agentes públicos educacionais e com os agentes do 3º.setor, é o que tem garantido ampliação do movimento por preservação e pela implantação do parque, aumentando as possibilidades de coexistência entre ambiente urbanizado e natural, além de lutar pela conquista de melhorias físicas do espaço público. Contrários aos movimentos de privatização que despontam na cidade de Salvador com cada vez mais frequência, esse processo árduo cria oportunidades para o protagonismo local e reconhecimento do próprio território, fortalecendo o sentido de autonomia, responsabilidade coletiva e urbanidade. Identifica-se o enorme esforço da população para obter muito pouco. São processos de crescimentos penosos e lentos, mas também de muito aprendizado. As pessoas aprendem fazendo (GORDILHO-SOUZA E QUEIROZ, 2022, *no prelo*).

f) A situação de abandono que pode ser observada na área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio é contraditória ao aumento de leis, decretos e planos que vem instituindo novos parques urbanos na cidade de Salvador em um crescendo nos últimos anos. É contraditório também em relação ao que foi instituído para a própria área verde em questão, conforme observado nos levantamentos anteriores.

g) Compreender os tensionamentos nos permite avançar nas questões relativas à convivência de um intenso processo de urbanização e um ambiente natural parcialmente abandonado e degradado. Por sua vez, as articulações são extremamente importantes para visualizar como as problemáticas podem ser amenizadas, em prol da preservação, cuidado e uso da área verde.

h) Ainda que haja fortes tendências de privatizações na cidade de Salvador, como apresentado ao longo do texto, existem também movimentos coletivos que procuram atingir um público cada vez maior. No processo de idealização do Parque Theodoro Sampaio esse movimento pode ser observado na escala da vizinhança. A necessidade cria novos espaços materiais e imateriais, acionando os acúmulos históricos e reivindicações ligadas à vida

cotidiana. Esse movimento ajuda a estabelecer práticas de sociabilidade entre moradores, muitas vezes improvisadas, mas que permitem ações conjuntas e negociações para transformação do seu próprio espaço, ainda que provisoriamente.

i) A complexidade e pluralidade dos agentes apropriadores da área verde, demandando variadas funções e configurações espaciais, não pode ser compreendida como complexidades irresolutas. Ao contrário, deve ser visualizada como uma oportunidade de pensar um espaço comunitário, que abrigue demandas múltiplas, uso variado, flexibilidade e que possibilite uma apropriação mais forte e presente da comunidade de moradores e usuários da cidade.

j) Esse movimento coletivo, observado enquanto uma rede sociotécnica formada em torno da área verde, somando-se ao contexto periférico e aos processos de auto organização coletiva na construção do próprio território, podem apresentar possibilidades de capacidade política e decisória. Observa-se que, nos territórios periféricos, ainda que enfrentem entraves diversos, seus moradores e usuários são capazes de estabelecer espaços públicos – estes são conformados a partir dos conflitos e negociações ocorridas no cotidiano, inseridos nas esferas de debate público por meio dos agentes em interação e da relevância das suas pautas para o conjunto da cidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade moderna e os processos inerentes a um desenvolvimento urbano funcionalista e setorizado promoveram impactos na configuração do espaço urbano. Essa lógica foi reproduzida de forma global, trazendo consequências ainda mais severas em países periféricos ao sistema capitalista, tal qual o Brasil. O desenvolvimento histórico da cidade capitalista favoreceu lógicas de reprodução baseada nos interesses de mercado, consumo e acumulação, selecionando e deixando parte dos habitantes da cidade excluídos.

Tornaram-se vastos os mecanismos que promovem a separação das pessoas, enclausuramentos e privatizações, traduzidos em novos hábitos culturais modernos, marcados pelo individualismo e pela diferenciação. Nesse intenso processo de crescimento das cidades, a rápida conformação das periferias urbanas, lócus de reprodução das populações de baixa renda, o acesso aos benefícios coletivos tornou-se precário e adaptado, exigindo soluções criativas nos processos de apropriação do espaço.

Na cidade contemporânea, fruto desses processos conflituosos e ao mesmo tempo, apagados e silenciados pela pretensa homogeneização modernista, configura-se um complexo labirinto, onde redes de diversas interações sociais vão se formando e dando novas ênfases aos processos de ocupação do espaço.

Em meio a contradições e tensionamentos, observa-se que a cidade vem sendo produzida dentro de uma enorme multiplicidade, mas muitas coisas não são olhadas ou mesmo consideradas. Surgiram de novas abordagens no campo da arquitetura, urbanismo e estudos urbanos, com diversas filiações e ideários, fruto dos movimentos e das transformações do corpo social e das formas de apropriação dos espaços urbanos.

Em meio a esses processos latentes, é inegável reconhecer que os agentes que produzem o espaço urbano de forma cotidiana são os mais diversos e que a vida urbana ainda é conformada por uma diversidade de manifestações e formas de apropriação e disputa, produzindo novas urbanidades.

A cidade contemporânea tornou-se uma cidade mais complexa, que já não é mais produzida apenas a partir da perspectiva dos planejadores e burocratas, ainda que a essência do desenvolvimento urbano reproduzido se aproxime de um ideal modernista, conformado a partir da técnica, de cima para baixo e pré-definido, sem absorver os conteúdos simbólicos e culturais em detrimento dos aspectos funcionais e dos processos de acumulação na produção da cidade.

Acompanhando os movimentos dos processos sociais, o espaço público na cidade contemporânea também apresenta significativas mudanças, passando por uma crise recorrente que envolve posturas de negação, relacionadas aos processos de privatização, mas também de clamor e lutas pela permanência, crescimento e possibilidades de desfrutar desses espaços na cidade, entendendo-os como fundamentais para uma vida em coletivo.

Dessa forma, esse trabalho buscou observar a diversidade de agentes e suas ações e práticas na idealização de um parque urbano periférico, trazendo à tona questões invisíveis, ainda pouco exploradas. Tratando-se de um processo de idealização de um parque urbano em uma área verde que abriga generosas amostras dessa complexidade contemporânea, apresentam-se os tensionamentos e as articulações que compõem os processos de construção desse espaço público, envolvendo retrocessos e possibilidades de avanços.

Buscou-se analisar o processo de construção da ideia desse parque urbano historicamente, por meio de uma linha do tempo, destacando a rede sociotécnica que vai se formando cotidianamente. Foi possível descrever os elementos naturais presentes na área, elencar os agentes sociais, analisar suas ações e práticas e pontuar os tensionamentos e articulações geradas nos processos de interação. Foi possível observar que esse processo insurgente vem sendo provocado no âmbito dessa rede sociotécnica, que ganha fortes impulsos a partir das interações sociais e da força simbólica dos agentes naturais.

Como observado, o processo de construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio é protagonizado pelos agentes públicos ligados às ações educacionais (universidades e escolas locais), pelos agentes privados (lideranças comunitárias e ativistas individuais) e pelos agentes do 3º setor (ONGS, coletivos urbanos, movimentos sociais, grupos religiosos, etc.), amparados pelas decisões legislativas e projetos de cunho técnico propostos nos últimos anos.

É importante destacar que as universidades, escolas locais, lideranças comunitárias, ativistas e moradores individuais, coletivos urbanos e movimentos sociais que se envolvem ativamente com as questões relativas à área verde têm se articulado nessa construção, dando um sentido popular e coletivo ao movimento observado. Tais interações apontam para possibilidades de criação de outros formatos de urbanidade, que vão se construindo sem a participação de agentes institucionais, emanando um potencial criativo das ações de uma comunidade de agentes engajados nas questões urbanas de dentro e de fora do território, pensando a nível de cidade.

Constatar tais observações não significa concluir que processos como esses são novos. Ações de resistência, reivindicação popular e movimentos coletivos sempre aconteceram na

cidade, mas, na atualidade e no caso da área verde em questão, diante do abandono estatal e das problemáticas enfrentadas e acumuladas na vida cotidiana, essas articulações apresentam valiosas possibilidades e configuram processos importantes para sonhar outros futuros para esse possível espaço público.

Nesse contexto de intensa disputa e necessário protagonismo popular, nos últimos anos, as questões relativas ao espaço público têm ganhado relevância. A cidade contemporânea é marcada pelas ações capitaneadas por coletivos, grupos, organizações e movimentos que se apropriam, se expressam, se articulam e propõem iniciativas e intervenções para o seu próprio território. Acionadas pelos habitantes, comunidades e grupos que se reúnem em coletivo, observa-se que as reivindicações múltiplas têm extrapolado o campo dos direitos individuais ou do acesso à propriedade privada.

Não que tais reivindicações sejam menos importantes para o conjunto da cidade e na busca de melhores condições de vida para seus habitantes, mas, significa uma mudança no acolhimento das pautas, adotando agendas mais ampliadas e coletivas, englobando a dimensão social, ambiental e política, repensando o conjunto da cidade, do território, do bairro e da rua.

Dessa forma, busca-se pensar como e quais perspectivas de apropriação do espaço público abrem caminhos para construir novos paradigmas para as cidades e para a vida urbana. No caso do processo de idealização e luta pela implementação do Parque Theodoro Sampaio, observa-se que a participação popular nesse movimento não tem sido individualista para as necessidades de habitação e comércio de uma pequena parcela dos ocupantes, ou para defender a ideia de um parque preservado e, no entanto, privativo e fechado no bairro.

Observa-se que é possível ir além, lutando por conquistas e benefícios coletivos para o conjunto da cidade, tratando-se de uma construção coletiva pela ampliação e inserção na esfera pública, fortalecendo a ideia desse parque urbano enquanto um espaço público, no sentido mais forte do termo.

Esse processo de construção coloca em evidência os diversos aspectos que podem ser visualizados como possibilidade de realização desse espaço público. Nessa miríade de relações, existem disputas conflituosas e veladas pela ocupação do espaço, existem os acordos e as negociações e existem também as posições de indiferença. Pontua-se os usos múltiplos e diversos que o espaço pode abrigar, os apelos culturais e afirmativos, tão fortes no território. Destacam-se os tensionamentos que fazem parte do cotidiano dos moradores do entorno e as articulações, as quais ampliam o alcance das lutas e pode ter uma imanência em processos

autogestionários, praticados nessa área pública apropriada, transformando-a em um benefício coletivo com efeitos transformadores para seu entorno imediato e para a cidade de Salvador.

Como uma gota no lago, as ações e práticas acionadas nessa e para a área verde vem impulsionando ideia do Parque Theodoro Sampaio, criando possibilidades para novas urbanidades a partir da criação de um espaço material e imaterial que estimula sociabilidades, que é palco para manifestação da vida cotidiana e interação entre diversas pessoas – envolve, assim, toda a complexidade dos seus conflitos e tensionamentos, ideia intimamente ligada à dinâmica dos espaços públicos.

No âmbito dessa rede sociotécnica observa-se um coletivo em rede, que age em prol da construção desse espaço público em duas vias: a primeira delas é imaterial e traz impactos no processo de inserção e ampliação na esfera pública de debate, a partir da própria relação entre os agentes envolvidos que se relacionam a partir dos tensionamentos e das suas articulações. A segunda via seria a partir de reivindicações e apropriações no espaço, mantendo como objeto de intervenção a dimensão material, visualizando um equipamento público a ser conquistado a partir da luta pela ampliação da valorização socioambiental e patrimonial material e imaterial da área verde e seus elementos naturais.

Todo esse processo é de enorme valor e potencialidade para a construção de um espaço público, que está em pleno processo de idealização, persistindo há pelo menos 15 anos. No entanto, ainda que este seja o início de um longo caminho, tomando características de um movimento ainda insurgente e latente, que pode vir a conquistar benefícios coletivos futuros, não é possível deixar de destacar a fragilidade que permeia todo o processo.

O espaço público material e imaterial é um lugar de mediação entre os diferentes, com vistas a acordos que podem ser temporários, precários e efêmeros, sem a garantia de continuidades ou participação constante de parte dos agentes. Diante dos complexos tensionamentos a serem enfrentados, a participação perene, principalmente dos agentes em situação mais fragilizada (como os ocupantes por moradia) e dos que provocam tensionamentos mais complexos (como os grupos de contravenção e poluidores, por exemplo), é fundamental para o sucesso deste parque urbano, aproximando e integrando as dimensões relacionadas ao espaço construído, espaço natural e inclusão social.

Fica evidente que ainda são muitos os desafios para a conquista plena desse espaço público. Em um contexto geral, o que se suscita como principal questionamento ao final desse trabalho é a motivação pela qual o parque urbano ainda não foi implementado, mesmo diante

desse processo de apelo e luta que ocorre há pelo menos 15 anos, levantando importantes pautas culturais e de valor simbólico e ambiental para a cidade de Salvador.

É compreensível que a diversidade de tensionamentos e agentes sociais torne a implantação desse parque urbano ainda mais desafiadora, no entanto, acredita-se que existem motivações importantes para que a área verde seja olhada com mais atenção, acolhendo as potencialidades que podem ser concretizadas.

Dessa forma, para avançar nas conquistas já ensaiadas e impulsionadas nesse movimento de construção deste espaço público, os pactos sociais devem atingir coletividades cada vez maiores, envolvendo também decisões e ações públicas de maior porte. É notável que a temática envolvendo espaços públicos com relevância socioambiental apresenta fortes tensionamentos na cidade contemporânea, já que persiste uma interpretação maniqueísta acerca do natural e do urbanizado.

Ainda que a força e a articulação popular representam importantes impulsos e promissoras ações para preservação e conservação da área verde, ainda é indispensável a presença do Estado na garantia e cuidado da mata e seus corpos biofísicos, assim como na amenização das problemáticas sociais que ocorrem no território.

Como observado, essa articulação e o envolvimento com setores públicos, mais especificamente, dos órgãos de gestão, regulamentação e fiscalização dos espaços verdes, ainda ocorre de maneira distante ao território, “de cima para baixo” e, no entanto, segue sendo uma articulação indispensável. Objetivando a implantação de um espaço físico e envolvendo a conquista material de um benefício coletivo para o bairro e para a cidade, dentro de uma enorme complexidade, sem a devida atenção da gestão pública, este será mais um parque urbano desvalorizado, abandonado, fechado em si mesmo, com persistentes situações de fragilidades sociais e ambientais.

Não se trata de acabar com os conflitos, que devem ocorrer para manutenção de uma vida ativa e política dos moradores e frequentadores desse futuro parque urbano, mas sim, trata-se de garantir formas de relação que sejam menos predatórias ao meio ambiente em que as populações estão inseridas, contemplando os diferentes formatos de apropriação que o futuro parque urbano pode ofertar. Ao tempo em que se acolhe as apropriações próprias do território, oferecendo a oportunidade de participação política e decisória dos agentes presentes na área de forma cotidiana, constroem-se novas formas de se relacionar com o espaço.

Chama-se a atenção para a necessária escolha de processos cuidadosos para implementação deste parque urbano, pensando formatos adequados para enfrentar os entraves da pobreza, do pouco

acesso à moradia digna e às infraestruturas básicas, como saneamento, água encanada e energia elétrica. O levantamento da rede sociotécnica envolvida pode contribuir para formulação de novos paradigmas que conciliem as intervenções espaciais, a qualidade ambiental e processos dinâmicos de práticas e relações próprias dos territórios.

Para não estimular discursos que criminalizam a pobreza, nesse contexto, é necessário apresentar lógicas mediativas entre ocupação urbana e convivência com a natureza, fomentando a adesão dos moradores, instituições públicas e privadas e sociedade engajada, empenhadas no amadurecimento da consciência de cuidado e convivência nesse espaço.

Dessa forma, observando as movimentações dos agentes sociais internos e externos, acredita-se que há potencialidades a serem exploradas, advindas das práticas próprias do território e do fomento de participação no acolhimento e cuidado da área verde, sem negar os conflitos derivados da diferença, diversidade e da flexibilidade nos formatos de apropriação.

Para isso, é necessária uma aproximação das dimensões política, social e ambiental, por vezes, tão apartadas entre si. Retoma-se o argumento de que é preciso levar em consideração a relação entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos ao considerar o desafio de implementação deste parque urbano – agentes sociais, naturais, os artefatos e suas formas de apropriações. Isso quer dizer que, inserir os objetos, tais como os elementos naturais e construídos, levando em conta o acúmulo técnico-científico já elaborado sobre a área em questão e as interações entre os agentes sociais envolvidos, pode ser um caminho para criar mediações frutíferas, capazes de amenizar os tensionamentos e problemáticas, mantendo ativa uma urbanidade construída a partir de uma relação saudável com ambiente natural.

Visualizado como potencialidades, aponta-se para a possibilidade de uso misto da área, fomentando a oferta de novas experiências no âmbito da interação urbano e natureza, acreditando que não são percepções que devem se opor, mas sim trazer novos usos, múltiplos e flexíveis. Escadarias apropriadas, rampas e estações de ônibus nas proximidades também são possibilidades a serem exploradas, que amenizariam os efeitos da precária mobilidade urbana no local, favorecendo uma ligação da cidade com a área verde e convidando a população a (re)conhecer e valorizar este espaço.

Ao pensar o cuidado dessa área verde, que abriga tantas complexidades, e ao apresentar a implementação deste parque urbano periférico como benefício coletivo construído e materializado, é necessário trazer uma extensa discussão acerca da qualidade do espaço público almejado, para que seja garantida uma apropriação constante a partir da diversidade de usos e frequentadores da área.

O espaço público deve estar em constante mutação e dinamismo, em consonância com os processos de mudança da sociedade, estimulando as permanências, encontros e passagens, assegurando vitalidade e acessibilidade. Esse parque urbano precisa estar em conexão com outros parques e áreas verdes da cidade, para que tenha uso e alcance amplo, evitando isolamento na localidade. Deve proporcionar lazer, segurança, beleza, prazer e diversidade. O espaço público deve privilegiar a vida pública apresentando símbolos, significados e condições favoráveis para ser vivido pelas pessoas.

Nessa perspectiva, um espaço público deve permitir a coexistência de todos os agentes envolvidos na rede sociotécnica, sejam eles humanos, rios, animais, a mata, máquinas, instalações e demais construções humanas, permitindo uma coexistência ambiental e social entre os diversos.

Finalmente, diante da discussão apresentada, como uma proposta de continuidade, esse trabalho traz métodos e perspectivas que podem ser replicados na análise e na aproximação acerca de outros espaços públicos das periferias urbanas de Salvador. É de grande importância o estudo dos espaços públicos periféricos, ainda tão incipientes nos estudos urbanos, inserindo-os nas redes de sistema de espaços livres e públicos e parques urbanos, possibilitando que sejam reconhecidos e valorizados pelo conjunto da cidade.

Mapear a rede sociotécnica e as práticas instituídas nesses espaços, ainda que enfrentem fragilidades e esvaziamentos, pode contribuir para que sejam visualizadas riquezas e efervescências no espaço público, fomentando a adesão de outros agentes e dando condições de continuidade em seus movimentos e de urbanidade nos espaços da cidade.

É oportuno notar que as dimensões da vida pública podem se estabelecer nos mais diversos contextos e realidades cotidianas a partir de ações que usam da criatividade, do improviso, do inesperado e da solidariedade para buscar seus meios de viver a cidade e acionar suas práticas de sociabilidade.

Dessa forma, a partir das análises desenvolvidas, nota-se que pode ser interessante propor estratégias de intervenções urbanas para a área verde conhecida como Parque Theodoro Sampaio, já que, cada vez mais, demonstra-se a intenção pública de implantação do parque pela gestão municipal. A partir da necessária articulação entre os agentes públicos, agentes privados e agentes do 3º. Setor, surgem possibilidades de fomentar ações que valorizam e estimulam as potencialidades locais, percorridas neste trabalho.

É possível também investigar o nível de força que cada articulação representa nessa rede sociotécnica para tomadas de decisão acerca do parque urbano, estimulando novos formatos de gestão pública e coletiva, aproximando os setores públicos, privados e 3º. Setor. A partir do

mapeamento dos agentes, pode-se eleger representações para assumir importantes papéis no cuidado da área verde, “oficializando” os guardiões do parque.

Tratam-se de ideias e possibilidades que surgem a partir da metodologia escolhida para o desenvolvimento desse trabalho e para melhor compreensão do processo de idealização desse parque urbano periférico, acompanhado de perto em alguns momentos. Como pesquisadora e observadora ativa em campo, assume-se um lugar de agente nessa rede sociotécnica, percebendo a necessidade incluir no repertório dos arquitetos-urbanistas e demais interventores da cidade os instrumentos e formatos práticos para apresentar abordagens alternativas de desenvolvimento sociourbanístico em territórios conflituosos, mas que apresentam potencialidades a serem exploradas e trabalhadas em coletivo na busca de cidades mais ambientalmente equilibradas, acessíveis, lúdicas, justas, seguras e divertidas.

Nota-se que estão em aberto as possibilidades para essa área verde com uma história tão rica, de relevância histórica para o conjunto da cidade de Salvador. Com a força popular e com o fomento das articulações que já ocorrem na defesa da área verde, as chances desse espaço público se realizar em sua plenitude são concretas.

Apresenta-se a possibilidade de ensaiar um espaço público desejável, que faça parte do imaginário urbano da população. Para isso, é necessário que seja exercitada a imaginação sobre outros futuros levando em conta a contínua interação criativa na vida urbana, ainda que em meio à fragilidades, problemáticas e tensionamentos sociais complexos.

Diante desse contexto, surge o questionamento sobre qual cidade se quer conquistar. A partir desse estudo de caso, envolvendo um processo de idealização de um espaço público em área periférica da cidade de Salvador, nota-se que a experiência urbana pode despertar sensibilidades e outras subjetividades que valorizam uma vida pública comum a todos e que seja permeada de solidariedades. Nota-se que é desejável uma cidade que permita interações sociais com mais autonomia e força de decisão política sobre o espaço em que habitam, envolvendo a coexistência de todos os agentes envolvidos na rede sociotécnica. É difícil imaginar cidades que ainda não existem. Mas nesse contexto, essa tarefa surge como um exercício possível e incontornável.

7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ANGOTTI, F.B.; SBARRA, M.H.; RHEINGANTZ, P.A.; PEDRO, R.M.L.R. A cidade perspectiva sociotécnica: ontologias políticas, agenciamentos urbanos e lugares híbridos. *V!RUS*, São Carlos, n.14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.ups.br/virus/_virus14/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 27 Jan. 2021
- ARANTES, O.B.F. O “Cultural Turn” no discurso sobre a cidade. *Revista RUA*. Edição Especial. Campinas, 1999, p.89-99
- _____. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.11-75
- ARAÚJO, Débora Marques. Proposta de Gestão Compartilhada para Implantação do Parque Theodoro Sampaio no “miolo” de Salvador, Bahia. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016.
- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio. Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – Plano Diretor. Salvador, SIC/DIC, 1983. Local: Biblioteca dos Barris.
- BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n.1. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. *Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público*. Sem Data.
- BENÉVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad. El arte y la ciudad antigua*. Gustavo Gili. México, 1979.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 4ed. São Paulo: Estação, 1992
- CALDAS, Alcides. NUNES, Eduardo. Laboratório de Geografia Social e Intervenção Urbana: a criação de espaços de sociabilidade em Bairros periféricos de Salvador – *Revista de desenvolvimento econômico*. Ano IV, no. 7. Dezembro 2002, Salvador. UNIFACS, 2002, p.24-33.
- CALDAS, A. LEAL, D. ALMEIDA, A. MACHADO, V. *Tecnologia Social: Cooperação Universidade/Comunidade para o Desenvolvimento Urbano Regional e Local Sustentável*. VI Conferência Regional de ISTR para América Latina y El Caribe. Salvador, 2007.
- CALDAS, Alcides S. NUNES, Eduardo J. F., SANTOS, Walfran. *Odu, Egbé Dúdú: caminhos da Mata Escura*. Salvador: UNIFACS, 2007a.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAPILÉ, Bruno. *Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades*. HALAC. Vol. V, N.1. Guarapuava, 2016.
- CICLISTAS e moradores protestam em Pituacu. *Globo G1 Bahia*. Salvador, 03/10/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/03/ciclistas-e-moradores-protestam-em-pituacu-pedindo-reabertura-do-parque-metropolitano-estamos-todos-prejudicados.ghtml>>. Acesso em: Setembro, 2021.
- CHONG, Andréa Bianca Ribeiro. *Paisagem Urbana na Comunidade: Diretrizes para espaços públicos em Mata Escura*. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018.
- CONDER/INFORMS. *Geopolis Visualizador. Painel de Informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia*. Salvador: CONDER/INFORMS. 2016
- COSTA, João Evangelista da. *Caminhos e Trilhas Para Implantação do Parque Theodoro Sampaio: Transição viária urbana ao Parque e Entorno pela BR 324*. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 2ed. Vozes. Petrópolis, 1996

- FUKS, M. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. Disponível em :< 2em: 28jan.2020
- GARZEDIN, Maria Aruane S.; BALTRUSIS, Nelson. Configuração e caracterização do sistema de espaços livres - o caso de Salvador-BA. In: CAMPOS, Ana Cecília Arruda, et al. (Orgs.). Quadro dos Sistemas de Espaços Livres nas cidades brasileiras. São Paulo: FAUUSP, 2012, p. 240-249.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.
- GORDILHO-SOUZA, Angela; SILVA, Adriana Caúla e; ROLIM, Pedro. Mata Escura - Plano de intervenção - Publicação Didática. 1. ed. Salvador: LabHabitar/FAUFBA, 2005.
- GORDILHO-SOUZA, Angela; GOMES, Josélia Duarte (coords.) Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais. Chamada Publica Simplificada de Projetos. Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA. Relatório Final. Salvador, 2019.
- _____. Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais. Chamada Publica Simplificada de Projetos. Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA. Relatório Final. Salvador, 2020
- GORDILHO-SOUZA, A. QUEIROZ, C. Narrativas e práticas coletivas pelo direito à cidade – projetos interativos na periferia de Salvador. Caderno Pós - Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2022, no prelo.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Direito e democracia. Entre facticidade e validade volume II. 2.ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2003.
- HOLANDA, Frederico. A determinação negativa do movimento moderno. I Seminário Docomomo Brasil, Anais... Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UNB, 1997
- HOLSTON, James. Cidadania Insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 2013
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. Nº 24. IPHAN. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 1996
- INFOPATRIMÔNIO. Infopatrimônio. 2018. www.infopatrimonio.org. Acesso em 27/02/2021.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994
- LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc. 2012
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2011. Título original: Le droit à la ville, 1968.
- _____. La Produccion del espacio (1974). Capitán Swing. Madrid, 2013
- MACEDO, Sívio Soares. Espaços Livres. Paisagem e Ambiente - Ensaios, São Paulo, n. 7, p. 15-56, 1995.
- _____; SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Relatório - Histórico e levantamento sobre invasões e danos causados na área de preservação ambiental do Horto Florestal do Cabula, Salvador- BA. Salvador, 2016.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. Revista Estudos Avançados, São Paulo, n. 71, p. 1-10, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100005>. Acesso em: 28 jan. 2020
- MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. História Pública do Quilombo do Cabula: representações de resistências em museus 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. Tese de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). Salvador, 2017
- MATA ESCURA, Fórum de Desenvolvimento Social. Relatório de Visita ao Horto Florestal de Mata Escura/Cabula, Residência AU+E/UFBA, Salvador, 2016.

MIÉGE, B. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. *Novos olhares: revista de estudos sobre praticas de recepção a produos mediáticos*. 1999. 3-11.

MORALES, Fábio Augusto. A polis como cidade: entre a hermenêutica e a dialética. *Revista Ágora, Vitória*, n8, 2008, p. 1-15.

MORADORES de Itapuã protestam pela sexta vez. UOL, JORNAL A TARDE. Salvador, sex , 28/08/2020. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2137284-moradores-de-itapua-protestam-pela-sexta-vez-contras-obras-na-lagoa-do-abaete>>. Acesso em: Setembro, 2021.

OLIVEIRA, Rafaela Campos. O que a lei afirma a cidade confirma? Panorama das áreas verdes em Salvador: Parque da Cidade Joventino Silva, entre o Verso e o Anverso. Dissertação de Mestrado em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – PPGAU UFBA. Salvador, 2014

PONTES, B. M. S.; CARVALHO, M. L. Os esforços do planejamento da área soteropolitana e o espaço do verde. Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP - Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2001. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2001/esforcos.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2020

PRIVATIZAÇÃO do Parque São Bartolomeu. Observatório Bairros Salvador. Salvador, Qua, 24/03/2021. Disponível em: <<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/privatizacao-do-parque-sao-bartolomeu-entenda-o-caso-0>>. Acesso em: Setembro, 2021.

PRIVATIZAÇÃO de Parques provoca temor entre ambientalistas e comunidades na Bahia. Gambá. Salvador, 17/02/2021. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/noticias/privatizacao-de-parques-provoca-temor-entre-ambientalistas-e-comunidades-na-bahia>>. Acesso em: Setembro, 2021.

QUEIROGA, Eugênio. Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: o caso da Megalópole do Sudeste. In: MAGNOLI, Miranda; KAHTOUNI, Saide; TOMINAGA, Yasuko. (Orgs.). *Discutindo a Paisagem*. São Carlos: RiMa, 2006. p.121-124

_____. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese para obtenção de título de livre-docencia em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUSP. São Paulo, 2012.

QUEIROZ, Iala Serra. Educação e Participação Popular: processo educativo socioambiental no antigo quilombo Cabula. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, 2017.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, Heliana Faria Mettig. Urbanismo e Ambientalismo: da separação à coexistência socioecológica. *Anais XVIII ENANPUR*. Natal, 2019V

ROSANELI, A. F.; DALMOLIN, G.H; FARIA, D.R. O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR. *Anais XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)*. Natal – RN , 2019.

SALES, Débora de Lima Nunes. Estudos sobre Meio Ambiente em Salvador: Áreas Verdes. Disponível em <<http://cirandas.net/deboranunes/blog/estudos-sobre-meio-ambiente-em-salvador-areasverdes>>. Acesso em 03/02/2020

SALVADOR. Lei n. 7.400 de 2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 2008.

SALVADOR. Decreto n. 19.753/2009. Regulamenta dispositivos constantes da Lei n.7.400/2008 - PDDU e dá outras providências. Salvador, 2009.

SALVADOR. Lei n.9069 de 2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 2016.

SAMPAIO, Antônio Heliódório Lima. *Formas Urbanas - Cidade Real & Cidade Ideal: Contribuição ao Estudo Urbanístico de Salvador*. Quarteto Editora. São Paulo, 1999.

SANTOS, A. D. *Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Elisabete et. al. *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

- SANTOS, Ademir Pereira dos. Theodoro Sampaio nos Sertões e Nas Cidades. Versal. Rio de Janeiro, RJ 2010b
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1996
- SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil - 2000 a 2017. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. São Paulo, 2018.
- SAKATA, Francine Gramacho. O parque urbano brasileiro do século XX. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes, v.03, n.7, ago. 2015. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/view/973>. Acesso em: 01 Jan. 2022
- SERPA, Angelo. Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Org. Angelo Serpa. EDUFBA. Salvador, 2001.
- _____. Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003.
- _____. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Os Espaços públicos da Salvador Contemporânea. In CARVALHO, IMM., and PEREIRA, GC., orgs. Como anda Salvador e sua região metropolitana. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SUCOM. Secretaria Municipal de Urbanismo. Relatório da Ação Fiscal em visita ao Horto Florestal do Cabula. Salvador, 2016.
- SILVA, Maria Alice Pereira da Silva. Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Dissertação de Mestrado em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – PPGAUFBA. Salvador, 2017
- SITTE, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Tradução Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- VILAS BÔAS, CAIO HENRIQUE DA SILVA. Educação Popular e Turismo de Base Comunitária: processos de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Mata Escura, Salvador-BA. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, 2018.